



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – *CAMPUS VI* –
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO PROFISSIONAL – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE**

MATHEUS GABRIEL MATOS BENEVIDES

TÍTULO:

**INTELECTUALIDADE NEGRA EM LIMA BARRETO: ENTRE O
EPISTEMICÍDIO E A EXPERIÊNCIA**

PRODUTO EDUCACIONAL:

**E-BOOK: A VIDA E OBRA DE AFONSO HENRIQUES DE LIMA
BARRETO EM CONTRIBUIÇÃO PARA O TRABALHO EFETIVO DA
LEI Nº 10.639/03**

CAETITÉ – BA

2025

MATHEUS GABRIEL MATOS BENEVIDES

TÍTULO:

**INTELECTUALIDADE NEGRA EM LIMA BARRETO: ENTRE O EPISTEMICÍDIO
E A EXPERIÊNCIA**

PRODUTO EDUCACIONAL:

**E-BOOK: A VIDA E OBRA DE AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO EM
CONTRIBUIÇÃO PARA O TRABALHO EFETIVO DA LEI Nº 10.639/2003**

Dissertação do Mestrado Profissional, trabalho direcionado como requisito principal para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS – Universidade do Estado da Bahia – *Campus VI* – Departamento de Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Zoraide Portela Silva
Linha de Pesquisa I: Ensino, Linguagens e Identidades.

CAETITÉ – BA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecário Carlos Roberto M. de S. Marinho
CRB 5/2142
Sistema de Bibliotecas da UNEB

B465i Benevides, Matheus Gabriel Matos.

Intelectualidade negra em Lima Barreto: entre o epistemicídio e a experiência. Matheus Gabriel Matos Benevides. Caetité/BA. 2025. 95p.

Orientador(a): Zoraide Portela Silva
Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus VI, Caetité, 2025.

Contém referências.

1. Epistemicídio. 2. Intelectualidade. 3. Lima Barreto.
4. Literatura. 5. Racismo. I. Título.

CDD: 869



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE




FOLHA DE APROVAÇÃO

“INTELECTUALIDADE NEGRA EM LIMA BARRETO: ENTRE O EPISTEMICÍDIO E A EXPERIÊNCIA”


MATHEUS GABRIEL MATOS BENEVIDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGENS E SOCIEDADE – PPGELS – DCH VI – UNEB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia. Aprovado em 16 de abril de 2025, com nota_____.

Documento assinado digitalmente
 ZORAIDE PORTELA SILVA
Data: 06/08/2025 11:42:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a ZORAIDE PORTELA DA SILVA CUNHA
Orientadora – PPGELS – UNEB – DCH – Campus VI

Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela USP

Documento assinado digitalmente
 NIVALDO OSVALDO DUTRA
Data: 02/08/2025 08:56:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. NIVALDO OSVALDO DUTRA
Examinador Interno – PPGELS – UNEB Doutor em História Social - PUC- SP


Prof. Dr. JORGE AUGUSTO DE JESUS SILVA

Examinadora Externo - UESB
Doutor em Literatura e Cultura Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Na atualidade, diversos veículos atuam como dispositivo para a abertura das discussões que referem raça, identidade, educação, sociedade, demais manifestações políticas, etc. A presença da literatura, em especial a engajada na crítica da colonialidade, traz um leque de possibilidades para a compreensão de como se estende a exclusão do povo negro ainda permanente no século XXI, identificada nas próprias produções literárias quando têm sua temática e autoria negras, chegando à análise do epistemicídio. Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) auxilia através das suas próprias experiências, com a publicação póstuma de “Diário do Hospício” (1954), obra na qual explicita as violências desde à sua existência e inteligência provocadas pela malquerença da elite branca, chegando aos seus personagens, como visto em “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” (1909). Neste trabalho, são debatidas as mazelas que o povo negro, na tentativa de ascensão através do desenvolvimento intelectual, sofre para alcançar uma posição historicamente ocupada pela branquitude. Desta forma, são buscados mecanismos para a superação do epistemicídio através do letramento racial, chegando a um produto educacional que auxilie professores, alunos e a sociedade no estudo da literatura de autoria negra para entender os efeitos da escravidão no país e partir para uma perspectiva decolonial. Essa discussão e elaboração são balizadas principalmente a partir dos pensamentos dos seguintes autores: Schwarcz (2017) e Oakley (2011) para o estudo sobre a vida e obra de Lima Barreto; Duarte (2011) para a literatura afro-brasileira; Barreto (1993; 2017) para o objeto de análise; Gonzalez e Hasenbalg (2022) para a colocação social do povo negro no Brasil; Fanon (2020) para o maniqueísmo racial; Kabengele Munanga (2024), Florestan Fernandes (2007) para o dilema racial e mito da democracia racial; Sueli Carneiro (2023) para o epistemicídio; Cida Bento (2022) para os pactos de biopoder (Michel Foucault); Neusa Santos Souza (2021), bell hooks (2017) para o letramento racial e educação do povo negro; e Quijano (2005) para a Colonialidade do Saber.

Palavras-chave: Epistemicídio; Intelectualidade; Lima Barreto; Literatura; Racismo.

ABSTRACT

Currently, several vehicles act as a device to open discussions regarding race, identity, education, society, other political manifestations, etc. The presence of literature, especially that engaged in the critique of coloniality, brings a range of possibilities for understanding how the exclusion of black people still continues in the 21st century, identified in the literary productions themselves when they have black themes and authorship, leading to the analysis of epistemicide. Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) assists this process through his own experiences, with the posthumous publication of “Diário do Hospício” (1954), a work in which he explains the violence since his existence and intelligence caused by the ill will of the white elite, reaching his characters, as seen in “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” (1909). In this work, the problems that black people, in their attempt to rise through intellectual development, suffer to reach a position historically occupied by whiteness are discussed. In this way, mechanisms are sought to overcome epistemicide through racial literacy, leading to an educational product that helps teachers, students and society in the study of literature by black authors to understand the effects of slavery in the country and move towards a decolonial perspective. This discussion and elaboration are based mainly on the thoughts of the following authors: Schwarcz (2017) and Oakley (2011) for the study of the life and work of Lima Barreto; Duarte (2011) for Afro-Brazilian literature; Barreto (1993; 2017) for the object of analysis; Gonzalez and Hasenbalg (2022) for the social placement of black people in Brazil; Fanon (2020) for racial Manichaeism; Kabengele Munanga (2024), Florestan Fernandes (2007) for the racial dilemma and myth of racial democracy; Sueli Carneiro (2023) for epistemicide; Bárbara Carine Pinheiro (2023) for educational practices; Cida Bento (2022) for biopower pacts (Michel Foucault); Neusa Santos Souza (2021), bell hooks (2017) for racial literacy and education of black people; and Quijano (2005) for the Coloniality of Knowledge.

Keywords: Epistemicide; Intellectuality; Lima Barreto; Literature; Racism.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e aos guias, pela coragem e força necessárias para todas as realizações em minha trajetória pessoal e profissional.

Ao Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) e a Universidade do Estado da Bahia – *Campus VI* – DCH, pela oportunidade de cursar o Mestrado Profissional com oferta de linha de pesquisa que contempla o meu projeto de pesquisa, além de todo apoio preciso neste processo.

Ao Programa de Bolsa de Pesquisa (PROGPESQ), pela assistência financeira, através da bolsa que tem importante valia nesta etapa acadêmica.

À professora Dra. Zoraide Portela Silva que, desde a graduação, orienta e acompanha os meus interesses de pesquisa no âmbito da literatura afro-brasileira e o seu reconhecimento como importante fonte de estudo para o ensino desta modalidade.

Aos meus pais, Zênia e Luiz, que muito acreditam no meu potencial, sempre demonstrando interesse, apoio e cuidado com o meu sonho.

Dedico aos amigos que incentivam diariamente para que eu continue progredindo e acreditam na relevância da minha pesquisa.

“O importante não é ser o primeiro ou primeira, o importante é abrir caminhos.” (Conceição Evaristo)

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Fluxograma da metodologia da pesquisa.....13
- Figura 2** – Imagem da capa da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.....73
- Figura 3** – Imagem da capa da obra *Diário do Hospício & Cemitério dos Vivos*.....81

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 OBJETIVOS | 10 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL | 10 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 10 |
| 3 METODOLOGIA | 10 |
| 4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 13 |
| 4.1 LIMA BARRETO: BIOGRAFIA E CRÍTICA LITERÁRIA | 13 |
| 4.1.1 Literatura Afro-brasileira | 15 |
| 4.1.2 <i>Diário do Hospício</i> | 16 |
| 4.1.3 <i>Recordações do Escrivão Isaías Caminha</i> | 18 |
| 4.2 A POSIÇÃO SOCIAL DO POVO NEGRO NO BRASIL..... | 21 |
| 4.3 MANIQUEÍSMO RACIAL..... | 24 |
| 4.4 LETRAMENTO RACIAL E A EDUCAÇÃO DO POVO NEGRO | 27 |
| 4.5 A INTELLECTUALIDADE DO POVO NEGRO AMEAÇADA PELOS PACTOS DE BIOPODER E BIOPOLÍTICA | 31 |
| 4.5.1 Colonialidade do saber | 33 |
| 4.5.2 Epistemicídio | 33 |
| 5. LIMA BARRETO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INTELLECTUAL | 36 |
| 5.1 REGISTROS AUTOBIOGRÁFICOS DE BARRETO E OS HETERÔNIMOS REPRESENTADOS POR SEUS PERSONAGENS | 39 |
| 5.1.1 O subúrbio e a reprodução intelectual | 43 |
| 5.2 CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA: RACISMO, MISTIÇAGEM E A FALSA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL..... | 45 |
| 6. O EPISTEMICÍDIO ENQUANTO ESPELHO SOCIAL | 52 |
| 6.1 A REPRESENTATIVIDADE DA EXPERIÊNCIA COM OS PACTOS DE BIOPODER | 53 |
| 6.2 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: OS EFEITOS COLONIAIS E O DILEMA RACIAL BRASILEIRO | 55 |
| 6.3 O ESPAÇO ACADÊMICO NÃO É UM LUGAR NEUTRO! | 59 |
| 7. OS CONFLITOS SOCIAIS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS SOB A CRÍTICA DE LIMA BARRETO | 62 |
| 7.1 ISAÍAS E O PROCESSO DE ASCENSÃO SOCIAL DO CORPO NEGRO | 63 |
| 7.2 LIMA BARRETO, O SEU DIÁRIO E AS LEMBRANÇAS NO HOSPÍCIO | 74 |
| 8 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 83 |

| | |
|--|-----------|
| 10 CRONOGRAMA..... | 84 |
| 11. CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA | 84 |
| REFERÊNCIAS | 89 |

1 INTRODUÇÃO

*“Para mim, é impossível existir sem sonho. A vida na sua totalidade me ensinou como grande lição que é impossível assumi-la sem risco.”
(Paulo Freire)*

Apesar de ser professor, nunca me dei conta da responsabilidade do trabalho do meu pai (também graduado em Letras Vernáculas) que, por trinta e sete anos levou sua sabedoria, organização e importância a uma quantidade incontável de vidas que saíam de suas casas para adquirir e compartilhar conhecimento, sendo hoje a maior fonte de inspiração para a minha vivência e carreira.

Sempre tive certeza do que eu queria, mas com a consciência de que não seria fácil e que muitas “pedras” apareceriam no meu caminho para que não seguisse com a profissão: “ah, vai ser professor, boa sorte!”, ouvi e ouço até hoje. Lembro-me que estava em um Uber, em Salvador, no carnaval de 2019 e, durante o trajeto, o motorista perguntou sobre nossas profissões, quando falei a minha, ele entregou uma “enxurrada” de falas negativas. Fiquei nervoso, pois a situação da desvalorização com os profissionais da educação se dá, principalmente, pela negação da própria sociedade que, de maneira contraditória, necessita da educação escolar.

A transição pelo curso de Letras: Língua Portuguesa e Literaturas, na Universidade do Estado da Bahia – DCH – *Campus VI*, iniciado em 2017, foi e continua sendo o momento mais importante para diversas tomadas de decisões em minha vida, sendo algo além do sonho profissional, pois despertei para diversas coisas que sempre mantive presas, pela falta de coragem, pelo medo de ser quem sou e não poderia continuar culpando a sociedade, já que o meu modo de viver, ser e estar depende apenas de mim.

Menciono esses fatos porque foram importantes para (re)formar o Matheus Gabriel que expõe isto agora. E foi esta transformação pessoal que me fez chegar aqui, ainda jovem, pensando na grande importância que é seguir defendendo a educação, o direito de ensinar e de aprender. Uma amiga querida me disse: “a sua profissão é nobre!”, concordei.

Ainda em 2017, conheci a Profa. Dra. Zoraide Portela, com os estudos da Literatura afro-brasileira. Me apaixonei por este estudo e ali reafirmei a minha raça e a memória de tantos que sofrem diariamente na luta pelos direitos raciais, sociais e igualitários. Sabendo dessa difícil tarefa, dedico-me ao desafio de estudar e defender este ensino.

Em 2018, fui orientado pela Professora Zoraide no trabalho “A figura feminina em ‘O Cortiço’ sob uma perspectiva ideológica”, na qual pesquisamos a imagem da mulher branca, a

mulher preta, a mulher mulata¹ e as ligações entre feminismo e raça. A obra “O Cortiço” (1890) de Aluísio Azevedo e os estudos do Naturalismo, guiaram-me até o sexto semestre quando, por incentivo de minha orientadora, incluí Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) e o modernismo no Brasil em meus estudos.

A defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A representação dos conflitos sociais em ‘O Cortiço’, de Aluísio Azevedo e ‘Recordações do Escrivão Isaías Caminha’, de Lima Barreto”, aconteceu no dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e dois. Curiosamente, foi a mesma data do meu início na UNEB enquanto graduando, completando este ciclo motivado a seguir com a pesquisa, desta vez aprofundando na vida e obra de Lima Barreto, a literatura modernista, as relações étnico-raciais e sua importância para o ensino.

No início do ano letivo de 2023, passei a lecionar as disciplinas Leitura e Produção Textual, História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (HABI) e Língua Portuguesa, em turmas de 6º, 8º e 9º ano do ensino fundamental, na Escola Municipal Manoel Lopes Teixeira, localizada no bairro Ovídeo Teixeira, região periférica do Município de Caetité. Penso na semelhança que há entre estes componentes, chegando a conclusão de que no componente Língua Portuguesa os alunos adquirem a interpretação acerca do escrito e da visão de mundo, desta forma, é preciso compreender em como estão colocadas as relações étnico-raciais dentro do universo literário, pois estes relatos histórico contam a trajetória do povo negro, desde os porões do Navio Negreiro, e ainda antes, quando foram tomados de sua terra e cultura, o que é representado na atualidade através da religião, arte, culinária, música etc., além das divergências sociais, principalmente em uma escola com maioria de estudantes negros onde muitos deste grupo não se reconhecem como tal, o que está relacionado à falta de letramento racial, ao apagamento cultural da formação brasileira e ao racismo propagado.

Apesar de obrigatória na grade curricular, a Lei nº 10.639/03 é trabalhada em sala apenas com a função de cumprir carga horária, não instigando, por muitas vezes, o profissional da educação a pensar: onde estão as obras de autoria e representação negras? Este questionamento traz à tona o *epistemicídio*, termo concebido por Boaventura de Souza Santos e debatido por Sueli Carneiro, que trata do apagamento do povo negro no campo da intelectualidade.

A escola está presa ao livro didático de valor eurocêntrico, sendo que suas referências fogem da realidade do ensino e de suas especificidades. Se para a pesquisa é preciso instigar o que incomoda, para os professores deve ser o suficiente para sair da “zona de conforto”, sendo compreendidas as cargas horárias exaustivas, salas lotadas e administração de várias

¹ Termo associado à mula, animal infértil com serventia apenas para o trabalho, representando a zoomorfização dos corpos negros no século XIX; característica do Naturalismo.

disciplinas. Estes são alguns dos diversos problemas que a profissão passa cotidianamente. O foco deve partir da inquietação em não aceitar isso no próprio trabalho e dentro de outros ambientes educacionais relacionando, também, com os espaços familiares e demais ambientes sociais.

Adentrar em turmas que ainda não têm noção dos próprios direitos (a exemplo da Lei de Cotas) traz a percepção de que esta falta reconhecimento está inteiramente ligada ao apagamento no ensino, não reduzido a um ou outro componente, mas em toda a composição do currículo escolar.

Esta inquietação aconteceu, para mim, a partir do momento em que fui motivado a discutir as relações étnico-raciais e suas autorias, trazendo-me ao Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS, com aprovação em novembro de 2022, na intenção de debater o sustentamento deste bloqueamento contra o povo negro.

A partir desta análise, me uno à crítica de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) ao sistema político/social e hegemônico no Brasil, partindo do século XIX, em que o povo negro foi abandonado, com observação na atualidade sobre a propagação do *epistemicídio*. A partir dessa posição, surgiu o problema de pesquisa: de que modo a vida de Afonso Henriques de Lima Barreto e as críticas sobre as relações raciais/sociais trazidas em suas produções auxiliam na identificação do *epistemicídio* contra o avanço no processo educacional e intelectual de autores/estudiosos/pesquisadores negros? Serão analisadas as obras do autor, com ênfase em duas grandes produções, “Diário do Hospício”, publicada postumamente, e “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” (2017 [1909]).

Durante séculos o povo negro brasileiro tem enfrentado, corriqueiramente, o peso da herança deixada pela colonialidade que induz os corpos à subalternidade e inferiorização intelectual. Com isso, a comunidade negra tem buscado se fortalecer, cada vez mais, para tensionar a política brasileira e grupos elitistas a se posicionarem de modo que contemple az todos os cidadãos, em geral, buscando equidade e tentativa de superar o racismo étnico/de cor que têm desprovido negros/as de alcançarem a ascensão social.

Ao abordar esta inquietação, reforço a pertinência no posicionamento de autores do passado que em união à discursos atuais têm auxiliado para a compreensão de como se dá o esfacelamento dos corpos negros, induzido pela branquitude. Com a experiência pessoal de Lima Barreto junto aos seus personagens, utilizo fragmentos da vida e obra do autor em que são assistidos episódios de violências psicológicas e invalidação contra pessoas de cor.

A temática que me acompanha nesta pesquisa importa, também, à minha vida pessoal, enquanto intelectual em constante formação que habita um corpo negro e homossexual. O meu foco, obviamente, é destacar as relações raciais, sem alguma distinção de gênero ou sexualidade, bem como alguma menção específica, porém, é importante destacar que trata-se de um autor que experiencia o racismo diante do seu gênero masculino, a localidade e tempo a qual está inserido. Busco focalizar no processo formativo do povo negro, de modo geral, mantendo-o como principal exemplo a ser destacado.

Através deste Mestrado Profissional tenho a intenção de colaborar com o campo escolar/acadêmico e com a comunidade. Não é possível trazer a ideia de uma sociedade moderna e padronizada enquanto, fora dos muros escolares, a realidade é marcada pela violência, preconceitos, divergências sociais etc.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Busca-se destacar como o epistemicídio é o dispositivo geral para o atraso do avanço intelectual do povo negro, representado pela sua identificação a partir da vida e críticas sociais de Afonso Henriques de Lima Barreto em *Diário do Hospício* (1954) e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), chegando à discussão das dificuldades para o alcance e permanência acadêmica/intelectual.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Destacar a experiência e o processo de desenvolvimento intelectual de Lima Barreto e seus personagens para o alcance do debate do mito da democracia racial e a importância do discurso de Barreto para esta reafirmação;
- Discutir o *epistemicídio* em meio a intelectualidade negra e os seus efeitos entre os estudiosos;
- Debater o processo educacional do povo negro, debruçando sobre as experiências pessoais de Afonso Henriques de Lima Barreto e através da leitura de obras que atravessam o processo de exclusão pela condição racial em sua tentativa de ascensão.

3 METODOLOGIA

A pesquisa baseia-se no levantamento histórico das obras “Diário do Hospício” e “Recordações do Escrivão Isaías Caminha” de Afonso Henriques de Lima Barreto, com foco nas discussões sobre identificação do *epistemicídio*, perpassando a trajetória de Barreto que,

como registrado em suas obras, traça suas dificuldades pessoais relacionadas à raça e condição social para tentar o alcance da notoriedade enquanto intelectual. Este trabalho é realizado em conjunção com autores especializados para cada tópico mencionado.

A pesquisa trata-se da análise da *narrativa* (Labov; Waletzky, 1967) de Lima Barreto. Sobre isso, Bastos e Biar (2015) esclarecem que “pode-se definir narrativa, pré-teoricamente, como o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social” (p. 99).

Com a compreensão desta narrativa a partir da *Escrevivência* (Conceição Evaristo, 2007), sendo este um termo intimamente ligado à escrita negra e feminina, justifica-se a observação por se tratar de uma literatura afro-brasileira que, independentemente do gênero, traz a bagagem da vivência e denúncias que representam situações experienciadas pelo povo negro.

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana (Evaristo, 2020, p. 30).

Evaristo (2009) define essa escrita enquanto *diaspórica e universal*, a qual possibilita o entendimento acerca do que é abordado por Lima Barreto, quando o autor, em seu diário íntimo, discorre, em detalhes, um momento obscuro de sua vida.

Nomear o que seria literatura afro-brasileira e quais seriam os seus produtores é uma questão que tem suscitado reflexões diversas. Há muito, um grupo representativo de escritores(as) afro-brasileiros(as), assim como algumas vozes críticas acadêmicas, vêm afirmando a existência de um corpus literário específico na Literatura Brasileira. Esse corpus se constituiria como uma produção escrita marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens negros e de mulheres negras na sociedade brasileira (Evaristo, 2009, p. 17).

Para a análise de sua configuração qualitativa, de cunho documental e bibliográfico, esta pesquisa apoia-se nas definições de Cellard (2008) e Gil (2008). Antônio Carlos Gil (2008), em sua obra “Métodos e Técnicas de Pesquisa Social”, define o método da pesquisa qualitativa através da interpretação, necessária para a aquisição de novas ideias e respostas a partir dos dados analisados e, em seguida, a sua observação, analisando os processos sociais em uma comparação histórica dos fatos ocorridos. Dessa forma, Gil (2008, p. 178) define que “a interpretação dos dados é entendida como um processo que sucede à sua análise”.

Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas [...] (Gil, 2008, p. 178).

Já sobre seu caráter documental e de acordo com André Cellard (2008, p. 295), “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”. Ou seja, é através dessa observação que se tem uma afirmação sobre as transformações ocorridas a partir de um tempo específico, definido e necessário, neste caso, para o entendimento do processo do racismo no Brasil, chegando ao bloqueamento do desenvolvimento intelectual, com um levantamento histórico deste acontecimento no país no final do século XIX, registrado por Barreto posteriormente.

[...] graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias (Cellard, 2008, p. 295).

Além disso, Cellard (2008, p. 298) complementa a respeito dos documentos pessoais, que necessitam de uma observação a partir de uma perspectiva particular e específica: “esta categoria reúne autobiografias, diários íntimos, correspondências, histórias de vida, documentos de família, etc.”. Essa é a intenção do estudo, analisar os registros deixados por Barreto, autor do século XX que, em seus diários íntimos, relata como estava a saúde psicológica e física do povo negro, com ênfase nas vivências de um escritor que, em vida, não teve reconhecimento e sofreu preconceito por sua condição racial, o que nos dá ferramentas para identificação e compreensão de como se dá a propagação do *epistemicídio*.

Sob esta ótica, Gil (2008, p. 50), acrescentando a pesquisa bibliográfica, nos diz que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (...) A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (Gil, 2008, p. 50).

Também por ser uma pesquisa bibliográfica, observa-se a necessidade do levantamento de autores que discutem o tema além do próprio autor estudado, processo que permite o encontro de resultados a partir da exploração daquilo que já havia sido elaborado e deixado para estudos históricos, permitindo a análise de inúmeros fatos e estudos comparativos.

Figura 1: Fluxograma da metodologia da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Através deste capítulo teórico, é apresentada uma sequência de tópicos a serem discutidos na pesquisa, com o decorrer dos capítulos, sendo finalizados com a análise das obras de Afonso Henriques de Lima Barreto. A leitura é concentrada a partir dos registros autobiográficos do autor entre sua vida íntima e o que é exposto em seu trabalho. Em continuidade, veremos teorias e terminologias criadas por grandes estudiosos que transitam entre os séculos XX e XXI, trazendo conceitos e explicações acerca da temática exposta.

4.1 LIMA BARRETO: BIOGRAFIA E CRÍTICA LITERÁRIA

Nascido aos treze de maio de 1881, no Rio de Janeiro, exatos sete anos que antecedem a data da abolição da escravatura no Brasil, Afonso Henriques de Lima Barreto, escritor negro, tornou-se um imponente crítico do sistema escravagista no Brasil, ao pensar em sua realidade em vivenciar os preconceitos de cor e as mazelas enfrentadas pelo povo preto na convivência social, e elaborar críticas políticas a respeito dessa experiência.

Em *Lima Barreto e O Destino da Literatura*, Robert John Oakley realiza uma análise sobre o destino da arte, da inteligência e da literatura a partir do pensamento barretiano e os registros deixados por Barreto, revelando previamente, pelo autor, o destino de si, quando inserida a imagem do corpo negro e do pensamento sobre os caminhos sociais que levam a defasagem do ser, exemplificado por seus personagens:

Em todos os romances completos publicados durante a vida de Lima Barreto a inteligência é marginalizada: Isaías Caminha não prossegue com seus estudos; Gonzaga de Sá desiste, em desespero, de qualquer tentativa de solidariedade intelectual para com seus colegas, para tornar-se praticamente um recluso intelectual; Quaresma quase enlouquece graças à hostilidade com relação a seus esforços intelectuais; e o peculiar idealismo intelectual de Benevenuto é marginalizado pela lucidez com a qual ele decide que qualquer esforço para melhorar a sociedade é inútil [...] (Oakley, 2011, p. 199-200).

Diversos estudiosos tomam conhecimento aprofundado da escrita de Barreto, e ainda que o seu trabalho tenha uma distância secular da atualidade, parece refletir uma realidade contemporânea. Seu trabalho, portanto, é pertinente nas discussões sobre raça e intolerância na sociedade. Com a literatura barretiana, percebemos o quão importante é a sua obra, apesar de ter obtido reconhecimento apenas muitos anos após sua morte.

Lília Moritz Schwarcz, a partir do trabalho realizado sobre as influências e situações experienciadas por Barreto e seus ascendentes, alcança como o discurso do autor é realizado a partir do pensamento acerca dos direitos sociais que lhe foram negados ao decorrer da vida:

A vida e obra desse escritor representam, portanto, um convite e um aceno. Lima nos incita a transgredir a fronteira do passado, atuando como um guia inesperado. Um timoneiro que não abre mão de incluir em sua obra suas batalhas, idiossincrasias, brincadeiras, afetos e broncas. Um narrador que nunca apaga diante do que acredita ser seu e de direito. Ele que brigou, insurgiu-se, apoiou, vetou, enfim, fez todo o barulho que podia para a República se tornasse uma *res publica*: o governo de todos para todos, e por todos [...] (Schwarcz, 2017, p. 19).

A própria vida de Lima Barreto é o ponto de partida para que sejam colocadas em prática as discussões, reafirmadas diariamente através de outros críticos que, por muitas vezes, baseiam-se inconscientemente na intelectualidade do autor. Se vivo hoje, certamente estaria satisfeito com o avanço no interesse da temática, dentre outras mudanças, mas, ainda viveria o processo frustrante da sensação de não haver diferenças significativas em comparação ao seu tempo, se analisadas as violências ainda vividas pelo povo negro em termos físicos, psicológicos, políticos e culturais.

Ao analisar a vida de Lima junto à sua obra, percebe-se o sentimento de estar condenado ao poder alheio, principalmente quando destacado o seu desejo frustrado de reconhecimento, com a necessidade de reforçar a importância que tem um “doutor diplomado” ou um “intelectual renomado”, que reduziu o autor à falência física e moral, como visto em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (2017 [1909]), além dos danos causados pelo racismo, que o levou ao enfrentamento a problemas psicológicos como o alcoolismo, assim como destacado na obra “Diário do Hospício”, inacabada e escrita dentro do Hospício Nacional.

4.1.1 Literatura Afro-brasileira

Neste tópico, ao tratar da literatura barretiana, que aborda e contesta as perversidades feitas contra o povo negro, é preciso compreender como aconteceu o reconhecimento dessa escrita que, por anos, esteve censurada por uma crítica que não aceitava a entrada do negro em um plano artístico e intelectual, desconsiderando suas produções e denúncias. Desta forma, é preciso destacar o conceito de Literatura Afro-Brasileira e o seu levantamento, como apontado por Eduardo de Assis Duarte:

Desde a década de 1980, a produção de escritores que assumem seu pertencimento enquanto sujeitos vinculados a uma etnicidade afrodescendente cresce em volume e começa a ocupar espaço na cena cultural, ao mesmo tempo em que as demandas do movimento negro se ampliam e adquirem visibilidade institucional. Desde então, cresce da mesma forma, mas não na mesma intensidade, a reflexão acadêmica voltada para esses escritos, que, ao longo do século XX, foram objeto quase que exclusivo de pesquisadores estrangeiros como Bastide, Sayers, Rabassa e Brookshaw, entre outros (Duarte, 2011, p. 1).

Este acontecimento se deu, em grande parte, após a firmação do Movimento Negro Unificado (MNU), a partir da união e luta contra as opressões e ataques contra a comunidade negra, movidas por pessoas engajadas nesta busca.

A escrita literária afro-brasileira ainda enfrenta um distanciamento dentro do seu próprio território, ao tempo em que a literatura internacional, principalmente a americana e europeia, tem um grande reconhecimento entre os estudiosos brasileiros, divergindo do tratamento à escrita nacional.

Sobre o termo “afro-brasileiro” e a literatura, Eduardo de Assis Duarte define

Literatura Afro-brasileira: processo, devir. Além de segmento ou linhagem, componente de amplo encadeamento discursivo. Ao mesmo tempo “dentro e fora” da literatura brasileira, como já defendia, na década de 1980, Octavio Ianni (1988, p. 208). Uma produção que implica, evidentemente, re-direcionamentos recepcionais e suplementos de sentido à história literária estabelecida. Uma produção que está dentro porque se utiliza da mesma língua e, praticamente, das mesmas formas e processos de expressão. Mas que está fora porque, entre outros fatores, não se enquadra no ideal romântico de instituir o advento do espírito nacional. Uma literatura empenhada, sim, mas num projeto suplementar (no sentido derridiano) ao da literatura brasileira canônica: o de edificar uma escritura que seja não apenas a expressão dos afrodescendentes enquanto agentes de cultura e de arte, mas que aponte o etnocentrismo que os exclui do mundo das letras e da própria civilização. Daí seu caráter muitas vezes marginal, porque fundado na diferença que questiona e abala a trajetória progressiva e linear de nossa história literária (Duarte, 2011, p. 15).

Duarte (2011) aborda a literatura afro-brasileira como uma forma de produção que está para além do espírito nacional, ou seja, é uma representação dos enfrentamentos do povo negro

desde a saída do território africano, tomados de suas terras e agora em processo de ressignificação de sua forma, em respeito aos ancestrais e em constante luta para que o Brasil acate a ideia de que mantém a África em sua formação, tanto em nível cultural, como religioso, e intelectual.

O autor aponta que “é inegável que a afro-brasilidade, aplicada à produção literária enquanto requisito de autoria e marca de origem, configura-se como perturbador suplemento de sentido apostado ao conceito de literatura brasileira, sobretudo àquele que a coloca como “ramo” da portuguesa” (Duarte, 2011, p. 5). Isso ocorre porque o constante processo de embranquecimento racial, na intenção de atrasar o avanço dos povos autodeclarados afrodescendentes, é ameaçado pela potência negra que, em sua coragem e união intelectual, prova a existência dos processos históricos que denunciam os danos feitos por esse sistema, principalmente quando criada uma nova proposta literária, que foge de todos os padrões antes definidos.

Por este motivo grandes obras de autoria negra alcançaram a notabilidade através do embranquecimento autoral, tornando “(...) autores impelidos a uma negrícia ou negrura abafadas e tendo na literatura uma forma de expressão do retorno do recalcado, como no caso de Machado de Assis” (Duarte, 2011, p. 5).

Este descrédito da imagem do real autor de uma determinada obra é uma forma de aniquilação do negro dentro da sua própria produção, sendo um fato ainda observado em diversas formas de arte, como a música e cinema, quando artistas têm músicas veiculadas em grandes meios, mas têm sua imagem física esquecida ou desconhecida, assim como atores e atrizes de talento incomparáveis os quais são reduzidos a papéis que representam a subserviência, com pequenas aparições ou sem grande importância na obra.

4.1.2 *Diário do Hospício*

Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que peço dela
(Lima Barreto)

A obra “Diário do Hospício” foi escrita por Barreto (entre 1919 e 1920, publicada postumamente, inicialmente em 1953) em sua segunda internação, desta vez no Hospício Nacional, lugar que serviu de inspiração para a escrita deste texto que revela, minuciosamente, o processo que o levou àquela situação e o pressentimento de finalização de trajetória e vida, quando reconhece seu vício e confusão mental. A partir da obra, podemos analisar como o

racismo atua como causador da prostração do autor, o sofrimento mental retratado por Barreto é o espelho para tantos fins que a colonialidade provoca ao povo negro.

Em sua chegada ao Hospício, Lima Barreto detalha um fator imprescindível na perseguição contra corpos negros.

Não me incomodo muito com o Hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia em minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material, há seis anos, me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura, delírio (Barreto, 1993, p. 25).

Lima Barreto reconhece, em sua escrita, seu incômodo, retratado principalmente quando menciona os seus familiares e amigos, alegando a ausência de visitas.

Estive mais de uma vez no Hospício, passei por diversas secções e eu posso dizer que me admirei que homens rústicos, os portugueses, mal saídos da gleba do Minho, os brasileiros, da mais humilde extração urbana, pudessem ter tanto resignação, tanta delicadeza relativa, para suportar os loucos e as suas manias (Barreto, 1993, p. 30).

Barreto, com sua escrita crítica e militância acerca da interação entre o branco dominador e o negro colonizado, surpreende-se com o tratamento que recebeu de alguns homens nas dependências do Hospício: apesar de denunciar diversos maus-tratos, admirou-se com a tranquilidade, não percebida fora daquele espaço, dos brancos europeus.

Em outro discurso, diz ter se surpreendido com o atendimento de um jovem médico, o qual trata por Doutor H.: “Ele me tratou muito bem, auscultou-me, disse-lhe tudo o que sabia das conseqüências do meu alcoolismo e eu saí do exame muito satisfeito por ter visto no moço uma boa criatura, que não guardava rancor das troças que ele bem podia atribuir a mim” (Barreto, 1993, p. 31-32).

Era reconhecida a sua luta interna contra os vícios que o levou a diversos desequilíbrios psicológicos e emocionais, assim como identificado o principal motivo para esses vícios: os problemas financeiros causados pelo rebaixamento de sua inteligência. Sobre isso, relata suas angústias por produzir, mas não ser reconhecido em seu valor intelectual.

Oh! meu Deus! Como eu tenho feito o possível para extirpá-lo e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, e por sofrê-las, é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande choque moral, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda a espécie de humilhações. também (Barreto, 1993, p. 32).

Impressiona que, mesmo um lugar que traz vulnerabilidade, preso à sua própria loucura, permite que descreva todos os fatos com uma lucidez que o transcende para além do local em que escreve.

Agora, que, creio ser a última ou a penúltima, porque daqui não sairei vivo, se entrar outra vez, penetrei no pavilhão calmo, tranqüilo, sem nenhum sintoma de loucura, embora toda a noite tivesse andado pelos subúrbios sem dinheiro, a procurar uma delegacia, a fim de queixar-me ao delegado das cousas mais fantásticas dessa vida, vendo as cousas mais fantásticas que se possa imaginar (Barreto, 1993, p. 38).

Em seu interno, Lima Barreto sabia das consequências que a desordem em sua saúde física e psicológica traria. Quando menciono o “transcender” do autor para fora do Hospício, percebo que é como se ele já tivesse a visão do antes e depois da sua vida, com uma grande inteligência que, talvez, somente os delírios pudessem trazer.

Esta obra pode (ou quase) ser a maior documentação relacionada ao lado mais íntimo do autor, assim como as obras que descreverei a seguir também o são, mas o “Diário do Hospício” é uma fonte única em detalhes sobre a vida pessoal de Barreto, principalmente vista a sua condição racial, financeira e moral na época, que serve de base para a compreensão da condição do povo negro na atualidade, em níveis social e intelectual.

O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá?
(Lima Barreto)

4.1.3 Recordações do Escrivão Isaías Caminha

O flanco, que a minha pessoa, na batalha da vida, oferecia logo aos ataques dos bons e dos maus, ficaria mascarado disfarçado... (Lima Barreto [Isaías Caminha])

A obra “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”, publicada inicialmente em 1909, é mais uma representação da realidade do negro, desta vez, apresentando o personagem principal, Isaías, que descreve situações enfrentadas para a compreensão do racismo, incluindo as dificuldades que teve para estudar e ser reconhecido enquanto intelectual.

Alfredo Bosi, em uma análise sucinta do personagem Isaías, apresenta

Sustenta, porém a presença de Isaías como personagem polarizadora a própria frustração do autor, que nele se encarna, tornando especialmente doídos os seus encontros com os preconceitos de cor e de classe. Uma tristeza, ora de rebelde ora de vencido, dá o tom sentimental dominante a essas *Recordações*, onde alternam, chegando às vezes a fundir-se, a representação de uma sociedade classista e o seu processo instaurado por um “humilhado e ofendido”. Assim, o convívio de objeto e

sujeito, de observação social e ressonância afetiva, define com propriedade o estilo realista-memorialista de Lima Barreto (Bosi, 1994, p. 319).

É observado o personagem numa perspectiva além do que está ficcionalizado, pensando na proximidade entre Barreto e sua criação, e sobre como a obra pode espelhar as experiências vividas pelo autor desde a juventude. Este relato de Barreto, entretanto, não é uma espécie de autobiografia, mas sim a representação de toda a comunidade negra que, assim como o objetivo desta pesquisa, luta a favor da igualdade racial e do reconhecimento intelectual.

A escrita militante de Afonso Henriques de Lima Barreto, através das *Recordações* experienciadas por Isaías, revela o malicioso projeto de branqueamento que a colonialidade impõe sobre os corpos negros, sendo preciso relatar, por diversas vezes, que não existe equidade racial no Brasil, assim como há uma política que favorece esta segregação, bastante criticada pelo escritor.

Ainda no prefácio da obra de Barreto, é apresentada a intenção do autor

Não é meu propósito também fazer uma obra de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno (Barreto, 2017, p. 10).

Para alcançar essas acusações ditas acima, Barreto atua de forma profunda na sequência dos fatos, quando apresenta Isaías Caminha, um jovem que sonhava em ser doutor, ainda que em uma realidade distante, em uma cidade de interior. Tinha como principal inspiração o pai, vigário europeu, enquanto a sua mãe era uma negra retinta, descendente de escravizados.

Meu pai, que era fortemente inteligente e ilustrado, em começo, na minha primeira infância, estimulou-me pela obscuridade de suas exortações.
[...]
O espetáculo do saber de meu pai, realçado pela ignorância de minha mãe e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança, como um deslumbramento (Barreto, 2017, p. 13).

No tratamento da figura paterna em contraste a de sua mãe, percebemos o desejo de Isaías em ser “diferente” em meios aos seus, uma sensação de deslocamento, além de uma necessidade de mudar a sua condição, por não aceitar que estaria condenado àquela realidade. Isaías Caminha tem a sua inteligência espelhada em seu pai, e assim ele se vê.

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho

da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro (Barreto, 2017, p. 19).

Caminha parte para o Rio de Janeiro esperançoso de que todas as promessas que lhe foram feitas seriam cumpridas, acreditava que sua coragem e intelecto bastassem para sobreviver na cidade grande, mas a sua esperteza não é o bastante para superar sua inocência, e este primeiro fato é narrado ainda no início da obra, antes mesmo de chegar ao seu destino.

Como se me demorassem em trazer-me o troco reclamei: “Oh! – fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!” Ao mesmo tempo, a meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O Contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não me rebentou em pranto (Barreto, 2017, p. 24).

Ainda mais adiante, em outro trecho, percebe que, por mais que se esforce, será reprimido de alguma forma

Um sujeito entrou no bonde, deu-me um grande safanão, atirando-me o jornal ao colo, e não se desculpou. Esse incidente fez-me voltar de novo aos meus pensamentos amargos, ao ódio já sopitado, ao sentimento de opressão da sociedade inteira... Até hoje não me esqueci desse episódio insignificante que veio reacender na minha alma o desejo feroz de reivindicação (Barreto, 2017, p. 55).

Caminha, ainda muito inocente, não suspeitara que a sua cor e origem fossem o pontapé para que a sociedade, moldada pela colonização, decidisse em qual lugar ele deveria permanecer e o que poderia ou não alcançar. Acreditava que apenas a sua educação fosse necessária para uma boa receptividade.

A partir daquele momento, sua consciência começa a ser corrompida pelas violências morais que passou a enfrentar, mas que já eram enfrentadas por muitos outros “Isaías” que ali circulavam: era um só corpo, em meio a tantos outros que assim se sentiam.

Tomado por sua candura, Caminha tentava compreender por que passara por aquilo

Além de tudo, eu sentia que a minha fisionomia era animada pelos meus olhos castanhos, que brilhavam doces e ternos nas arcadas superciliares profundas, traço de sagacidade que herdei de meu pai. Demais, a emanção da minha pessoa. os desprendimentos da minha alma, deviam ser de mansuetude, de timidez e bondade... Por que seria então, meu Deus? (Barreto, 2017, p. 24).

Não imaginar que o seu corpo poderia descrevê-lo antes da sua voz retirou, por um momento, a sua lucidez. Ser bom não bastava naquela realidade, ter a intelectualidade aguçada,

de nada valeria. Assim, a história que circula em torno de Isaías lembra a história do seu próprio criador, Lima Barreto, como mencionado abaixo.

O álcool não entrava nos meus hábitos. Em minha casa, raramente o bebia. Naquela ocasião, porém, deu-me uma vontade de beber, de me embriagar, estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos tendidos pelos constantes abalos daqueles últimos dias (Barreto, 2017, p. 73).

Barreto também se viu esvaziado do progresso, assim como abordado nessas recordações. O autor sofreu com o alcoolismo, assim, a obra é importante para compreender a que nível o domínio do branco colonizador pode danificar a existência de um corpo negro, apenas assim sendo visto, um corpo, esquecido de sua alma, necessidades e vontades.

Em uma outra parte, essa angústia é explanada

Foram de imensa angústia esses meus primeiros dias no Rio de Janeiro. Eu era como uma árvore cuja raiz não encontra mais na terra em que se apoie e donde tire vida; era como um molusco que se perdeu a concha protetora e que se vê a toda hora esmagado pela menor pressão (Barreto, 2017, p. 44).

Ainda que com uma linguagem poética, é possível sentir a necessidade que Isaías mantinha de reivindicar um lugar, querendo entender a todo custo o porquê do seu corpo estar carregado pelo abandono. É dessa maneira que Lima Barreto o retrata e denuncia, através de seu livro, o racismo e as condições desumanas a que a população negra é relegado, utilizando a escrita para provar que o esforço não é o bastante, que o processo de suportar degenera uma mente sonhadora aos poucos, não adiantando ser um ser politizado, se, ao mesmo tempo, mantém-se em contradição com a proposta de anulação da raça negra dos meios de convivência do branco e da elite.

4.2 A POSIÇÃO SOCIAL DO POVO NEGRO NO BRASIL

Quando exposto à sociedade, o negro encontra-se perdido, esvaziado do sentimento de progresso ou, no mínimo, de uma reparação pelos danos provocados aos seus ancestrais, herdados em sua pele, que predestinam sua vida. Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (2022), na obra “Lugar de Negro”, apresentam a posição social do negro brasileiro, passando por movimentos importantes que instigaram a sua revolução, como o Golpe de Estado no Brasil em 1964 que, pelas repressões, desequilibrou a intelectualidade negra, até a criação do Movimento Negro Unificado – MNU (1978) que surgiu a partir do fortalecimento da classe, a fim de “defender a comunidade afro-brasileira contra a secular exploração racial e desrespeito humano

a que a comunidade é submetida” (Movimento Negro Unificado, 1978 apud Gonzalez e Hasenbalg, 2022, p. 55).

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente. Da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 21-22).

O Brasil atual é o reflexo de um passado que condena o povo negro em todos os aspectos, e é neste sentido que os autores provocam o ideário definido de “lugar de negro”, ou seja, nascer com a consciência de que a garantia de vida da elite branca é diferente da sua e que esta divisão é permanente por mais que haja uma iniciativa e desejo de mudar essa realidade.

É debatido que “além disso, aqui também se tem a presença policial, só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e hospícios” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 22). Em outro trecho da obra, os autores ainda complementam que “o intento de fazer do negro um ser invisível não deveria chamar a atenção em uma cultura que, proclamando-se racialmente democrática, está permeada pelo ideal obsessivo do embranquecimento” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 125).

Sem garantia de segurança, o povo negro tem sua integridade física e psicológica expostas a qualquer tipo de impetuosidade que o seu opressor deseja impor sobre o seu corpo, principalmente no ato de fazer com que o negro aja contra si mesmo, compreendendo sua existência apenas para a subserviência e, quando não aceita isso, sua revolta é fixada para a criminalidade, provocada pela falta de oportunidades e pela necessidade de sobreviver. Dessa forma, a própria sociedade cria um modelo de ser violento, o qual deve manter-se afastado, e que possui e transmite problemas e que, portanto, não deveria ter outra posição senão a de escravizado.

A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente a um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 112).

Por fim, é analisado o sistema de casta racial, como já observado, com a necessidade da branquitude em segregar, para mostrar que o Brasil é construído pela separação de classes e que um ex-escravizado deve ser visto como tal.

O “lugar do negro” é estar à espreita do branco, sobrevivendo com a sua moral ameaçada a todo instante, mas é também o não aceitar mais ser violentado, buscando reparar a vida da sua ancestralidade que deixou importantes heranças culturais, intelectuais e materiais. O “lugar de negro” é unindo os seus irmãos de raça para uma luta contínua e determinada.

Para o que foi debatido, o sociólogo Florestan Fernandes (2007), incita que

A sociedade de classes herdou os padrões de relações raciais, elaborados sob a escravidão, e manteve as principais iniquidades que pesavam sobre os “libertos” na ordem social escravocrata e senhorial. Não obstante, os negros e mulatos pouco ou quase nada conseguiram fazer para alterar o terrível curso da história, já que não possuíam condições econômicas, sociais e educacionais para enfrentar vantajosamente o período de transição, nem dispunham de meios culturais e políticos para se protegerem da catástrofe que se abateu sobre o *meio negro* (Fernandes, 2007, p. 200).

Pouco era possível ser feito na transição entre os séculos XIX e XX, e isso se estendeu para mais adiante, quando o povo negro, sem condições mínimas de subsistência, também não encontrava alternativas para que suas falhas repetições e tentativas fossem superadas. Restava apenas o peso do passado de escravizado e as rejeições que a cor da pele lhe causava.

Florestan Fernandes, em *O Negro no Mundo dos Brancos*, faz esse paralelo, reafirmando iniciais interferências conscientes do povo negro no período, afim de resultar em movimentos que reunissem a comunidade para reivindicar direitos igualitários e superação das mazelas provocadas pela camada branca colonizadora e elites que impediam o acesso livre aos libertos.

É importante destacar a fragilidade do *ego branco*, pelo medo de perder suas posições privilegiadas quando corpos negros se veem na possibilidade de acessar postos que pudessem “inverter os papéis” em relação a função de dominação em cargos, política etc. A preocupação da branquitude nunca foi a reivindicação do povo negro, mas de que perdessem o controle sobre os limites as quais eles impõem sobre estes corpos, causando uma rebelião social e descentralização do branco entre as relações de poder.

O privilégio é tão “justo” e “necessário”, para as camadas dominantes, e também para as suas elites culturais, que as formas mais duras de desigualdade e de crueldade são representadas como algo *natural* e, até, *democrático*. Está nessa categoria o mito da democracia racial, tão entranhado na visão conservadora do mundo no Brasil. O que define uma democracia racial? Pouco importa. O que importa é que o mito seja aceito e que se propague que não existe, no mundo, “outro exemplo de democracia racial” (Fernandes, 2007, p. 294).

Daí é engendrada a construção de uma falsa democracia, que deixa o/a negro/a viverem a ilusão de que mantêm direitos sociais e passarem pelas duras tentativas de alcançarem algo. O mesmo acontece quando tentam encaixar-se na política, como mencionado por Sueli Carneiro (2023), a farsa do branco, consiste em tornar as ações do negro como uma grande brincadeira: “o pacto tácito proposto é um simulacro de ação política: “nós deixamos vocês brincarem de fazer política, desde que não extrapolem certos limites”. Ou ainda, “desde que seja prática assistida por brancos de nossa confiança” (Carneiro, 2023, p. 333).

Retomando a obra de Florestan Fernandes (2007, p. 289), é debatido o dilema social, construído a partir de um “fenômeno sociológico essencialmente político”, concentrado nas relações de poder econômico e de cultura. Aqueles que mantêm domínio sobre essas relações, submetem os dominados à inferioridade, tornando-os “impotentes para impor sua vontade e corrigir a situação”, desta forma, acabam fixando em um modo de estagnação, com um limite máximo a ser alcançado e assim teriam de se conformar.

4.3 MANIQUEÍSMO RACIAL

Este debate é chave para a abertura das discussões com Frantz Fanon que, ao tratar do negro na sociedade, apresenta esta dualidade maniqueísta vivenciada, em que há uma divisão entre o bem e o mal, ou seja, o branco opressor sobre o negro colonizado.

Em “Pele Negra, Máscaras Brancas”, Fanon (2020) explicita:

Então nos coube enfrentar o olhar do branco. Um peso fora do comum passou a nos oprimir. O mundo real disputava o nosso espaço. No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração do seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma atividade puramente negacional. É um conhecimento em terceira pessoa. Ao redor do corpo, reina uma atmosfera de clara incerteza (Fanon, 2020, p. 126).

De acordo com Fanon (2020), o negro acostumou-se a se posicionar de maneira isolada, longe daquilo que ele sabe que é pertencente ao seu dominador. O negro retirar-se do mundo, sem questionar ou lutar para encaixar-se, é um projeto planejado de manter o padrão branco, imposto a partir de seus ideais. E, de acordo com o autor, por mais que enfrente a sociedade e mostre elevados níveis de capacidade de contribuição, a sua *negrura* estará em primeiro plano, vista e subjugada a qualquer desejo do poder branco.

Em sua análise acerca do pensamento europeu, o autor apresenta como se dá essa representação negativa do negro socialmente, associando toda a carga maligna existente no

mundo com a raça, sendo o negro um “arquetipo de valores inferiores” que gera este “problema negro” existente (Fanon, 2020, p. 200).

Voltando à psicopatologia, digamos que o negro vive uma ambiguidade que é excepcionalmente neurótica. Aos vinte anos, ou seja, no momento em que o inconsciente coletivo mais ou menos já se perdeu, ou ao menos ficou mais difícil de ser trazido ao nível do consciente, o antilhano percebe que está vivendo em erro. Por que isso? É muito simples: porque, e isto é muito importante, o antilhano se soube negro, mas por um deslize ético se deu conta (inconsciente coletivo) de que era negro na medida em que era mau, indolente, perverso, instintivo (Fanon, 2020, p. 203).

Através dessa problemática, Fanon realiza os seus estudos sobre as patologias psicológicas que acometem o povo negro, agravadas pela dura realidade de serem vítimas de uma sociedade que mantém estas violências, fazendo com que, precocemente, o povo negro se renda ao racismo, violentando a si próprio e ao seu semelhante.

Voltando às ameaças contra a intelectualidade negra, com a interferência da burguesia na decisão sobre os padrões de relevância, Fanon (2020) discorre

A respeito disso, permito-me fazer uma observação que encontrei em muitos autores: a alienação intelectual é uma criação da sociedade burguesa. E chamo de sociedade burguesa qualquer sociedade que se esclerosa em formas específicas, impedindo qualquer evolução, qualquer avanço, qualquer progresso, qualquer descoberta (Fanon, 2020, p. 236).

Aqui, faço referência ao autor estudado nesta pesquisa, Afonso Henriques de Lima Barreto, que foi impedido de ocupar qualquer posição senão o seu lugar de origem, sem a liberdade de confrontar essa burguesia opressora, capaz de dominar todo e qualquer espaço com sua alienação. Como mencionado por Frantz Fanon, a burguesia branca propaga a ideia de que é a única civilizada e capaz de passar qualquer tipo de conhecimento, a fim de provocar o embranquecimento social físico (na mistura das raças) e intelectual (de “passar” a ser branco e pensar como tal). O autor acrescenta que “o negro quer ser como branco. Para o negro, há um só destino. E ele é branco. Já faz muito tempo que o negro admitiu a inquestionável superioridade do branco e todos os seus esforços visam conquistar uma existência branca” (Fanon, 2020, p. 239).

O sentimento de negação de si próprio é forte e presente nas obras que serão analisadas (“Diário do Hospício” e “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”). Fanon elucida este debate ao apresentar o negro em suas duas versões: na proteção do lar e na convivência em sociedade, quando toda a sua construção moral é quebrada pelo preconceito.

A falta de equidade no tratamento racial no Brasil é notada, com evidência, quando é estabelecido o discurso da meritocracia racial, sustentada pela própria sociedade que, por falta de letramento, muitas vezes não reconhece a existência do racismo, trazido desde os primeiros períodos do Brasil, ainda enquanto colônia.

De acordo com Foucault, o biopoder surge quando, no século XIX, ocorre a assunção da vida pelo poder e a conseqüente inclinação para a “estatização do biológico”. Há uma diferença fundamental no modo pelo qual esse biopoder é exercido em comparação ao modo pelo qual se exercia, até então, o direito de soberania. Se o soberano – porque tinha um de seus atributos fundamentais o direito sobre a vida e a morte – podia “fazer morrer e deixar viver”, o biopoder se constitui como poder de “fazer viver e deixar morrer” (Carneiro, 2023, p. 61).

A partir do pensamento de Fanon e fundamentando na análise dos processos de biopoder e biopolítica, esta compreensão fica mais evidente através das discussões feitas por Sueli Carneiro em *Dispositivo de Racialidade* (2023). A autora menciona Foucault com o intuito de promover, ao máximo, o conhecimento sobre o que esses conceitos marcam e como é possível analisa-los.

Na biopolítica, gênero e raça se articulam produzindo efeitos específicos. No que diz respeito ao gênero feminino, evidencia-se, por exemplo, a ênfase em tecnologias de controle sobre a reprodução, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade; quanto ao gênero masculino, evidencia-se pela violência (Carneiro, 2023, p. 61).

Complementa-se, esta, com outra observação da autora

É aí que intervém o racismo, que embora já existisse muito antes do século XIX, foi inserido nos mecanismos internos do Estado pela emergência do biopoder. O racismo cumpre o papel de fragmentar o campo biológico, do qual o poder tomou conta, para dividi-lo conforme “raças” e assim introduzir um corte entre quem deve viver e quem deve morrer (Carneiro, 2023, p. 63).

Os corpos perdem o seu valor humano, sendo vistos como objetos de serventia sexual e laboral, disponíveis para quaisquer violações. As denúncias realizadas pelos autores mencionados provam a estratégia do biopoder e biopolítica sobre a sociedade. Dessa forma, investiga-se o racismo que, apesar dos séculos existência, somente foi identificado posteriormente. É necessário não aceitar mais que as condições fisiológicas sejam motivo de apagamento e da criação de um caminho pré-definido por uma decisão superior (colonizadores).

A intelectual Cida Bento (2022) denuncia a divisão da sociedade entre uma supremacia branca (classe privilegiada) e os colonizados (classe dominada).

Privilégio branco é entendido como um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não. Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas. Há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco (Bento, 2022, p. 63-64).

O povo negro encontra-se corrompido quando há um limite no acesso a trabalho, moradia, educação, saúde, dentre outros direitos enquanto cidadão. Além disso, os corpos negros sofrem diversas violências físicas e morais. Isto independe de sua formação e intelectualidade, pois, é o seu corpo que vai definir o julgamento social. Bento (2022, p. 74) ainda reforça que, quando ocupam uma posição de ascensão, “os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território”.

Esses processos e mecanismos caracterizam o que chamamos de racismo institucional, pois são ações em nível organizacional que independentemente da intenção de discriminar acabam tendo impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo (Bento, 2022, p. 77).

A forma que a intelectualidade de Lima Barreto é tratada deixa explícito como acontece o racismo institucional, levando em consideração a posição de uma elite intelectual branca que abomina qualquer opinião crítica levantada por um autor afrodescendente a qual possa ferir o ego de um grupo que, por herança histórica, mantém o poder colonizador.

O diverso, o diferente, é definido a partir da comparação com o branco, que é considerado “a referência”, “o universal”. Tudo que se afasta dessa referência, ou “modelo”, pode ser considerado inapropriado e provoca exclusão e discriminação seja na educação, no trabalho ou em outras esferas da vida (Bento, 2022, p. 106).

O enraizamento do racismo institucional é percebido quando feito um levantamento das grandes produções literárias do Brasil, mantendo no topo os valores eurocêntricos, o que mantém a escrita afro-brasileira em uma posição de pouca relevância e com alto índice de censura, por realizar críticas que reforçam o que, há séculos, existe e jamais poderá ser esquecido.

4.4 LETRAMENTO RACIAL E A EDUCAÇÃO DO POVO NEGRO

Quando pensamos sobre o letramento do negro, é essencial analisar como acontece a sua “construção da emocionalidade”, fato observado por Neusa Santos Souza

O negro que se empenha na conquista da ascensão social para o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais,

representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente” (Souza, 2021, p. 460).

Ainda na introdução da obra, a autora faz um levantamento da história do negro que, quando retirado do seu meio, é obrigado a adquirir uma nova identidade, vista como a correta, imposta por seu colonizador. Neusa Santos Souza vê esta emocionalidade sustentada por uma perspectiva particular com intervenções sociais em sua formação, na necessidade de libertar-se das situações que atingem o povo negro a níveis sociais, econômicos e políticos.

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação, os padrões de interação com o branco, e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (Souza, 2021, p. 48).

A raça passou a ser classificada e diferenciada a partir das divisões causadas pela tomada de terras de diferentes povos. Silvio Almeida (2019), ao falar sobre a raça na História, relata como essa divisão acontece, com registro inicial em torno do século XVI e marcada por conflitos entre povos, ocasionados por fatores políticos e econômicos, em que o modelo de homem é moldado a partir de uma estética, a partir do “contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista” (Almeida, 2019, p. 25), tornando o europeu o modelo de homem universal. Souza (2021), em um panorama brasileiro, reforça que a raça é compreendida como uma noção ideológica na estruturação de classes, considerando valores culturais e relevantes para esta determinação.

E como naquela sociedade o cidadão era o branco, os serviços respeitáveis eram os “serviços de branco”, ser bem tratado era ser tratado como branco. Foi com disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para ascensão, o que equivale a dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente (Souza, 2021, p. 50).

O negro precisou perder-se para encontrar-se socialmente, com uma falsa roupagem, adquirindo uma nova cor, considerando uma possibilidade de quebrar as barreiras do racismo, se entregando a uma diferente ideologia, através de seu embranquecimento.

É a autoridade da estética branca que define o belo e sua contraparte, o feio, nesta nossa sociedade classista, em que os lugares de poder e tomada de decisões são ocupados hegemonicamente por brancos. É ela que afirma: “o negro é o outro do belo”. É essa mesma autoridade que conquista, de negros e brancos, o consenso legitimador dos padrões ideológicos que discriminam uns em detrimento de outros (Souza, 2021, p. 59).

O colocar-se do negro na sociedade é marcado por agressões, quando este corpo é submetido à uma padronização, servindo à vontade do dominador e ainda sendo mantido como aquele que jamais teria o estereótipo desejado, degenerado pelo esquecimento de sua cultura e sua origem. Ou seja, ainda que alcançasse uma boa posição, estaria perdido em si mesmo, pois “o negro acreditou no conto, no mito, e passou a ver-se com os olhos e falar a linguagem do dominador” (Souza, 2021, p. 60).

A autora bell hooks (2017) trata da educação do povo negro que, durante toda a sua vida, manteve-se entregue às decisões da elite branca, apontando meios e soluções para a libertação do negro, através do letramento racial de forma coletiva. De acordo com a educadora “a ênfase na educação como necessária para a libertação, que os negros afirmavam na época da escravidão e depois durante a reconstrução, informava nossa vida” (hooks, 2017, p. 72).

No rastro dessa perturbação, o ataque à supremacia branca manifestada na aliança entre as acadêmicas brancas e seus colegas brancos parece ter-se formado e crescido em torno de esforços comuns para formular e impor padrões de avaliação crítica que fossem usados para definir o que é teoria e o que não é. Esses padrões frequentemente produziram o confisco e/ou a desvalorização dos trabalhos que não se “encaixavam”, que de repente foram considerados não teóricos – ou não suficientemente teóricos (hooks, 2017, p. 88).

Com o estudo específico em grupos feministas na sociedade americana, o discurso de bell hooks é trazido para a realidade dos intelectuais negros brasileiros, como o estudo sobre Lima Barreto, já que é possível compartilhar diferentes vivências entre classes que, quando são rejeitadas socialmente, têm as suas produções rebaixadas, já que as críticas feitas à elite são baseadas em sua realidade racial.

O americano Carter Godwin Woodson (2021), em sua obra *A Des-educação do Negro*, aborda como funciona o currículo escolar que se baseia em valores eurocêntricos se esquece, de maneira proposital, os valores africanos que são importantes para a formação histórica local. Desta maneira, o estudo de Woodson é cirúrgico e relevante também para a análise da educação do negro no Brasil, já que os negros brasileiros também sofrem os efeitos do racismo.

O autor menciona a importância do negro enquanto ser político, mas lembra o seu acesso restrito às diversas manifestações políticas, colocado à margem, com a obrigação de seguir aquilo que lhe é imposto sem regatear, mantendo-se em seu “lugar de negro”.

Embora seja parte do corpo político, ele é, além disso, um membro de uma raça particular à qual ele deve restringir-se em todos os assuntos sociais. Embora sirva a seu país, ele deve servir dentro de um grupo especial. Embora seja um bom americano,

deve ser acima de tudo um “bom Negro”; e, para cumprir essa função definida, deve aprender a ficar num “lugar de Negro” (Woodson, 2021, p. 15).

Quando exigida a postura de um “bom americano” ou um “bom negro”, há uma regressão ao processo histórico, que prescrevia a necessidade de ser um “bom escravo”, movido pela tortura e silenciamento, e assim é na atualidade, o negro segue servindo e cumprindo essa obrigação enquanto ser social, mas não da mesma forma que o branco, pois este é quem comanda e distribui as funções por classe, mantendo a sua função de dominador.

Sobre a intencionalidade do currículo escolar racista em apagar a história do psicológico do povo negro, o autor reitera

Enfrentando esse resultado indesejável, o Negro com educação superior frequentemente fica amargurado. Ele se torna muito pessimista para ser uma força construtiva e geralmente se transforma em um crítico crônico ou um reclamante no tribunal da opinião pública. Frequentemente, quando vê que a culpa está na porta do opressor branco a quem tem medo de atacar, ele se volta contra o negro pioneiro que está no trabalho fazendo o melhor que pode para sair dos apuros (Woodson, 2021, p. 16).

A (des)educação do negro, estabelecida por Woodson pretende colocar negros contra negros, escondendo a culpa da sociedade através do retrocesso dentro do próprio sistema de ensino, com consequências vistas já na sua formação acadêmica, quando, ao serem desprezados dentro do ambiente até pelos docentes, passam a seguir este modelo, ajustando-se ao molde do branco, voltando-se então contra outros negros que não alcançaram uma posição elevada.

Ao fim deste ponto, menciona-se a professora Bárbara Carine Pinheiro, ativa na luta antirracista que, em sua obra “Como se Tornar um Educador Antirracista?” diz que “a cota é um importante mecanismo de equidade social. É sobre encurtar o caminho de quem precisa percorrer duas, três vezes mais o percurso de quem tem todas as condições de subsistência garantidas” (Pinheiro, 2023, p. 140).

A autora apresenta ao professor/leitor sobre a importância e os motivos da existência da política de cotas enquanto ação afirmativa para reparação histórica contra os danos causados contra o povo preto que sofre ameaçado diariamente em uma sociedade ainda racista de referências coloniais. Pinheiro (2023) reforça, em sua obra, que as cotas não devem ser vistas como “esmola”, como a branquitude aponta, o que é também lembrado pelos falsos discursos de meritocracia.

No discurso sobre as práticas decoloniais, em oposição à colonialidade, a autora traz a seguinte compreensão

A decolonialidade vai na contramão, buscando descentralizar o pioneirismo e a potência do mundo que nos cerca, tendo como bases únicas o continente europeu e os Estados Unidos.

[...] A decolonialidade, assim como o antirracismo, é uma categoria ocidental – ela orbita em torno da colonialidade, assim como o antirracismo orbita em torno do racismo (Pinheiro, 2023, p. 107).

Dessa forma, ao tratar da educação do povo negro, bem como o seu letramento, como intitulado neste tópico, é preciso retomar o tempo e observar quais práticas eram estabelecidas a fim de violentar e apagar a histórica da raça negra e suas particularidades, a nível cultural, intelectual, e religioso, chegando à exclusão da notoriedade acadêmica desse povo.

4.5 A INTELLECTUALIDADE DO POVO NEGRO AMEAÇADA PELOS PACTOS DE BIPODER E BIOPOLÍTICA

“Se fomos destituídos de humanidade pelo atributo da razão, é pelo intelecto que reconquistamos a nossa dimensão humana” (Bárbara Carine).

A reprodução do que é definido pela branquitude na sociedade é o reflexo do que os acontecimentos históricos deixaram de legado para a população negra. A visão eurocêntrica sobre o mundo é esmagadora. Neste sentido, a união da classe, proposta por bell hooks, é capaz de denunciar e destruir essas violências, pois a corrente de produções por autorias negras é potente e somente torna-se funcional através da visibilidade contínua, atraindo, cada vez mais, novos estudiosos na luta.

Muitas questões que continuamos confrontando como negros – baixa autoestima, intensificação do niilismo e do desespero, raiva e violência reprimidas que destroem nosso bem-estar físico e psicológico – não podem ser resolvidas por estratégias de sobrevivência que deram certo no passado (hooks, 2017, p. 93).

No caso de Barreto, o autor ficou confinado em um hospital psiquiátrico e sofreu com o alcoolismo. A pressão psicológica, vinda de uma sociedade que não aceitava a sua intelectualidade e crítica, violentou sua saúde mental e física. Lima Barreto foi um estudioso que viveu a crise durante toda a sua existência, ainda não sendo totalmente reconhecido pela academia na atualidade, discute-se o cânone literário enquanto uma instituição patriarcal e movida pela elite branca. Na busca de quebrar essas barreiras, o exemplo do autor, na busca pela ascensão, representa e movimenta uma classe que tem voz, resistência e força.

Sueli Carneiro, em sua contribuição para esta discussão, observa que

A ausência de respeito ao direito de autonomia aparece na desqualificação das formas de luta. Em geral os brancos se posicionam sobre as questões dos negros com a atitude

de quem sabe o que é melhor para eles, ditando os termos aceitáveis em que os negros devem reivindicar ou não. O pacto tácito proposto é um simulacro de ação política: “nós deixamos vocês brincarem de fazer política, desde que não extrapolem certos limites”. Ou ainda, “desde que seja prática assistida por brancos de nossa confiança”. E, mesmo, “desde que não ultrapasse o limite do simulacro” (Carneiro, 2023, p. 333).

A autora aponta fatores políticos que apagam a imagem da pessoa negra em manifestações sociais, excluindo o exercício da diversidade. Quando é negado ao povo negro seu letramento racial, há uma massificação dos ideais brancos elitistas na regulamentação do ir e vir desses corpos. Este, por sua vez, é reconhecido como um processo baseado em uma biopolítica, que omite os valores culturais e sociais dos negros, utilizando uma estratégia para embranquecê-los psicologicamente, a fim de não velar, ainda mais, o racismo.

A negação da identidade negra – para a qual a miscigenação é um operador – implicar, no plano político, destituir o negro da condição de participante de um grupo de interesse no qual seja reconhecido: é uma estratégia de controle e anulação do sujeito político. É em relação a esses danos que a educação escolar e familiar em geral se omite, silencia, nega, permitindo a sua perpetuação e comprometendo a autonomia das pessoas negras (Carneiro, 2023, p. 313).

Ao tratar da educação, a autora aponta a educação escolar e familiar como fatores decisivos na formação do caráter de pessoas negras, pois silenciar-se diante das práticas racistas e da violência que atacam sua moralidade contribui para esta propagação e para a ignorância sobre o próprio corpo e existência.

São bons exemplos as dificuldades para a implementação da lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) instituindo a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino (Carneiro, 2023, p. 316).

Por mais que exista uma lei que obriga o ensino destas temáticas, com o objetivo de reparar historicamente os diversos problemas que o povo negro enfrentou, além da busca pela valorização da sua cultura, percebe-se a falha no sistema de ensino, quando notamos que não é dada a devida importância para o que esta lei propõe. Assim, por mais que mais que essa obrigatoriedade exista na legislação, não parece ser o suficiente para superar tantas repressões.

Mesmo baixando o nível de expectativa, contudo, temos que, parafraseando o dito popular, *alegria de preto e pobre dura pouco*. A experiência de entrar na universidade se apresenta como um rito de iniciação para a maioria dos estudantes negros. Há um percurso comum. O jovem é pobre, estuda em escolas nas quais consegue ter um bom ou excelente desempenho, uns e outros dizem que é inteligente, gosta de estudar e acha que entrar na universidade é a continuação de um processo natural. Mas subitamente tudo é negado (Carneiro, 2023, p. 318).

Como observado, são perceptíveis os ataques contra a intelectualidade e moralidade das pessoas negras ainda antes de adentrarem a universidade. Dentro do espaço universitário, essa população ainda se depara com muitas outras dificuldades, relacionadas ao acesso, permanência e continuidade no processo de ensino. Dessa forma, compreendemos que o negro é impelido a alcançar um nível de exigência que não condiz com aquilo que recebeu, o que demonstra um dos efeitos das estratégias de biopoder, que impedem ao máximo o acesso e fazem com que os sujeitos negros enfrentem uma concorrência que não precisou facear tantas barreiras para ingressar a Educação Superior.

4.5.1 Colonialidade do saber

O processo de colonialidade, ainda recorrente na sociedade, se dá através do domínio integral, que formula um ideal comum, e que contempla a branquitude dominadora. Quijano (2005, p. 17), define que isto se desenvolve quando “raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população”, ou seja, inicialmente, é a imagem que distingue os povos negros da sociedade em geral, sendo assim classificados e segregados.

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas (Quijano, 2005, p. 122).

Os europeus definiram, ao seu modo, a conceituação do que seria o correto, aceitável e de valor. Dessa forma, para Quijano (2005), o europeu acredita ser o responsável por promover a modernidade e, portanto, por doutrinar as populações não pertencentes ao seu grupo étnico. Isto influencia o processo da Colonialidade do Saber, que se trata da colonização sobre o conhecimento específico dos povos, impondo a intelectualidade eurocêntrica, definindo-a como a única válida e aceitável.

4.5.2 Epistemicídio

Boaventura de Sousa Santos (1995), em suas análises, desenvolve o conceito de epistemicídio, mencionado e debatido por Sueli Carneiro (2023) em “Dispositivo de

Racialidade”. Para Boaventura (Santos, 1995 apud Carneiro, 2023 p. 87), busca-se compreender “o processo de destituição da racionalidade, da cultura e da civilização do Outro, que aconteceu e acontece no Brasil”. A partir disso, Sueli Carneiro (2023, p. 88) evidencia como são provocados impactos sociais que atingem, sobretudo, a ascensão intelectual negra, já que “o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural”, chegando ao apagamento de qualquer atividade com impacto social produzida por afrodescendentes.

Pinheiro (2023, p. 18), de maneira próxima ao termo “epistemicídio”, explica a sua visão sobre “Intelecluralidade”, desenvolvido pela própria autora, o qual “[...] pautava a ruptura com o modelo único de intelectualidade imposto pela óptica brancocêntrica ocidental que prevê uma ritualística epistêmica e performática para a constituição do/da intelectual”. É reforçado, dentro deste estudo, os diversos caminhos possíveis para a compreensão de como a branquitude intelectual molda a sociedade para um único modelo, dentro da sua visão, como observado por Pinheiro (2023), de modo que é necessário romper com esses paradigmas, principalmente no Brasil, um território tão diversificado culturalmente.

Compõe, por outro lado, o dispositivo de racialidade, em sua dinâmica epistêmica, a produção da inferioridade intelectual dos negros. Insinua-se aqui a relação entre saber e poder. O saber promovendo iniciativa, autonomia, ousadia, liderança, enquanto sua ausência produziria inferioridade intelectual (Carneiro, 2023, p. 329).

A autora, ao tratar do epistemicídio diante do dispositivo de racialidade, reforça a existência de um constante processo de inferiorização, voltando aos acontecimentos históricos que vêm atingindo o povo negro que, desde quando tomados de suas terras e escravizados, são relacionados à imagem de selvageria, não sendo considerados humanos e vistos como seres de baixa capacidade.

Sendo um processo persistente de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais, o epistemicídio se efetiva, sobre os seres humanos instituídos como diferentes e inferiores racialmente, como uma tecnologia que integra o dispositivo de racialidade e que visa o controle de mentes e corações (Carneiro, 2023, p. 89).

Com esta observação, é possível caminhar junto à trajetória de Lima Barreto e identificar como suas denúncias e críticas apontavam a existência do epistemicídio, ainda não conceituado, mas já identificado, desde a inferiorização física, chegando ao apagamento, dominado pela cultura eurocêntrica. É implicada também a autonomia do negro, pois a sua liberdade ainda é ameaçada, justificado por Sueli Carneiro (2023) que “assim, com a destruição ou

desqualificação da cultura do dominado, o epistemicídio embasa a suposta legitimidade epistemológica da cultura do dominador justificando a hegemonização cultural da modernidade ocidental” (p. 94).

Essa visão de domínio global europeu parte da abolição da escravatura, quando o povo negro é inserido na sociedade “na condição de libertos indesejáveis” (Carneiro, 2023, p. 96), caminhando para o processo de exclusão e impossibilidade de qualquer atividade social que não seja dentro dos próprios grupos e a obrigatoriedade de estarem distantes do convívio com o colonizador, a menos que essa convivência ocorra em uma relação servil.

O dispositivo de racialidade, assim, demarca e distribui de forma maniqueísta o bem e o mal entre as raças. Tal concepção buscará abarcar toda a experiência negra africana ou da diáspora e relativizar experiências diaspóricas, contrastantes com os princípios irremovíveis que asseguram a incapacidade crônica de africanos e seus descendentes para a civilização, a sua menoridade e consequente necessidade de tutela (Carneiro, 2023, p. 101).

A autora considera o pensamento de Nina Rodrigues, que debatia a raça negra dentro da perspectiva africana (pura) e a brasileira (mistura de raças). Rodrigues desenvolveu uma visão maniqueísta a respeito da raça, como se o que sofreu intervenção, ou seja, aquele carrega um “ramo da raça branca” em seu sangue, ainda fosse capaz de algum mínimo de possibilidade de ser civilizado.

5. LIMA BARRETO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL

“Cada louco traz em si o seu mundo e para ele não há mais semelhantes: o que foi antes da loucura é outro muito outro do que ele vem a ser após” (Triste Fim de Policarpo Quaresma).

Filho do tipógrafo João Henriques e da professora Amália, Afonso Henriques de Lima Barreto teve a sua vida marcada por coincidências que apenas confirmavam a importância deste escritor que com sua coragem e sabedoria acerca das injustiças utilizava da literatura a sua principal ferramenta de exposição e refúgio e, como colocado por Schwarcz (2017), “a vida e obra desse escritor representam, portanto, um convite e um aceno. Lima nos incita a transgredir a fronteira do passado, atuando como um guia inesperado.” (p. 19).

Nascido aos 13 de maio de 1881, exatos sete anos que antecedem a proclamação da Lei Áurea, Barreto, foi um autor negro que esteve durante a transição do processo de extinção da escravidão no Brasil. Não obstante, outra coincidência é o ano da sua morte, 1922, em que aconteceria a primeira Semana de Arte Moderna, encerrando a vida de um autor que por anos tentou entrar para a Academia Brasileira de Letras, impedido pelo racismo de cor e por sua crítica à política brasileira e demais acontecimentos no país em que ele se posicionava contra.

Ambiguidade era, assim, um de seus nomes. Se Lima criticava os literatos e a Academia Brasileira de Letras – e deles destoava –, tentou entrar na instituição por três vezes; na última desistiu. Denunciava os abusos que a sociedade cometia contra as mulheres, mas “acusava” de importação barata e fora do lugar o feminismo. Defendia os hábitos populares, mas não gostava nada de futebol, samba e carnaval (Schwarcz, 2017, p. 11).

Em “Lima Barreto Triste Visionário”, Lilia Moritz Schwarcz, importante pesquisadora sobre a vida de Afonso Henriques de Lima Barreto, apresenta em detalhes os registros biográficos do autor que aproximam o leitor de suas vivências, chegando à percepção imediata das intenções de Barreto em suas criações e o que debate nas obras.

Ambíguo, como destacado por Schwarcz, Lima era contraditório ao criticar e denunciar acontecimentos e movimentos culturais no Brasil, porém, mantinha-se a favor das peculiaridades nacionais, confrontando os seus próprios ideais. A sua escrita perturbava a elite conservadora, que o trouxe diversos inimigos.

Lilia Moritz Schwarcz afirma que “Lima Barreto era desse jeito, cheio de ironias, deboches, contradições e acertos, ideias fortes e recorrentes, idiosincrasias, angústias, sofrimentos. Um escritor que sempre viveu entre dois mundos, espaciais, culturais e sociais.” (Schwarcz, 2017, p. 11). Com isso, as críticas abordadas por Barreto trazem em sua escrita a verbalização das angústias que sempre o mantiveram preso, fortalecidos fisicamente pelo vício

no álcool, chegando aos delírios que, por vezes, misturavam a ficção com a realidade, porém, “o fato é que, na sua literatura, autodenominada ‘militante’ e ‘biográfica’, Lima acabou se tornando seus próprios personagens” (Schwarcz, 2017, p. 12). Ou seja, os seus personagens fazem parte da sua personalidade e cotidiano.

A literatura produzida por Barreto representa o escopo para os estudos voltados ao período pós-abolição com vista para a contemporaneidade, principalmente pela pertinência nas produções realizadas por pesquisadores negros que esmiúçam o complexo sistema de exclusão do povo negro no Brasil, que por séculos tem prejudicado a imagem e o avanço dos negros.

Retomando a fala de Lilia Moritz Schwarcz (2017), este pensamento é confirmado através da sua observação que “a vida e obra desse escritor representam, portanto, um convite e um aceno. Lima nos incita a transgredir a fronteira do passado, atuando como um guia inesperado” (Schwarcz, 2017, p. 19).

Traçando um paralelo histórico, é analisado o processo que divide o Brasil em um país de dois lados: a continuidade dos valores europeus em outro continente e o país do esquecimento, que tem sua diversidade à margem, impactando em um território de domínios:

No Brasil, enquanto no corpo da lei se preparava a sociedade para o exercício da liberdade e da igualdade, a ciência parecia mostrar o posto: os indivíduos não nasciam iguais, e não se poderia prever a igualdade entre, por exemplo, negros e brancos. Mais que isso, os modelos deterministas estabeleciam agora e, de maneira rígida, diferenças definitivas entre os grupos humanos, dividindo-os em superiores e inferiores. Brancos – euro-americanos – compunham o ápice da humanidade, enquanto os africanos figuravam na base social. Cor e raça convertem-se, dessa maneira, numa espécie de régua perversa, a medir a capacidade das pessoas (Schwarcz, 2017, p. 52).

Sobre esta diferenciação, Lilia Moritz Schwarcz retoma os espaços divididos a negros e brancos mesmo em uma sociedade organizada por leis que favorecem a todos os seres humanos, mas por conta da colonialidade que domina todos os espaços, inclusive sobre os próprios corpos.

Dentro das críticas de Barreto, nota-se o quanto o autor se sentia perturbado com a cultura brasileira e, ao mesmo tempo, com a necessidade do país em importar a cultura de outros continentes, sobretudo a europeia, que colonizou o país e permanece agindo através da colonialidade, porém não hesitou em denunciar, como mencionado por Schwarcz:

Lima ainda questionava sem dó nem piedade “a mania brasileira” de medir-se pelo que ocorria na Europa e nos Estados Unidos. A irritação que sentia não o impedia, porém, de manter-se bastante bem informado acerca de tudo que ocorria naquelas searas; em particular na área da literatura e das artes. Entretanto, sua condição de classe jamais permitiu que pusesse os pés no exterior. Aliás, o autor teve poucas

oportunidades de sair da sua cidade, de uma forma geral, ou de experimentar esse Brasil de proporções continentais (Schwarcz, 2017, p. 17).

Além das críticas sobre a falta de nacionalismo e a violência contra o povo negro, Barreto também condenava a violência contra as mulheres, em que apresentava “(...) temas relacionados ao gênero, criticando a violência contra as mulheres ou condenando a prostituição, sobretudo das mulheres jovens, pobres e, não raro, afro-brasileiras” (Schwarcz, 2017, p. 17). Lima Barreto utilizava da ficção para dar relevância a estas temáticas, principalmente sobre a condição dos negros pensando nos ataques sofridos de acordo com o gênero, apontando o impacto em ambos.

(...) Lima escrevia usando da sua dor; prova disso foi o manifesto “O destino da literatura”, feito para demonstrar como era empático com o sofrimento alheio e como a literatura precisava guardar, sobretudo num país como o nosso, uma face social e de denúncia. No entanto, e cada vez mais, não há como saber se era o personagem que lembrava o amanuense aposentado ou se este é que ia se assemelhando ao andarilho filósofo (Schwarcz, 2017, p. 466).

Tendo esta compreensão, atravessam-se os escritos de “Lima Barreto e o Destino da Literatura”, feitos a partir de um vasto levantamento de dados pelo pesquisador inglês Robert Jonh Oakley, que acrescenta obra de Barreto à arte e outras bases filosóficas.

A arte e uma criação humana estritamente dependente do meio social, da raça e do momento, escreveu Lima Barreto em 1919, parafraseando o famoso ditado de Taine em *Introduction à l'histoire de la littérature anglaise* [Introdução à história da literatura inglesa]. Foi assim que, em termos ideais, Lima Barreto concebeu sua própria prosa de ficção. O determinismo de Taine, apesar de extremamente rigoroso, pode acomodar as próprias ideias de Lima Barreto sobre a raça (Oakley, 2011, p. 180).

Quando o autor menciona o Determinismo, é destacada a importante influência deste ideal filosófico para as criações de Lima Barreto, principalmente pelo o que é abordado pelo autor, passando pelo contexto social e espaço inserido, que conclui as diversas injustiças políticas, chegando à discussão do racismo e dos efeitos da mestiçagem no Brasil.

Mais adiante, na obra de Oakley, são debatidas estas influências sobre a arte produzida por Afonso Henriques de Lima Barreto, a partir do discurso do “destino da inteligência”, em que o autor, visto sob sua própria fraqueza, reflete em suas obras aquilo que está vivenciando, o que mantém essa discussão voltada para a representação que tem como escopo o indivíduo em sua mais pura humanidade. R. J. Oakley (2011, p. 178) reitera que este é “um tema fundamental na prosa de ficção de Lima Barreto”, tornando-se pertinente nas abordagens sobre a experiência da loucura e dos vícios no álcool.

5.1 REGISTROS AUTOBIOGRÁFICOS DE BARRETO E OS HETERÔNIMOS REPRESENTADOS POR SEUS PERSONAGENS

Em sua escrita, Lima sempre se manteve próximo aos seus personagens, não apenas pela relação autor/personagem, mas por revelar neles a sua intimidade, pensamentos, angústias, crises etc. Em “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, Barreto revela no protagonista o seu sentimento nacionalista, principalmente pelas notórias críticas do autor na insistência dos brasileiros em adotarem a cultura do exterior, especialmente da Europa e Estados Unidos.

Ao apresentar o personagem Policarpo Quaresma, Barreto detalha:

(...) Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo por inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas.; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa (Barreto, 1997, p. 8).

Ainda sobre Policarpo Quaresma, quando o personagem é induzido à internação em um manicômio pelas acusações de loucura, Lima Barreto também aproxima da sua realidade quando apresenta o hospício da mesma forma como conta em seu diário íntimo e outras obras:

Só o nome da casa metia medo. O hospício! É assim como uma sepultura em vida, um semi-enterramento, enterramento do espírito, da razão condutora, de cuja ausência os corpos raramente se ressentem. A saúde não depende dela e há muitos que parecem até adquirir mais força de vida, prolongar a existência, quando ela se evola não se sabe por que orifício do corpo e para onde (Barreto, 1997, p. 44).

Impressiona a precisão de Afonso Henriques ao detalhar fatos que posteriormente parecem “prever” a que fim chegaria o escritor, nas vezes em que foi internado, via-se a sua decadência a cada saída do hospício, como representado por Policarpo ao sair do manicômio, dizendo que “embora nunca tivesse sido alegre, a sua fisionomia apresentava mais desgosto do que antes, muito abatimento moral (...)” (Barreto, 1997, p. 55-56).

Sobre as diversas menções de Lima em suas obras nas quais os personagens têm relações diretas com o ambiente do hospício, é chegada à escrita de “Cemitério dos Vivos” e o seu “Diário do Hospício”, em que fortes relatos são feitos através da ficcionalização e, também, por relatos do dia a dia de Barreto em sua internação.

O cemitério de Lima representava uma homenagem aos mortos e à ideia de que se enterravam inclusive os vivos. Sobretudo os que não percebiam que já estavam

mortos. Essa, a metáfora forte que rodeava a noção de hospício construída pelo escritor, e igualmente a de sua casa, que mais e mais se lhe afigurava um cemitério (Schwarcz, 2017, p. 482).

Lima Barreto manuseia o uso da linguagem na sua escrita, sempre voltado para alguma crítica. Quando comparado ao cemitério, o hospício é visto como um ambiente divisor, em que os pacientes são segregados, considerados sem capacidade de convívio social e assim mantidos, assim, são tidos como “mortos” por suas condições psicológicas.

Em “Diário do Hospício”, como intitulado, Lima Barreto nos conta além da rotina do hospício, no período da sua internação. Os fatos são explorados em detalhes e escritos, por vezes com uma certa poética, Barreto fazia questão de apresentar o ambiente, os pacientes, os funcionários, além das críticas e elogios aos tratamentos recebidos.

O Hospício é bem construído e, pelo tempo em que o edificaram, com bem acentuados cuidados higiênicos. As salas são claras, os quartos amplos, de acordo com a sua capacidade e destino, tudo bem arejado, com o ar azul dessa linda enseada de Botafogo que nos consola na sua imarcescível <beleza>, quando a olhamos levemente enrugada pelo terral, através das grades do manicômio, quando amanhecemos lembrando que não sabemos sonhar mais... (Barreto, 1993, p. 27).

Neste trecho, é feito um paralelo entre a vida dentro e externa do hospital psiquiátrico, quando Barreto relata que, ao olhar pelas grades a cada amanhecer, tem os seus sonhos e perspectivas esvaziados. Nos escritos do diário, percebe-se a lucidez de Lima para a compreensão de sua vulnerabilidade pelo seu vício no álcool.

Também eram constantes os episódios de delírios e frustrações do autor que, por vezes, se encontrava em constante desvairo com seus personagens. As frustrações e alucinações de Lima Barreto chegaram à cinematografia, a exemplo do filme “Lima Barreto Ao Terceiro Dia” (2018) que conta a última internação do autor. A trama circula a relação de Barreto com os seus personagens.

Outra obra inacabada, o livro “Cemitério dos Vivos” repassa o conjunto autobiográfico do autor em “Diário do Hospício”, desta vez ficcionalizado pelo personagem Vicente Mascarenhas, visto por muitos estudiosos como uma variação dos heterônimos de Lima. Na obra, são aprofundadas as críticas ao sistema e tratamento realizado por hospitais psiquiátricos no início do século XX.

Mais uma vez, Lima Barreto sob a necessidade de expor a sua própria experiência faz diversas críticas, a exemplo da perseguição e violência policial, também criticada em “Diário do Hospício” em que eram denunciadas as contantes intromissões da polícia, retratados com

incômodo pelo escritor. Em “Cemitério dos Vivos”, Barreto não polpou em mencionar a truculência policial:

A polícia, não sei como e por que, adquiriu a mania das generalizações, e as mais infantis. Suspeita de todo o sujeito estrangeiro com nome arrevesado, assim os russos, polacos, romaios são para ele forçosamente cáftens; todo o cidadão de cor há de ser por força um malandro e todos os loucos hão de ser por força furiosos e só transportáveis em carros blindados (Barreto, 1993, p. 121).

Através de Vicente Mascarenhas, é apresentado o cidadão vulnerabilizado pelo Estado e pelo regimento da época com diversas formas de exclusão, chegando ao corrompimento moral e físico, até a sua desumanização.

Feria-me também o meu amor-próprio ir ter ali pela mão da polícia; doía-me e mais me doeu, quando, nesse dia de Natal, eu tomei café num pátio, sem ser mesa, e, sem ser mesa, com prato sobre os joelhos, comi a refeição elementar que me deram, servida numa escudela de estanho e que eu levava [à boca] com uma colher de penitenciária. Jamais pensei que tal cousa me viesse acontecer um dia; hoje, porém, acho uma tal aventura útil, pois temperou o meu caráter e certifiquei-me capaz de resignação (Barreto, 1993, p. 123).

Impressiona a consciência acerca da sua situação, do vício no álcool, das perturbações psíquicas, da presença policial etc., não impedindo-o de pensar a possibilidade do personagem, Vicente Mascarenhas, em projetar e reorganizar a sua vida, mesmo que recluso da sua liberdade e impedido de estar com sua família em momentos considerados especiais, dando um choque de realidade ao perceber o cenário e a solidão em que se encontrava.

Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), uma das duas obras analisadas nesta pesquisa, foi a primeira obra literária publicada por Afonso Henriques de Lima Barreto. Apesar de outros trabalhos já adiantados para publicação, o autor aproveitou o clima crítico em meio as movimentações sociais no país, para expor sua crítica através das difíceis experiências do seu Personagem principal:

Lima Barreto escolheu a dedo o romance com que ingressaria na vida literária nacional. Ao que tudo indicam e como mostra Francisco de Assis Barbosa, tinha alguns outros livros em preparação ou quase terminados, mas decidiu lançar *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* com o claro objetivo de escandalizar. Julgava que o *Gonzaga de Sá* era mais morno; quem sabe acomodado demais. Já *Isaías Caminha* tinha potencial para a polêmica, e daria novo impulso à carreira que ele havia trilhado na *Floreal* e ia desenvolvendo nas demais revistas literárias (Schwarcz, 2017, p. 211).

A ideia de publicar uma obra que impactasse a sociedade no início do século XX, em que matinha, com ainda mais força, o poder patriarcal branco dominador, racista, misógino e

divisor de classes. Robert John Oakley comenta a intenção de Barreto ao publicar a sua primeira obra que “a intenção da obra que inaugurou Lima Barreto como romancista era, segundo ele mesmo declarou, demonstrar por meio dos fracassos do herói o preconceito e a hostilidade que o negro enfrentava na sociedade brasileira no início do século XX” (Oakley, 2011, p. 49).

Oakley, ao descrever a obra de Lima, fixa-se no personagem Isaías, dizendo que este “não passaria de uma simples e coerente reação à realidade social, política e artística, bem como às condições da produção literária no Brasil de 1900” (2011, p. 75). É abordada a intencionalidade de Barreto, consciente do impacto que as ocorrências sociais da época causariam em suas produções e, conseqüentemente, nas críticas mencionadas.

R. J. Oakley ainda acrescenta que “o problema de Lima Barreto é que a sua vida e a arte estão tão próximas em seu romance que se entrelaçam constantemente” (2011, p. 77). O autor reforça que, através de Isaías, os principais objetivos, na obra, são apresentar as memórias do personagem entrelaçando entre ficção e a realidade.

Em suas obras, Lima cria e dá vida aos seus personagens, sustentando heterônimos que na ficção vivem a realidade integral de quem os escreve. Isto é percebido com ainda mais força na obra “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá” que apesar de ter sido vista como uma obra “morna”, mencionado por Lilia Moritz Schwarcz (2017), baseando-se à luz das análises de Francisco Assis Barbosa, a autora chega à conclusão que:

(...) É evidente como Lima se projetava em Gonzaga de Sá, personagem que ganhara vida e se tornara um dos pseudônimos preferidos do escritor durante quase toda a sua existência. Foi por meio desse heterônimo que ele fez críticas contundentes, e que mais se confessou; foi com ele que declinou suas próprias certezas acerca da morte (...) (Schwarcz, 2017, p. 480).

Os heterônimos de Barreto revelam as fases do próprio autor. Neste caso, Gonzaga de Sá talvez seja um dos que mais se aproximam da forma que o rumo da vida de Lima Barreto tenha tomado.

No seguinte trecho da obra “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá”, nota-se a intimidade do narrador em descrever as peculiaridades do protagonista, percebe-se a aproximação com sua personalidade e costumes:

(...) Gonzaga de Sá nunca me aparecera com esse aspecto de sentimentalidade comum. Em começo eu o achei uma natureza fria, depois um despeitado, em seguida uma espécie de pura inteligência que via a vida e as suas instituições para lhe colher os aspectos contraditórios. Um dia em que muito eu pensava sobre ele, achei-o da raça daquele André Maltère, de Barrès, que nasceu para compreender e desorganizar. Como neste momento me surgia sentimental, quase lamuriendo? (Barreto, 1919, p. 134).

Diante do que é exposto, mais uma vez, é retomada a obra “Lima Barreto: Triste Visionário”, quando Schwarcz reforça que à medida em que as dificuldades e problemas enfrentados ao decorrer da vida do autor avançavam, mais os seus personagens pareciam prever, através das experiências ficcionais, o que aconteceria com Lima, como uma espécie de presságio:

Cada vez mais o escritor se transformava em suas criaturas ou era por elas influenciado. Iam tornando-se amigos íntimos, parentes próximos. Até que o destino pregou uma boa peça: ele e Gonzaga *viveriam e morreriam* (quase) da mesma forma. Esse seria seu primeiro original e seu último romance integral publicado. Sem ter como imaginar ou prever, Lima de fato escrevera “*Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá e de Lima Barreto*” (Schwarcz, 2017, p. 467).

A literatura de Afonso Henriques de Lima Barreto organiza-se com uma certa cronologia, detalhando os fatos de suas vivências, sentimentos e angústias a partir da situação em que o escritor se encontrava. Este ponto é importante, pois implica no estudo sobre a vida de Barreto, já que sua própria literatura acaba por ser a maior fonte de dados para sua revelação biográfica.

5.1.1 O subúrbio e a reprodução intelectual

Através da escrita, Barreto reforça a importância do subúrbio, ressaltando a necessidade do povo negro e pela vastidão da pobreza, em adentrar e formar esses espaços que desde o século XIX são o início da segregação social/racial, criticado, pelo autor, o sofrimento para sobreviver em meio à crise.

O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos (Barreto, 1997, p. 54).

O trecho acima, retirado da obra *Clara dos Anjos*, romance em que Lima conta a história de uma jovem moça que sobrevive em meio a impetuosidade de uma sociedade patriarcal, a fim de denunciar o racismo e misoginia, mostra o quanto o povo negro encontra-se subordinado ainda no Brasil República e das poucas, quase ou totalmente nulas, oportunidades que lhes são dadas.

No que é tocante à personagem Clara dos Anjos, é acrescentado

Assim, a moçoilinha sonhadora que “sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido a pensar” é transformada em presa fácil. Se for negra, ou mulata, e pobre, além de presa fácil, facilmente descartável. A benevolência de juizes e delegados penderia sempre para o lado do libertino, desde que branco! (Barreto, 1997, p. 108)

Mencionada a principal personagem, já no posfácio da obra, é apresentado o sentimento dos sonhos e idealizações frustrados pela negligência de fatores políticos e sociais contra o povo negro que sempre está na mira das injustiças vigentes a fim de exterminar o convívio entre as raças.

Barreto apresenta versões intelectuais de seus personagens, o que torna uma característica do seu trabalho, reforçando que a lucidez do negro para a tomada de consciência acerca das explorações e humilhações se dá com a busca de conhecimento, lembrando que, apesar da vontade por expansão, o reconhecimento enquanto sujeito pensante se dá de maneira dolorosa e difícil de ser alcançado. Em um trecho de *Clara dos Anjos*, quando apresentado o personagem Leonardo Flores, poeta e mulato, elucida-se a fala do personagem ao contar sua história na tentativa de sobrevivência a partir da escrita.

Nasci pobre, nasci mulato, tive uma instrução rudimentar, sozinho completei-a conforme pude; dia e noite lia e relia versos e autores; dia e noite procurava na rudeza aparente das coisas achar a ordem oculta que as ligava, o pensamento que as unia; o perfume à cor, o som dos anseios de mudez de minha alma; a luz à alegoria dos pássaros pela manhã; o crepúsculo ao cicio melancólico das cigarras – tudo isso eu fiz com sacrifícios de coisas mais proveitosas, não pensando em fortuna, em posição, em respeitabilidade. Humilharam-me, ridicularizaram-me, e eu, que sou homem de combate, tudo sofri resignadamente (Barreto, 1997, p. 65).

A consciência de Leonardo Flores sobre a dificuldade de evoluir como autor, acrescenta o nível em que está o negro para o crescimento social, quando conforma-se sobre o lugar em que o foi imposto, impedido do progresso. Ainda observado o aparecimento de Flores na obra, Lima Barreto também apresenta a presença de problemas alcóolicos e psiquiátricos, além da opressão policial, assim como relatados em seu “Diário do Hospício”.

O primeiro movimento do policial que recebeu Leonardo, foi removê-lo incontinenti para o hospício ou lugar equivalente. Na verdade, o poeta não dizia coisa com coisa; nem mesmo quem era, informava. Muitos o conheciam de vista, mas, para essas pessoas, era simplesmente – “o poeta” (Barreto, 1997, p. 99).

Permanecer em constantes delírios na intenção de desfazer, momentaneamente, o caos que é pertencer a um grupo que sobrevive de favores da pouca “bondade” do branco, ao retirar aquele indivíduo do meio para interná-lo e trazê-lo a cura física, despreza os seus sentimentos

mais profundos, que o fará retornar a vida de desprezos e deteriorar, dando a sua existência o fim absoluto, vindo como estratégia da branquitude.

Fazendo um panorama geral sobre as pautas aqui mencionadas, a partir do objetivo de Afonso Henriques de Lima Barreto para a composição de suas obras, Robert John Oakley, em “Lima Barreto e o Destino da Literatura” aponta que:

Em todos os romances completos publicados durante a vida de Lima Barreto a inteligência é marginalizada: Isaías Caminha não prossegue com seus estudos; Gonzaga de Sá desiste, em desespero, de qualquer tentativa de solidariedade intelectual para com seus colegas, para tornar-se praticamente um recluso intelectual; Quaresma quase enlouquece graças à hostilidade com relação a seus esforços intelectuais; e o peculiar idealismo intelectual de Benevenuto é marginalizado pela lucidez com a qual ele decide que qualquer esforço para melhorar a sociedade é inútil (...) (Oakley, 2011, p. 199-200).

Essa marginalização percebida nos textos de Barreto vem como efeito da sua militância ao reforçar, em seus personagens, que o esforço absoluto na tentativa de ascensão em uma sociedade determinada pela colonialidade e pelo seguimento do padrão europeu, degrada o indivíduo, levando-o ao que esta forma de organização pretende: esgotar o sujeito, provocando sua desistência e/ou estagnação.

5.2 CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA: RACISMO, MESTIÇAGEM E A FALSA REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Mencionado anteriormente por Schwarcz (2017), que intitula o trabalho biográfico sobre a vida de Lima Barreto como o “triste visionário”, ao discorrer sobre as frustrações experienciadas pelo autor por conta do racismo, é estendido esse discurso a partir da análise do Brasil em uma perspectiva de identidade, sobre a predominância da raça negra, a mestiçagem e as dificuldades enfrentadas entre o povo negro e não-negro para lidar com o próprio reconhecimento racial.

É discutido o/a negro/a visto/a a partir do “problema” da raça, em que todos os problemas sociais são relacionados ao povo negro, sobretudo no século XIX, no período pós-abolição, em que lhes foram negados direitos básicos como direito ao trabalho, salário, saúde etc., sendo, literalmente, jogados à sociedade e automaticamente segregados. Os problemas associados ao povo negro são naturalmente desvelados pela mídia da época, a exemplo da

publicação feita no Jornal *Correio Paulistano*², que associa doenças e o alcoolismo como uma patologia proveniente dos corpos negros:

O congresso Médico de Pisa
 (...) D'aqui a conclusão de não ter suicídio por causa a grande riqueza de caráter: mas sim o enfraquecimento das faculdades mentaes, sendo o suicídio pelo álcool o mais frequente entre os povos (*Correio Paulistano*, 16 de outubro de 1889).

O racismo não permitia o mínimo de senso ou cogitação de que quando os corpos negros foram lançados ao convívio social, totalmente despreparados para o que encontrariam e acostumados com a vida de serventia e escravidão, teriam de procurar meios para sobreviver. A sociedade, em contrapartida, acostumada a violentar e escravizar estes corpos, tratando-os como animais servis, se recusaria a considerar o bom convívio e o compartilhamento de direitos que cabiam apenas aos brancos/as.

Neste meio, já existia uma população gigantesca e crescente de mestiços/as, que acontecia desde os primórdios do período escravocrata, nos relacionamentos/violências sexuais de pessoas brancas com negros/as. Estas relações deram início à uma estratégia da branquitude em exterminar o povo negro a partir do branqueamento, dando aos mestiços/as uma possibilidade de ascensão social por carregarem metade do branco em sua genética. Obviamente isso gerou uma esperança entre negros/as e mestiços/as para que suas gerações futuras tivessem diferentes oportunidades.

De acordo com o professor e antropólogo Kabengele Munanga, em *Rediscutindo a Mestiçagem No Brasil* (2024), quando apresentada a relação entre *identidade nacional vs identidade negra*, o autor diz sobre a mestiçagem dentro do contexto colonial, quando os frutos do relacionamento entre pessoas brancas e negras surgem “como uma nova categoria ameaçadora do sistema maniqueísta branco/negro – mestre/escravo, sendo o mulato um elemento perturbador da ordem sociorracial” (p. 35). Para a branquitude, isto traria um desequilíbrio, já que fere o ego branco ter o seu sangue circulando em corpos que também compartilham do sangue do seu escravizado.

Munanga (2024) associa a visão da branquitude colonizadora às ideologias nazistas que se estenderam na Europa, sobretudo na Alemanha e França, que condenavam as relações entre raças, considerando a mestiçagem como “degenerescência e vergonha racial” (p. 51), ou seja, mais uma vez ferindo o ego do explorador, quando vê sua soberania se misturando aos

² Jornal fundado sob a direção de Joaquim Roberto de Azevedo e Marques, com primeira publicação datada em 26 de junho de 1854.

“animais”, “sujos”, “inferiores” etc., já que este é conquistador simplesmente pelo seu sangue caucasiano.

Trazendo para o pensamento brasileiro, quando há a variedade racial (por tratar-se de um país miscigenado por indígenas, negros e brancos), a branquitude se via cada vez mais ameaçada pelo descontrole populacional e o crescente número de negros e mestiços. Deste modo, Kabengele Munanga acrescenta que

A pluralidade racial nascida no processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça se tornou o eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX (Munanga, 2024, p. 54).

O que o autor nos incita é que a mestiçagem não aproximaria os/as negros/as de brancos/as, muito pelo contrário, gerou um descontrole social, pela dificuldade das pessoas em reconhecerem sua própria raça, não sabendo a quais grupos pertenciam e assim enquadrando as pessoas de cor parda e genealogia herdadas de brancos/negros como uma variação, ou seja, uma espécie de hibridismo, sem definição própria, vistos falsamente como um símbolo de identidade nacional.

Um exemplo desta simbologia é a visão de visitantes estrangeiros ao Brasil no período de carnaval, quando desejam ver corpos mulatos desfilando entre as escolas de samba ou consideram a sua pele como “a cor do pecado”, associando aos fetiches sexuais dos brancos/as com pessoas de pele parda, diferentemente das pessoas pretas, que lhes servem para o trabalho subserviente.

E por falar em subserviência, é essa a visão que o branco dominador tem sobre corpos negros, independentemente da sua tonalidade de cor. Frantz Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020) ao destacar o processo do fim da escravidão no diz que

O negro, antes escravo, invadiu a liça onde se encontravam os senhores. Assim como aqueles empregados domésticos que uma vez por ano têm permissão para dançar no salão, o negro busca um par. O negro não se tornou senhor. Quando não há mais escravos, não há senhores.
O negro é um escravo a quem foi permitido adotar uma atitude de senhor.
O branco é um senhor que permitiu a seus escravos comer à sua mesa (Fanon, 2020, p. 229-230).

É importante notabilizar esta passagem de Fanon (2020) para compreender o plano da branquitude que, apesar de absurdo, existe e para eles têm lógica. Quando vestem uma máscara, uma falsa roupagem que diz que o povo negro está liberto e pode se relacionar com pessoas

brancas, trazem a muitos o discurso que a partir dessas relações criaríamos uma verdadeira identidade nacional quando, na verdade, o plano visa excluir os resquícios de cor e cultura que o seu dominado trouxe e manteve nas terras que o seu dominador conquistou.

A ideia central do processo de mestiçagem era de alcançar o tom de pele e traços físicos brancos. O incentivo ao relacionamento entre negros/as e brancos/as não salvaria o destino dos seus filhos mestiços e talvez nem dos filhos deles. O projeto de extermínio de qualquer herança racial negra é perverso e etnocida.

Os elementos bárbaros do povo brasileiro estavam sendo rapidamente reduzidos pela situação estacionária da população negra, aumento contínuo dos afluxos arianos e seleções favoráveis que asseguram ao homem branco condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens das outras raças. Esse movimento de arianização, porém, não se limitou apenas ao aumento numérico da população branca pura, pois as seleções étnicas estavam operando, no seio da massa mestiça ao Sul e ao Norte, a redução do coeficiente dos sangues inferiores. De outro modo, entre os mestiços, a qualidade do sangue branco crescia cada vez mais, no sentido de um refinamento mais apurado da raça (Munanga, 2024, p. 80-81).

A partir disso, é discutido o mito da democracia racial no Brasil, em especial quando sustentada a ideia de que o negro, o branco e o indígena são símbolos de identidade, colocados no discurso que trata de um igualitarismo entre raças na construção social do país. A partir de um estudo sobre a obra de Gilberto Freyre (1954) em *Casa Grande e Senzala*, Kabengele Munanga, considera que

As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito da democracia racial; “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito” (Freyre, 1954, p. 22 apud Munanga, 2024, p. 83).

O antropólogo ainda reitera que

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e “convertidas” em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (Munanga, 2024, p. 83-84).

Compreendidos de que este mito é prejudicial para o bom convívio e tomadas de direitos, as pessoas mestiças passam a buscar sua identidade, enquadrando-se a sua raça predominante, daí a vasta paleta de cores que contemplam a chamada raça negra, que mantém pretos e pardos, não necessariamente por serem mestiços, mas por sua predominância, já que qualquer tom de pele que fuja do branco no seu tom de cor e traços físicos, não são dignos de alcançar postos mais altos.

O fato de aceitar o branqueamento, o que é uma maneira de dizer que o mulato tem lugar especial na sociedade, tem como consequência a redução do descontentamento entre as raças. Assim, no Brasil, o negro pode esperar que seus filhos sejam capazes de furar as barreiras que os mantiveram para trás, caso eles se casem com gente mais clara (Munanga, 2024, p. 87).

Voltando ao discurso do mito da democracia racial, ainda pautado nas observações de Munanga, um fator importante a ser destacado é a “maquiagem” que a sociedade brasileira permite que os corpos negros coloquem sobre eles mesmos, quando estes passam por um processo de ascensão social, sendo branqueados no seu imaginário.

Um negro bem-sucedido que casa com uma branca terá descendentes, após três ou quatro gerações, integrados no grupo branco. Os sucessivos cruzamentos conjugados com o *status* socioeconômico levam progressivamente ao branqueamento. Nos Estados Unidos, tanto a mestiçagem quanto o *status* socioeconômico não participam do processo do branqueamento e aniquilação da linha de cor. No Brasil, a percepção da cor e de outros traços negroides é “gestáltica”, dependendo, em grande parte, da tomada de elementos não raciais (sociais, culturais, psicológicos, econômicos) e que estejam associados – maneiras, educação sistemática, formação profissional, estilo e padrão de vida –, tudo isso obviamente ligado à posição de classe, ao poder econômico e à socialização daí recorrente (Munanga, 2024, p. 89).

Esta é uma estratégia que a branquitude e a elite utilizam para que negros/as se considerem brancos para atingir e incentivar outros/as negros/as a se casarem com brancos/as e buscarem seguir os seus ideais, como uma espécie de lavagem cerebral para o extermínio completo do *pensar negro*, para que suas gerações futuras venham branqueadas além da moral, mas também fisicamente.

Neste sentido, Frantz Fanon (2020), ao abordar a necessidade de conscientização dos corpos negros para a transformação das estruturas sociais em que foram forçadamente impostos, diz sobre o agir a partir da fuga dos padrões que não condizem com sua realidade. O autor incita que

Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear-se ou desaparecer, mas deve poder tomar consciência de uma possibilidade

de existir; dito de outra maneira, se a sociedade lhe cria dificuldades em razão da sua cor, se constato em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo a “manter distância”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez elucidados os motivos, colocá-lo em condições de *escolher* a ação (ou a passividade) diante da verdadeira fonte conflitual – isto é, diante das estruturas sociais (Fanon, 2020, p. 114).

Em acordo com o pensamento de Fanon (2020), de fato a tentativa de empurrar o/a colonizado/a para a luta contra os seus opressores também é um modo de oprimir. Sendo assim, o autor diz sobre a necessidade de conscientização para que este corpo/esta mente possa decidir por si só mas, desta vez, liberto da alienação que a branquitude lhe impôs, na compreensão de que movimentar-se para conquistar os seus direitos é uma tarefa coletiva, pois, quando um grupo ganha força e prova sua coerência nesta busca, há a propensão em agilizar os processos políticos e sociais de inclusão e caminhada para a ascensão.

Mesmo defendendo esta liberdade individual de cada ser em suas escolhas conscientes, de modo pessoal e representativo, Fanon (2020) opina

Descubro-me um dia no mundo e reconheço a mim mesmo um único direito: o de exigir do outro um comportamento humano.
Um único dever. O de nunca renunciar à minha liberdade por meio das minhas escolhas.
Não quero ser vítima da *Farsa* de um mundo negro.
Minha vida não deve ser dedicada a fazer um balanço dos valores negros.
Não existe um mundo branco, não existe uma ética branca nem tampouco uma inteligência branca.
O que existe, de ambos os lados do mundo, são homens que buscam.
Não sou prisioneiro da história. Não devo buscar nela o sentido do meu destino.
Devo me lembrar a todo momento de que o verdadeiro *salto* consiste em introduzir na existência a invenção (Fanon, 2020, p. 240).

Deste modo, Munanga (2024, p. 89) destaca a dificuldade de, no Brasil, se conseguir firmeza nas lutas entre os grupos militantes que buscam direitos igualitários e políticas públicas para o povo negro, pela falta de apoio entre o próprio grupo por conta da dispersão da identidade do brasileiro em se identificar como negro ou branco, dito anteriormente neste capítulo, pelo discurso do mulato/mestiço enquanto símbolo de identidade nacional, o que é um falso discurso já que mestiços de tom de pele diferente do branco são segregados e colocados a nível dos corpos pretos, assim necessitando estabelecer-se uma união entre pretos e pardos para o fortalecimento dos movimentos de luta, a exemplo do Movimento Negro Unificado, fundado em 1978 no Brasil.

O conflito racial no país se dá ainda após o sancionamento de leis que apoiam no direito de pessoas negras para o acesso de lugares antes ocupados apenas por brancos/as:

A categoria “afrodescendente”, que inclui também negros e mestiços teria sido utilizada, mas evitou-se seu uso ao considerar que a África é o berço da humanidade e qualquer pessoa, pouco importando sua cor de pele, poderia, em termos oportunistas, reivindicar sua afrodescendência para ter acesso às reservas de vagas para negros (Munanga, 2024, p. 114).

A Lei nº 12.990, por exemplo, sancionada em nove de junho de 2014 pela então presidenta Dilma Rousseff, tem como objetivo estabelecer uma quantidade de vagas para o ingresso de pretos e pardos em vestibulares, concursos e cargos públicos.

Porém, conflitos são comumente gerados pela dificuldade das pessoas em entender que a mestiçagem no Brasil não está ligada apenas às heranças genéticas, mas em como os corpos são vistos socialmente, ou seja, é uma pauta sociopolítica, pois “todos os problemas da sociedade são sociais, mas como o social é complexo e diverso, as políticas sociais têm de ser específicas e focadas, não genéricas” (Munanga, 2024, p. 117), como é o caso da Lei de Cotas.

Concordo que a mestiçagem engloba pessoas negras e brancas, diversos fatores são capazes de definir o seu grupo dominante: a estética, genealogia, segregação social etc., conscientes de que o/a branco/a, por mais que se encontre vulnerável socialmente, sempre continuará à frente entre as possibilidades de inserção e ascensão social. Por isso reafirma-se que “negro” compõe pessoas de cor entre pretos e pardos, ou seja, é uma categoria e consciência política.

6. O EPISTEMICÍDIO ENQUANTO ESPELHO SOCIAL

“O negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria” (Achille Mbembe).

Estabelecido por Boaventura de Souza Santos e debatido por Sueli Carneiro (2023), é discutido o epistemicídio e os reflexos do apagamento de intelectuais negros do cenário literário e das produções acadêmicas, aqui representado através das experiências vividas por Afonso Henriques de Lima Barreto.

Inicialmente, compreende-se por epistemicídio a exclusão dos corpos negros do processo de ascensão intelectual, a sua validade para a criação de teorias dentro dos espaços acadêmicos e sua relevância social. Carneiro (2023), sobre o conceito de epistemicídio, diz que este “nos permite compreender as múltiplas formas em que se expressam as contradições vividas pelos negros com relação à educação e, sobretudo, as desigualdades raciais nesse campo” (p. 89). Trata-se da rejeição vinda da superioridade branca eurocêntrica, que nega, desqualifica e desumaniza os corpos negros.

Além disso, de acordo com Carneiro (2023) “o epistemicídio embasa a suposta legitimidade epistemológica da cultura do dominador justificando a hegemonização cultural da modernidade ocidental” (p. 94), ou seja, a Europa, enquanto o epicentro das produções intelectuais no mundo, tem conquistado o topo a partir da repressão e violência que desde o período de colonização provocou o genocídio do povo negro, chegando ao pós-abolição com o seu apagamento social, tratados como seres deseducados e desaculturados.

A partir do momento em que o povo negro acessa os espaços educacionais, há o choque com as classes privilegiadas, pois a colonialidade determinava a hierarquização entre raças. Assim, quando o ego da branquitude sofre o desequilíbrio social, necessitava-se criar um dispositivo de controle da raça, pois, para a branquitude, “quando o que está em jogo é assegurar privilégios e uma estrutura social hierarquizada segundo parâmetros raciais e de classe, o controle do acesso à educação é importantíssimo” (Carneiro, 2023, p. 106), já que isto é a entrada para o alcance de uma sociedade justa e que permite a ascensão dos corpos que a adentram.

Jorge Augusto de Jesus Silva em seu artigo *Entre formação e fundação: a nação como violência*, provoca o pensamento acerca da “violência epistêmica nos projetos de nação brasileiros” (Silva, 2016, p. 54). O autor aponta o apagamento dos fatos ocorridos no Brasil-colônia e que representam a história nacional e ainda reitera que o epistemicídio “interdita os nativos, seus saberes e narrativas referentes à história local” (Silva, 2016, p. 54). Esses fatos

atingem diretamente os processos futuros, inclusive, da literatura brasileira, principalmente quando identificada enquanto fonte de dados históricos da nação.

Fortalecido pelo pensamento de Boaventura de Sousa Santos (2009), Augusto discorre sobre o epistemicídio e como este atinge o povo nativo que utiliza da linguagem para expressar reconhecimento e valores ancestrais, além de denunciar o racismo e demais violências. É caracterizando esta “sonegação epistêmica” que identificamos detalhadamente o seu plano em segregar a verdadeira história que implica diretamente no fortalecimento da cultura brasileira, já que atinge diretamente o seu povo, “pois não se restringe a apagar da história sujeitos e saberes não-hegemônicos, mas sim impedir que esses mesmos sujeitos, por meio de seus saberes, narrassem sua própria história” (Silva, 2016, p. 54-55).

6.1 A REPRESENTATIVIDADE DA EXPERIÊNCIA COM OS PACTOS DE BIOPODER

Mencionado no capítulo biográfico o estilo crítico-militante (identificado na escrita de Lima Barreto) vem em denúncia aos pactos de biopoder, conceituado no século XX por Michel Foucault e aqui também debatido por Sueli Carneiro (2023). Inicialmente, compreende-se que “o biopoder se constitui como poder de ‘fazer viver e deixar morrer’” (Carneiro, 2023, p. 61) e, a partir disso, Barreto espelha em seus personagens todas as frustrações da experiência da raça e posição social no Brasil.

O *dispositivo de racialidade*, trazido por Carneiro (2023), nos permite traçar os caminhos estratégicos que a branquitude instaurou para que a inferiorização do povo negro permeasse em todos espaços que o acessem. Posto isto, o resultado esperado pela branquitude dominadora é a de uma situação em que “o negro é interdito enquanto ser humano, enquanto sujeito, enquanto sujeito de direito, enquanto sujeito moral, político e cognoscente” (Carneiro, 2023, p. 121).

Esta interdição, afirmada acima, estende-se durante a trajetória pessoal e profissional de Lima Barreto, chegando às suas produções. Sobre a utilização da arte para a denúncia e alcance de envolvimento e comoção social a partir da ficcionalização criada por Barreto, R. J. Oakley (2011) diz que:

A derrota da inteligência compreende os aspectos da visão barretiana sobre a realidade do Brasil e, em última análise, sobre a condição humana. Em sua prosa de ficção há quem procure, generosamente, melhorar-se a si mesmo e à sociedade circundante por meio de sua inteligência e acabe por ser marginalizado (Gonzaga de Sá, Isaías Caminha, Policarpo Quaresma, Vicente Mascarenhas) ou explorado (Losque, um jornalista de *O Globo*, Ricardo Coração dos Outros, dr. Maximiliano, Meneses) (Oakley, 2011, p. 196).

A marginalidade e exploração, aqui representada pelo racismo de cor, que parte dos pactos de biopoder, chegando ao epistemicídio, é percebido e passível de análise na literatura barretiana, a exemplo de Isaías Caminha (Recordações do Escrivão Isaías Caminha, 1909), personagem que vivenciou este processo. Em um trecho da obra, Isaías desabafa:

Um sujeito entrou no bonde, deu-me um grande safanão, atirando-me o jornal ao colo, e não se desculpou. Esse incidente fez-me voltar de novo aos meus pensamentos amargos, ao ódio já sopitado, ao sentimento de opressão da sociedade inteira... Até hoje não me esqueci desse episódio insignificante que veio reacender na minha alma o desejo feroz de reivindicação. Senti-me humilhado, esmagado, enfraquecido por uma vida de estudo, servir de joguete, de irrisão a esses poderosos todos por aí (Barreto, 2017, p. 55).

O ódio gratuito à raça presente neste e outros episódios relatados pelo personagem, fazem parte do processo de marginalização, exclusão e genocídio dos corpos negros. No caso de Isaías, a marginalização como efeito da sua cor influenciou para a experiência do epistemicídio, que atinge pelo cansaço após inúmeras tentativas por reconhecimento e alcance de uma nova posição, cargo, prestígio social etc.

Tratando-se de uma perspectiva acadêmica, que envolve a inserção de intelectualidades negras e a validação de suas teorias, todo este processo mencionado e experienciado por Barreto e seus personagens servem como espelho para todos os indivíduos que acessam estes ambientes, pois, a questão não é apenas ser inserido, mas a motivação para a sua permanência.

Sueli Carneiro (2023), sobre o racismo, desencadeado pelo biopoder, e os seus efeitos, aponta que:

Há um paradoxo que trazemos para o campo da reflexão acadêmica e que está presente hoje na discussão mundial sobre a própria questão do que é o universal. Pessoas negras que alcançam excelência em qualquer área de conhecimento encarnam esse paradoxo, porque suas vidas e suas histórias expressam a resistência aos estigmas que distanciam os negros da vida intelectual e acadêmica (Carneiro, 2023, p. 113).

Sob a estratégia deste dispositivo que inferioriza o corpo negro a qualquer custo e mesmo que haja a sua ascensão, a branquitude sempre encontrará um meio de corromper estes indivíduos, partindo então para as estratégias de embranquecimento social, em que o/a negro/a para manter-se no topo, precisa distanciar-se dos sentimentos passados para este alcance e ao mesmo tempo sabido de que é um corpo indesejado neste espaço, gerando um paradoxo.

No Brasil, a suposta e consagrada inferioridade de uns e a superioridade de outros é o que define as novas hierarquias sociais que emergirão no período pós-abolição, como resposta à diversificação da estrutura social que a república, a abolição do trabalho

escravo e a instauração do liberalismo político impõem ao país (Carneiro, 2023, p. 138).

Todos os acontecimentos, mencionados acima pela autora, são organizados por uma linha que liga os projetos de segregação social, definidos por categorias separadas entre superior e inferior e, como se sabe, são projetos que visam manter os corpos negros na posição de escravizados, marginalizados e desprovidos de saber.

Cida Bento, na obra “O Pacto da Branquitude” (2022), apoia este discurso no seu aprofundamento sobre este pacto que resulta na prática do biopoder, influenciado pelo racismo. Sob este viés, Bento (2022), para o preconceito racial, reforça que “a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (p. 49-50).

Estas violências formuladas por um pacto definiram qual fim levaria a referência deste debate, a vida do autor Afonso Henriques de Lima Barreto, que é exemplo das vivências de pessoas que almejam alcançar a ascensão social pela veia do conhecimento, a partir dos espaços acadêmicos e pela ciência, mostrando as dificuldades enfrentadas desde o acesso até a sua permanência e além, com a validação de seu trabalho.

6.2 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: OS EFEITOS COLONIAIS E O DILEMA RACIAL BRASILEIRO

Torna-se importante a sustentação da pauta da democracia racial e as veias perpassadas que permitem a conclusão de que não há fundamento quando se discute a existência de uma sociedade que trata de justiça quando mencionada a democracia efetiva entre cidadãos negros e brancos, abrindo a discussão para o *dilema racial brasileiro*, institucionalizado pelo sociólogo Florestan Fernandes que, no século XX, trouxe discussões sobre os direitos do povo negro e a sua estadia social.

Para compreensão inicial, Fernandes (2007) nos diz que “em consequência, temos de admitir que o mito da democracia racial fomenta outros mitos paralelos, que concorrem para esconder ou ‘para enfeitar a realidade’, e que esses mitos são perfilhados sem base objetiva, mesmo pelos ‘negros’ e pelos ‘mulatos’” (Fernandes, 2007, p. 28). Ou seja, através da identificação de que não se há democracia, quando o assunto é relações raciais, que percebemos a existência de tantas outras falsas implementações colocadas pela branquitude no imaginário social das populações, como estratégia de enganação para terem um controle sobre negros/as em suas as tentativas de ascensão social.

O Brasil que resultou da longa elaboração da sociedade colonial não é um produto nem da atividade isolada nem da vontade exclusiva do branco privilegiado e dominante. O fato, porém, é que a sociedade colonial foi montada para esse branco. A nossa história também é uma história do branco privilegiado para o branco privilegiado, não importa se haja ou não alguma contradição entre a raça genotípica e a raça fenotípica, ou entre as aparências e as realidades (Fernandes, 2007, p. 32-33).

Em observação ao território brasileiro, sabemos que continuamos sendo seres colonizados e isso tem se arrastado por mais de cinco séculos, sendo assim, nunca experimentamos, em nenhum espaço de tempo, a liberdade e independência de modo integral. Como foi discutido neste trabalho, é a branquitude quem determina os nossos passos, inclusive quando não estamos sob o olhar do dominador, pois estas limitações foram enraizadas em nossa mentalidade.

Na área de contato com o branco, onde o negro não aparece despojado dos valores de seu mundo social próprio, suas identificações morais ou culturais não possuem nenhuma eficácia e não contam para nada na determinação do ciclo de ajustamento interracial. Nessa área, o negro vive nos limites de sua segunda natureza humana e tem de aceitar e submeter-se às regras do jogo, elaborada para os brancos, pelos brancos e com vistas à felicidade dos brancos (Fernandes, 2007, p. 31).

Para superar e vencer essas “regras do jogo”, abordada por Florestan Fernandes (2007), é emergida a urgência para a união coletiva de negros/as para a criação de movimentos que impulsionem o processo de ascensão do povo negro, tensionando as camadas das elites que empurram estes corpos para o abismo do fracasso e a parte da sociedade que se mantém neutralizada diante dos casos de racismo e invisibilização nestes processos.

É chamada a atenção para a permanência destes movimentos de luta, pois, sem o seu fortalecimento, dificilmente as reparações seriam conquistadas e, mesmo caminhando para a terceira década do século XXI, temos muito o que alcançar, mas não deixemos de comemorar pelo que já se foi feito e tenhamos cada vez mais consciência de que temos direitos sancionados e que, por obrigatoriedade, deverão ser implementados.

Os movimentos surgem e se afirmam no vazio político das grandes transformações da sociedade inclusiva, decaindo e desaparecendo posteriormente, por falta de suporte no “meio negro”. Eles não podem expandir-se e crescer por si próprios, não logrando vencer, ao mesmo tempo, a hostilidade ou a incompreensão do pólo “branco” e a inatividade do pólo “negro”. Nesse sentido, não são apenas os “brancos” que bloqueiam a desintegração da ordem racial superposta à ordem social da sociedade nacional brasileira. Embora desejem *igualdade racial, justiça e reconhecimento*, o “negro” e o “mulato” estão na raiz da neutralização do impacto racial de processos acelerados de mudança social progressiva (Fernandes, 2007, p. 29).

Em *O Negro No Mundo Dos Brancos*, Florestan Fernandes inclui as pessoas de cor em parte da culpabilização do fracasso dos movimentos surgidos no século XX e que podem ser estendidos à atualidade, pois, mesmo com o reconhecimento de sua vulnerabilidade diante da população, muitos se abstém. Porém, reitero que este silenciamento muitas vezes é ligado à uma herança forçada, herdada de seus ancestrais. Vivemos constantemente violentados pela ignorância do colonizador, sendo assim, a neutralidade acaba por ser um modo de proteção, pois, o/a negro/a sabe que ao “comprar briga” com o/a branco/a, sobretudo a elite, tem um vencedor definido antes mesmo de acontecer.

Outro fator a ser destacado é a falta da potencialização intelectual em ambiente acadêmico que estes corpos mantinham para explicar as necessidades do povo. A falta da existência de discussões sobre negritude nos espaços educacionais implica no alcance político e assim no movimento da consciência da sociedade em geral.

Para a transição entre o fim da escravidão, a inserção social do/a negro/a liberto no convívio social e a posterior discussão da democracia racial, devemos esfacelar o falso discurso da branquitude, que coloca uma máscara de aceitação para recepcionar as descendências de escravizados. Deste modo, Fernandes (2007) tensiona:

No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a ideia da “democracia racial” acabou sendo um expediente inicial (para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as “populações de cor” nas cidades em que elas se concentravam, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). O “negro” teve a oportunidade de ser livre; se não conseguiu igualar-se ao “branco”, o problema era dele – não do “branco” (Fernandes, 2007, p. 46-47).

A branquitude colonizadora, em seu racismo disfarçado, vence o negro pelo cansaço. Permite que vá à luta e sofra miseravelmente, perdidos sobre si mesmos. Isso, no imaginário branco, livra-o da culpa da violência feita pelas próprias mãos e aumenta o ódio do negro sobre si mesmo.

O branco explicita que, se o negro quer alcançar uma boa posição social e melhorias nas condições de vida, deve batalhar e conseguir por merecimento. Aí emerge o mito da democracia racial, pois o branco, sem muito esforço, o alcança. Já o negro, deve esforçar-se multiplicadamente, e quando alcança sabe-se que muitas abdições foram feitas e infinitas humilhações foram vivenciadas.

Os brancos não vitimizam consciente e deliberadamente os negros e os mulatos. Os efeitos normais e indiretos das funções do preconceito e da discriminação de cor é que o fazem, sem tensões raciais e sem inquietação social. Restringindo as oportunidades econômicas, educacionais, sociais e políticas do negro e do mulato, mantendo-os “fora do sistema” ou à margem e na periferia da ordem social competitiva, o preconceito e a discriminação de cor impedem a existência e o surgimento de uma democracia racial no Brasil (Fernandes, 2007, p. 93).

Ao serem inseridos à marginalização, o povo negro precisou buscar sustento em um estilo de vida semelhante à escravidão e assim sobreviverem desprovidos do acesso de espaços que debatem, inclusive, do processo pela busca de alternativas que tratassem da democratização social e equiparação de direitos.

Por este motivo, Florestan Fernandes aborda que “se a formação e o desenvolvimento espontâneo das classes sociais enredarem a desigualdade racial na desigualdade inerente à ordem social competitiva, então ela estará fatalmente condenada. Continuará a ser um belo mito, como se dá na atualidade” (Fernandes, 2007, p. 126-127). Não há, então, controvérsias diante da existência e permanência do mito da democracia racial, pois, já é compreendido e reforçado o plano da colonialidade em permanecer vencendo pelo esgotamento, como uma alternativa a mais para aniquilar os anseios do povo negro.

O que parece ser ascensão social no horizonte cultural do negro e do mulato muitas vezes não passa de mera incorporação ao sistema de classes. A ascensão social verdadeira, isto é, na mobilidade social vertical no sentido ascendente, dentro do sistema social vigente, ainda não se organizou, para eles, como um processo histórico e uma realidade coletiva. Atinge a alguns segmentos (ou melhor, certos indivíduos) da “população de cor”, sem repercutir na alteração dos estereótipos negativos, nos padrões que regem as relações raciais e sem suscitar um fluxo constante de mobilidade social ascendente no “meio negro” (Fernandes, 2007, p. 67).

Por fim, é discorrido o processo de modernização e as mudanças socioculturais ocorridas com o decorrer do tempo que necessita, ligeiramente, da mobilização da comunidade negra para a corrida por alternativas que implementem caminhos que desviem das rotas construídas pela branquitude do poder que hoje são representadas por legislações, bancadas e espaços voltados ao reconhecimento, valorização e inserção das periferias em espaços e posições que apenas brancos tinham domínio para, enfim, alcançar a superação dos postos que visam apenas a subalternização.

Ele precisa mobilizar-se para defender alvos imediatos: uma participação mais equitativa nos proventos da ordem social competitiva; e para visar alvos remotos: a implantação de uma autêntica democracia racial na comunidade. Agindo socialmente nessa direção, ele despertaria os brancos, dos diferentes níveis sociais, para o alcance de uma causa da qual depende, de maneira notória, o funcionamento e o desenvolvimento balanceados da ordem social competitiva (Fernandes, 2007, p. 129).

Ao falar do negro em competitividade na corrida entre classes, destaco, mais uma vez, que a consciência coletiva é necessária, a união para a superação da colonialidade. O povo negro se esbarra com dificuldades que atravessam continuamente o seu trajeto na busca pela ascensão e, sendo assim, a batalha não é a única veia, pois ele está neste modo constante desde sempre.

Como mencionado por Florestan Fernandes (2007), é concordada a “participação equitativa”, porém, sem a mobilização de toda a comunidade negra ou boa parte dela, pouco se é feito. É importante que estejamos cada vez mais preocupados com a conscientização das/os irmãs/os de cor e o seu letramento sobre as relações étnico-raciais e experiências sociais para compartilhamento coletivo e tomadas de alternativas que visem cada vez mais suas necessidades. Desta forma, cada vez mais estaremos entendidos das implicações causadas pelo *dilema racial brasileiro* e superamos as armadilhas psicológicas que nos trazem a crença de uma democracia que ainda não foi estabelecida.

6.3 O ESPAÇO ACADÊMICO NÃO É UM LUGAR NEUTRO!

Grada Kilomba (2021), baseando-se nos discursos de bell hooks (1989), diferencia o conceito de “sujeito” e “objeto” sob a visão branca dominante ao tratar de racismo cotidiano. Neste caso, os “sujeitos” são os seres definidores de suas próprias concepções e vontades, ou seja, os corpos brancos. Em contrapartida, Kilomba (2021), sobre os corpos negros, reforça que “como *objetos*, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros” (p. 28).

Através das análises realizadas por Kilomba (2021) compreende-se o processo de evolução intelectual como um importante fator para que estes corpos, antes denominados “objetos”, possam tornar-se “sujeitos”, a partir do impacto de suas produções, pois “essa passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político” (Kilomba, 2021, p. 28) e, dessa forma, resulta na pertinência dos discursos que instigam a sociedade, sobretudo o povo negro, para o alcance da sua emancipação.

Este ato de desfazer a relação entre “sujeito” e “objeto”, para a igualdade, é um processo intenso e incerto, em muitos casos, pela impregnação do racismo, pois há diversos graus das violências que impactam e oprimem de diferentes modos. A resistência consiste em inserir o povo negro naquilo que lhe é de direito por sua condição humana, desfazendo o que o racismo induz, quando “o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter” (Kilomba, 2021, p. 39).

Com isso, a relevância das políticas de ações afirmativas que inserem o povo negro aos espaços acadêmicos, mercado de trabalho, acesso à qualidade de vida etc., são estabelecidos pela tentativa de reparação contra os efeitos do racismo.

Reparação, então, significa a negociação do reconhecimento. O indivíduo negocia a realidade. Nesse sentido, esse último estado é o ato de reparar o mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios (Kilomba, 2021, p. 46).

Discute-se, a partir disso, a inserção de corpos negros aos espaços acadêmicos, antes acessados apenas por corpos brancos e de altos níveis sociais. Ainda se tem como pauta a segregação das produções realizadas por intelectuais negros, pois, o ambiente acadêmico “é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancas/os* têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “*Outra/o*” inferior (...)” (Kilomba, 2021, p. 50), porque teóricos que tratam da temática racial na academia, passam pelo processo de ascensão e reconhecimento à medida em que o povo negro começa a ser inserido nestes lugares.

Como estabelecido por Kilomba (2021), “a academia não é um espaço neutro” (p. 51), ou seja, a ciência produzida tem o seu formato estabelecido através de um padrão eurocêntrico, em que são visados interesses, e a entrada de novas teorias, discursos etc., embasadas nos interesses de corpos socialmente segregados, revelam a resistência provocada pelo racismo para a aceitação e reconhecimento.

No racismo, corpos *negros* são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “*fora do lugar*” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos *brancos*, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem (Kilomba, 2021, p. 56).

Essa falta de pertencimento, relacionada ao povo negro, vinda de violências racistas instauradas pelas invasões coloniais e, posteriormente, com a abolição da escravatura, deixou os/as negros/as à mercê da branquitude, voltando ao discurso de *sujeito>objeto*. Assim, o processo de ascensão por meio das pesquisas, produções e demais ciências somente seria possível a partir da concepção da intelectualidade branca dominante. Tudo o que difere disto é desconsiderado entre estes estudiosos.

Este discurso, que diz sobre o corpo negro não ter a capacidade de produzir ciências e teorias, está ligado à ideia de primitivismo da raça, ligado aos povos originários e africanos em

comparação com os europeus no período de invasão de terras e escravidão, por suas divergências culturais e distribuição social.

De acordo com Grada Kilomba (2021), “o racismo não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e imagens que por associação se tornam equivalentes: africano – África – selva – selvagem – primitivo – inferior – animal – macaco” (p. 130) e, na academia, as práticas racistas se iniciam através deste pensamento de inferioridade, quando o povo negro é associado à ideia de primitivismo, visto a partir do atraso, da falta de conhecimento e da obrigação de obediência social.

A teoria criada por negros/as, aqui mencionada, é a de produções que tratam da representatividade racial e das denúncias de práticas de violências (físicas e psicológicas) sofridas, que por séculos se arrastam e, após diversos atos de resistência, alcançaram os espaços acadêmicos, a fim de compartilhar experiências e buscar meios de superação, partindo da busca pela emancipação do indivíduo.

O mito de que as pessoas *negras* se vitimizam quando falam sobre as feridas causadas pelo racismo é uma estratégia muito eficaz para silenciar aquelas que estão prontas para falar. A questão “O que o racismo faz com você?” não tem nada a ver com vitimização; tem a ver com empoderamento, pois precede o momento no qual alguém se torna o *sujeito* falante, falando de sua própria realidade (Kilomba, 2021, p. 227).

Quando uma pessoa negra narra as suas histórias, realiza a abertura de um espaço para que outros discursos sejam revelados, gerando uma “corrente” de fatos, realizadora de questionamentos, pela busca por respostas em coletivo e para a realização de estratégias que visem a superação do racismo, trazendo alternativas de inserção e ascensão social.

7. OS CONFLITOS SOCIAIS E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS SOB A CRÍTICA DE LIMA BARRETO

“O racismo é um sistema de dominação, exploração e exclusão que exige a resistência sistemática dos grupos por ele oprimidos, e a organização política é essencial para esse enfrentamento” (Sueli Carneiro).

Ao desnudar a realidade vivida por Lima Barreto, percebemos como as influências externas foram cruciais para que o autor tivesse, em sua trajetória pessoal, os rumos tomados, desde bem antes de sua inserção na literatura até o momento em que utiliza dos escritos para a expressão de uma vivência social que engloba tantas dores e acontecimentos históricos.

Como visto o “triste visionário”, apresentado por Lilia Moritz Schwarcz (2017) e o “destino da literatura” apresentado por Robert John Oakley (2011), temos uma noção sobre o impacto que a obra barretiana causa socialmente que, mesmo com o paralelo temporal, torna-se bastante atual, pela força que as pautas sobre epistemicídio e demais violências contra o povo negro têm chegado aos espaços acadêmicos e quebrado barreiras em relação à sua inferiorização.

Aqui, as fronteiras entre representar a realidade e virar ela mesma – por meio da literatura e do que esta produz – são tênues. Lima escrevia usando da sua dor; prova disso foi o manifesto “O destino da literatura”, feito para demonstrar como era empático com o sofrimento alheio e com a literatura precisava guardar, sobretudo num país como o nosso, uma face social e de denúncia. No entanto, e cada vez mais, não há como saber se era o personagem que lembrava o amanuense aposentado ou se este é que ia se assemelhando ao andarilho filósofo. Afinal, cultura não é apenas decorrência direta e óbvia; ela carrega essa capacidade reflexiva de “ser” “e “fazer”: ao mesmo tempo que reproduz, também produz. O fato é que, nesse processo dinâmico, Lima se transformava em seus próprios personagens assim como o oposto acontecia (Schwarcz, 2017, p. 466).

Essas “fronteiras”, que Schwarcz explana, revelam a amplitude consciente que Lima tinha ainda na época em que viveu. Foram estas reflexões que o trouxe até aqui. Barreto não é apenas um símbolo literário, em termos de estética, mas um símbolo de resistência, pois sobreviveu ao álcool e as doenças advindas dele e de outras questões, não fisicamente, mas conscientemente, e isto faz parte de sua obra. Não é possível separá-lo do seu trabalho nem dos seus personagens.

Para a apresentação de uma literatura afro-brasileira narrada por um autor que utiliza da escrita militante com a denúncia do racismo de cor, Eduardo de Assis Duarte discorre sobre essa escrita e a marginalização dos autores/as negros/as que quando recebiam algum reconhecimento por seu trabalho, não era identificada sua racialidade:

É inegável que a afro-brasilidade, aplicada à produção literária enquanto requisito de autoria e marca de origem, configura-se como perturbador suplemento de sentido aposto ao conceito de literatura brasileira, sobretudo àquele que a coloca como “ramo” da portuguesa. Mas tão relevante quanto o “sujeito de enunciação próprio”, em que um eu lírico ou um narrador se autoproclama negro ou afrodescendente, é o ponto de vista adotado. Um bom exemplo pode estar na produção de autores do século XIX remanescentes de africanos, submetidos à hegemonia do embranquecimento como vacina contra a morte social. E, ainda, submetidos a um pensamento científico que praticamente os proibia de se declararem negros ou mulatos, a exemplo de Maria Firmina dos Reis. Autores impelidos a uma negrícia ou negrura abafadas e tendo na literatura uma forma de expressão do retorno do recalçado, como no caso de Machado de Assis (Duarte, 2010, p. 120).

O embranquecimento autoral permitia que escritores/as, a exemplo de Machado de Assis, recebessem reconhecimento e prestígio, diferentemente do caso de Lima Barreto. A literatura afro-brasileira, quando identificada, traz consigo nova idealização de construção literária que representa grupos socialmente marginalizados, sendo inferiorizada por grupos intelectuais e elitistas que se baseiam em modelos eurocêntricos.

É crucial o reconhecimento dado a esta literatura quando pensamos na contextualização histórica em que começa a ser distribuída pelo Brasil e os conteúdos históricos encontrados, sendo fonte primordial de estudo para a compreensão da colonialidade e, posteriormente, das atividades realizadas pelos movimentos de luta que pautam na decolonialidade e no antirracismo.

Sob estas considerações, alcanço este tópico, primordial para o entendimento, com a análise das obras de Barreto, fazendo um paralelo entre o real e o ficcional que, ao mesmo tempo em que se misturam, não podem se dissociar, pois cada detalhe reflete a experiência, a sabedoria, a crítica, entre outras inquietações depositadas em seu ser e espelhadas nas vivências de inúmeras pessoas que, por sua ancestralidade e estética negra, são réus do tribunal social que julga e limita os seus passos.

7.1 ISAÍAS E O PROCESSO DE ASCENSÃO SOCIAL DO CORPO NEGRO

Para uma breve apresentação da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, com primeira publicação datada em 1909, sendo primeiro livro de Lima Barreto, no prefácio da obra é apresentado pelo próprio personagem de Barreto a sua intenção para a sua escrita:

Não é meu propósito fazer uma obra de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno (Barreto, 2017, p. 10).

Em uma análise acerca da obra, Lilia Moritz Schwarcz em *Lima Barreto: triste visionário*, apresenta a ideia de Lima Barreto para o lançamento deste livro, como o primeiro a ser publicado em sua carreira e quais suas expectativas através desta:

Lima Barreto escolheu a dedo o romance com que ingressaria na vida literária nacional. Ao que tudo indica, e como mostra Francisco Assis Barbosa, tinha alguns outros livros em preparação ou quase terminados, mas decidiu lançar *Recordações do escrivo Isaias Caminha* com o claro objetivo de escandalizar. Julgava que o *Gonzaga de Sá* era mais morno; quem sabe, acomodado demais. Já *Isaias Caminha* tinha potencial para a polêmica, e daria novo impulso à carreira que ele havia trilhado na *Floreal* e ia desenvolvendo nas demais revistas literárias (Schwarcz, 2017, p. 211).

O corpo negro, sobretudo o masculino, sempre esteve associado à marginalidade e alvo de violências externas (físicas) e internas (psicológicas). Não objetivo aqui fazer uma análise específica do gênero masculino, mas destaco, através da obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, como acontece a falha tentativa de ascensão social do homem negro, em especial o mulato que, pela estratégia de embranquecimento social e físico do povo negro atrelado ao mito da democracia racial, estabelece uma falsa roupagem aos/as negros/as mestiços/as, permitindo-os psicologicamente ao sonho de “tornar-se algo”.

Aproxima-se o pensamento de Frantz Fanon quando, em reflexões sobre o seu próprio corpo negro, expõe a sensação ao se deparar com os impactos da colonialidade sobre o seu corpo e existência, como uma espécie de *fetichismo* que a branquitude tem em ver sua deterioração:

Eu era a um só tempo responsável pelo meu corpo, pela minha raça e pelos meus ancestrais. Eu me percorri com um olhar objetivo, descobri minha negrura, meus traços étnicos – e então me arrebataram o tímpano com a antropofagia, o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros e, acima de tudo, acima de tudo o mais: “*Y’a bon banania*” (Fanon, 2020, p. 127).

A expressão *Y’a bon banania*, mencionada pelo autor, contém conotação racista e era proferida por um personagem caricato de um fuzileiro senegalês que estampou embalagens e outros produtos da marca de achocolatados *Banania* (p. 48). Retomo ao *fetichismo* que Fanon aponta aos brancos terem sobre os corpos negros, em uma reflexão sobre o prazer que de fato sentem ao verem estes corpos humilhados e em meio à marginalidade, como *voyeurs* que observam continuamente e precisam disso para manterem o prazer – o domínio.

Na sequência, tratando-se da conscientização do corpo negro sobre os efeitos coloniais que agem sobre a sua existência, de maneira integral, Fanon aponta que “em termos de consciência, a consciência negra se apresenta como densidade absoluta, repleta de si mesma, como etapa preexistente a qualquer cisão, a qualquer abolição de si próprio pelo desejo” (Fanon,

2020, p. 148). E esta “densidade absoluta” que, através da tomada consciente de sua existência e humanização, sem separar-se de sua negritude, como um alerta para que qualquer evolução que consiga, o seu corpo negro chegará inicialmente.

Kabengele Munanga, em sua obra *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, para as relações sociais enfrentadas pelo mulato/mestiço, nos diz que:

Embora considerado como ponte étnica entre negro e branco, a qual conduziria à salvação da raça branca, o mulato não goza de um *status* social diferente do negro. Se durante a escravidão os mulatos puderam receber alguns tratamentos privilegiados e relação aos negros, por terem sido filhos dos senhores de engenho, hoje eles são, na sua grande maioria, filhos e filhas de pais e mães da classe pobre e, portanto, constituem-se na maior vítima da discriminação racial, devido à ambiguidade cor/classe, além de serem mais numerosos que os “negros” (Munanga, 2024, p. 94).

Trazendo este pensamento para a obra de Barreto, é notado, ainda no início que Isaías esperançava alcançar o mesmo prestígio que teve seu pai, um português branco possuidor de escravos. Nos primeiros trechos, o personagem dizia: “meu pai, que era fortemente inteligente e ilustrado, em começo, na minha primeira infância, estimulou-me pela obscuridade de suas exortações” (Barreto, 2017, p. 13).

O sonho em tornar-se doutor, para Isaías, seria equivalente ao mesmo sonho de diversos/as negros/as que, lançados à convivência social no pós-abolição, buscavam um meio de livrar-se do peso da cor, em sucessivas tentativas de “tornar-se gente”, dificultados no processo intelectual, pelo impedimento ao acesso à educação, sobretudo superior, mantendo como alternativa o trabalho informal, em que também eram impedidos, aumentando então as dificuldades no processo de ascensão social, por mais mínima que fosse.

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo da minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizem bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro (Barreto, 2017, p. 19).

A possibilidade de sair do mundo de ilusões que o personagem tinha ao visar seu futuro era alimentada pela burguesia branca que, sabendo que Isaías era filho de um homem branco, vigário e de prestígio social/intelectual, permitiria que este sonho pudesse se tornar real. Porém, a branquitude não demora para mostrar a sua face, fazendo com que as “máscaras” caiam rapidamente, pois, o corpo mulato é tão limitado quanto o preto, apenas consegue ir um pouco mais adiante, pela falsa roupagem imposta por ter uma parcela branca em sua genética.

Os chamados mulatos têm seus patrimônios genéticos formados pela combinação dos cromossomos de “branco” e de “negro”, o que faz deles seres naturalmente ambivalentes, ou seja, a simbiose de um e de outro, do “branco” e do “negro”. Porém, no plano social e político-ideológico, eles não podem mais sustentar essa ambivalência resultada de sua natureza mestiça (Munanga, 2024, p. 115).

Através do posicionamento do antropólogo Kabengele Munanga, temos um direcionamento maior acerca da construção do corpo negro, sobretudo em território brasileiro. Ser negro é mais do que uma construção física, ou seja, pela estética. Trata-se de uma ideologia política, em que tomamos consciência de nosso corpo, fisiologia e ancestralidade sob uma visão ampla acerca da diferença da estética e do pensamento branco. A branquitude, em seu ideal, funciona apenas de um modo, o da sua raça na forma mais “pura” e “límpida”.

Tomamos o personagem Isaías como exemplo dessa estratégia de extermínio dos corpos negros, já que pelo “deixar ir mais adiante” faria com que sua expectativa fosse mais alta, assim insistindo em aceitar as violências impostas ao seu corpo. Ainda no início da obra, quando Isaías Caminha desce do trem para uma rápida parada, a caminho do Rio de Janeiro, é vivenciada a primeira situação de racismo:

O trem parara e eu abstinha-me de saltar. Uma vez, porém, o fiz; não sei mesmo em que estação. Tive fome e dirigi-me ao pequeno balcão onde havia café e bolos. Encontravam-me lá muitos passageiros. Servi-me e dei uma pequena nota a pagar. Como se demorassem em trazer-me o troco reclamei: “Oh! – fez o caixeiro indignado e em tom desabrido. Que pressa tem você?! Aqui não se rouba, fique sabendo!” Ao mesmo tempo, ao meu lado, um rapazola alourado reclamava o dele, que lhe foi prazenteiramente entregue. O contraste feriu-me, e com os olhares que os presentes me lançaram, mais cresceu a minha indignação. Curti, durante segundos, uma raiva muda, e por pouco ela não rebentou em pranto (Barreto, 2017, p. 23-24).

O personagem, que seguia para o Rio de Janeiro com uma carta de recomendação entregue pelo Coronel Belmiro, para ser entregue ao doutor Castro, garantindo que Isaías teria uma segurança de emprego e estadia, já começava a perceber que isso não bastava para que conseguisse se manter, quando revelado o tratamento social em relação ao seu corpo.

Neste sentido, entre o corpo mulato para o mesmo grupo dos corpos pretos, já que estes não são brancos, como esperado socialmente, e esta diferença já o condena à marginalidade. Para melhor compreensão desta discussão, Munanga aponta sobre o/ mulato/a que:

Ele é “um e outro”, “o mesmo e o diferente”, “nem um nem outro”, “ser e não ser”, “pertencer e não pertencer”. Essa indefinição social – evitada na ideologia norte-americana e no regime do *apartheid* – conjugada com o ideário do branqueamento, dificulta tanto a sua identidade como mestiço quanto a sua opção da identidade negra.

A sua opção fica hipoteticamente adiada, pois espera, um dia, ser “branco”, pela miscigenação e/ou ascensão social (Munanga, 2024, p. 149-150).

Esta ânsia por “tornar-se branco” está ligada ao desejo de ascender para livrar-se das discriminações sociais e para relações com pessoas brancas na intenção de livrar-se do “peso da cor”, evitando que suas futuras gerações enfrentem as mesmas dificuldades e preconceitos. Obviamente este é mais um plano da branquitude para colocar o negro contra ele mesmo, principalmente sobre os mulatos, pois estes estão perdidos, sem saber a qual grupo faz parte, pois, ora tem oportunidade, ora esta é tirada.

Aqui está o dilema da construção da identidade dos “mulatos”. Teoricamente, eles têm três opções: optar pela identidade de um dos grupos; construir a sua identidade mestiça; ficar perdidos sem nenhuma opção. No entanto, a prática social tem demonstrado que mesmo se o desejassem e o quisessem, eles não seriam vistos totalmente como brancos ou como negros. Ou seja, a opção pela identidade do “branco” não lhes seria totalmente franqueada. Pois a mestiçagem constitui uma ameaça à identidade daqueles que ainda acreditam na “pureza racial”. Visto deste ângulo, não são raras as situações de competição em que os indivíduos “mulatos” deixam de ser chamados de “doutores” para se tornarem “negrinhos” e “negrinhas” metidos(as) [...] (Munanga, 2024, p. 115-116).

A partir disso, retomo ao personagem Isaías, que questiona sua cor, na visão que tinha anteriormente de si e ganha uma nova análise ao perceber que a simples estética, vista sem dizer sequer uma só palavra, já dá a ideia do limite que pode ser alcançado ou da sua ousadia por tentar ascender-se:

Além de tudo, eu sentia que a minha fisionomia era animada pelos meus olhos castanhos, que brilhavam doces e ternos nas arcadas superciliares profundas, traço de sagacidade que herdei do meu pai. Demais, a emanção da minha pessoa, os desprendimentos da minha alma, deviam ser de mansuetude, de timidez e bondade... Por que seria então, Meu Deus? (Barreto, 2017, p. 24).

Ao debruçarmos sobre o capítulo IV da obra, Isaías desabafa, dizendo: “foram de imensa angústia esses meus primeiros dias no Rio de Janeiro. Eu era como uma árvore cuja raiz não encontra mais terra em que se apoie e donde tire a vida; era como um molusco que perdeu a concha protetora e que se vê a toda hora esmagado pela menor pressão” (Barreto, 2017, p. 44). Percebe-se o esgotamento de Caminha e o grande esforço psicológico para suportar as injustiças, porém, eram cada vez mais constantes os episódios de indiferença, mais adiante registrado neste trecho da obra:

Um sujeito entrou no bonde, deu-me um grande safanão, atirando-me o jornal no colo, e não se desculpou. Esse incidente fez-me voltar de novo aos meus pensamentos

amargos, ao ódio já sopitado, ao sentimento de opressão da sociedade inteira... Até hoje não me esqueci desse episódio insignificante que veio reacender na minha alma o desejo feroz de reivindicação. Senti-me humilhado, esmagado, enfraquecido por uma vida de estudo, servir joguete, de irrisão a esses poderosos por aí. Hoje que sou um tanto letrado sei que Stendhal dissera que são esses momentos que fazem os Robespierres. O nome não me veio à memória, mas foi isso que eu desejei chegar ser um dia (Barreto, 2017, p. 55).

Retomando o que foi discutido por Lília Moritz Schwarcz (2017), juntam-se aqui as frustrações do personagem Isaías Caminha à frustração de seu autor, Lima Barreto que, fora do planejamento fictício, vivenciava fortemente o racismo e assim o denunciava em suas obras:

O livro que mal tirara do forno, narra a história do jovem Isaías, que chega à cidade grande cheio de esperanças de tornar-se “doutor” mas conhece o preconceito, a humilhação e a tristeza. Apesar de o argumento ser forte, o texto não foi recebido como imaginava o escritor, tampouco se converteu em sucesso imediato de crítica. O original tinha, porém, pólvora para agitar o cenário intelectual da época e, sobretudo da imprensa. E agitou (Schwarcz, 2017, p. 211).

Mais adiante, a autora ainda complementa

O novo romance vinha narrado em primeira pessoa por Isaías, claramente um alter ego de Lima: de fora da capital, pobre, de cor azeitonada, esforçado, tenta a sorte como jornalista e acaba escrivão na coletoria. A metáfora da estrada de ferro surge também nesse livro, cujo enredo parece estar constantemente “em trânsito”. Isaías começa viajando de trem para a capital – verdadeiro ritual de entrada na vida estrangeirada do Rio, onde as diferenças de região, classe e cor eram muito mais presentes e distintas. Já na cidade grande, Isaías anda por todo lado, percorre diferentes bairros; sempre de bonde, em movimento (Schwarcz, 2017, p. 215-216).

Não é difícil perceber, escancaradamente, a exposição destas frustrações do autor, aqui já mencionadas, na representação de todos os corpos negros que enfrentam o duro processo de ascensão social pela projeção intelectual, invalidados/as antes mesmo de chegarem ao público e aos meios acadêmicos.

Retomando aos escritos de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, em um episódio na delegacia, após receber uma intimação, ao ser questionado sobre sua profissão, observa-se o trecho em que o delegado desdenha Caminha:

Com ar escarninho perguntou:

- Então você é estudante?

Dessa vez tinha-o compreendido, cheio de ódio, cheio de um santo ódio que nunca mais vi chegar em mim. Era mais uma variante daquelas tolas humilhações que eu já sofrera; era o sentimento geral da minha inferioridade, decretada a priori, que eu adivinhei na sua pergunta. E afirmei então com a voz transtornada.

- Sou sim senhor! (Barreto, 2017, p. 65).

Este sentimento que Isaías sentia – “cheio de ódio” – foi a reação que teve para o tratamento que recebeu, principalmente por ter sua disposição intelectual questionada e desacreditada, um exemplo para o que observamos com pessoas negras/de cor que são automaticamente apontadas à incapacidade, como corpos que não produzem conhecimento, mas que servem para serem mandados.

Com a pauta levantada acima, é importante debater acerca das frustrações do/ negro/a e os reflexos negativos que atingem o psicológico e, conseqüentemente, sua integridade física, exemplificado em Lima Barreto e os seus personagens pelo alcoolismo.

Florestan Fernandes, ao tratar do “drama humano”, vivenciado pelo povo negro desde o período pós abolição e a culpabilidade imposta pela branquitude colonizadora sobre estes corpos para os problemas sociais, nos diz que:

O abandono do menor, do doente ou do velho, a “mãe solteira”, o alcoolismo, a vadiagem, a prostituição, a criminalidade ocasional ou sistemática repontaram como dimensões normais de um drama humano sem precedentes na história social do Brasil. Nessas condições, o negro não tinha elementos para cultivar ilusões sobre o presente ou sobre o futuro. E ainda acumulava pontos negativos, pois o branco percebia e explicava etnocentricamente os aspectos dessa situação de que tomava conhecimento, através de cenas deprimentes, ou do noticiário dos jornais, imputando ao próprio negro a “culpa” pelo que ocorria (como se o negro “não tivesse ambição”, “não gostasse de trabalhar”, “fosse bêbado inveterado”, “tivesse propensão para o crime e a prostituição”, e “não fosse capaz de dirigir sua vida sem a direção e o jugo do branco”). Contudo, o drama em si mesmo não comoveu os brancos nem foi submetido a controle social direto ou indireto; só serviu para degradar ainda mais a sua vítima no consenso geral. (Fernandes, 2007, p. 111-112)

A capacidade da branquitude para definir um corpo esteticamente é uma prática enraizada no Brasil, onde as pessoas já crescem com este pensamento, porque assim foram criados e isto vem dos seus pais, avós etc., até o período da colonização. E assim permanecemos colonizados.

A ideia de embranquecer a sociedade, dando uma nova roupagem à estética brasileira, ou seja, o mulato/mestiço, já foi comprovado ser um modo de extinguir o povo negro, que hoje enfrenta o processo de exclusão intelectual e o genocídio dos corpos. Daí o discurso do mito da democracia racial no Brasil.

Contudo, na construção do sistema racial brasileiro, o mestiço é visto como ponte transcendente, onde a tríade branco-índio-negro se encontra e se dissolve em uma categoria comum fundante da nacionalidade. Daí o mito da democracia racial: fomos misturados na origem e, hoje, não somos nem pretos, nem brancos, mas sim um povo miscigenado, um povo mestiço. No sistema classificatório utilizado por cientistas sociais e ideólogos negros, usa-se a polarização preto/branco ou negro/branco, enquanto que na autorrepresentação popular usa-se um sistema relacional baseado no binômio claro/escuro (Munanga, 2024, p. 142).

O mito da democracia racial, junto à realidade do duro tratamento, exemplificado pelo personagem de Lima Barreto, apresenta diversos episódios de racismo, trazido por Grada Kilomba (2021) como o *racismo cotidiano* e os efeitos que o *trauma* pode provocar na vivência dos corpos de homens e mulheres negras.

O termo trauma é originalmente derivado da palavra grega para “ferida” ou “lesão”. O conceito de trauma refere-se a qualquer dano em que a pele é rompida como consequência da violência externa. [...] A escravização, o colonialismo e o racismo cotidiano necessariamente contêm o trauma de um evento de vida intenso e violento [...] (Kilomba, 2021, p. 213-214).

Grada Kilomba (2021) colabora para a compreensão do tratamento sobre os traumas que o povo negro enfrenta ao deparar com o “racismo cotidiano”. É possível associar, por exemplo, o problema do alcoolismo de Lima Barreto à definição de *trauma*, estabelecido pela autora como um “evento violento na vida do *sujeito*” (Kilomba, 2021, p. 214), pois, quando associado aos efeitos impregnados pelo colonialismo, são apresentadas as frustrações do povo negro causadas pela dificuldade de enquadramento social, que vai perdendo a capacidade de enxergar a evolução naquilo que almeja.

Em outro trecho, Isaías, em seus pensamentos, reflete sobre os casos de racismo e indiferença que, constantemente, sofria:

Aquela sociedade com pessoas que me tinham suspeitado ladrão, pesava-me, abatia-me. A esperança num emprego humilde esvaíra-me. A recusa sistemática do padeiro fizera-me supor que era assim em todas as profissões. Assim seriam os hoteleiros, os donos de cafés, de confeitarias, de cocheiras... Não sabia por onde sair; era de um verdadeiro sítio à minha vida que eu tinha sensação [...] (Barreto, 2017, p. 74).

Mais adiante, em uma oportunidade de trabalhar como diligente para o trabalho com a notas do jornal, revelou o tratamento recebido por seus colegas de trabalho:

Nos primeiros dias lutei com alguma dificuldade. Os colegas receberam-me mal. Sonegavam-me as notas, procuravam desmoralizar-me, ridicularizar-me diante dos empregados. Há neles em geral essa hostilidade pelos novos. Dentem que o ofício é fácil e se eles ainda por cima o facilitarem, perderão em breve o prestígio. Levei alguns furos, mas dei outros, graças às relações que travei com um sargento protocolista do estado-maior. Leporace quis destituir-me, mas Loberant não o permitiu (Barreto, 2017, p. 179-180).

Travadas essas situações, e chegando ao fim da obra, Caminha, mais amadurecido, ainda se questiona sobre as motivações que o levou à angústia, permanecendo em seus pensamentos.

O personagem então refletia: “[...] à vista deles, dos pratos velhos e daquelas facas, lembrei-me muito da minha casa, e da minha infância. Que eu tinha feito? Que emprego dera à minha inteligência e à minha atividade? Essas perguntas angustiavam-me (Barreto, 2017, p. 187).

A dor de Isaías permanecia, ao trazer estas recordações sobre o seu processo de ascensão social e as durezas enfrentadas em sua trajetória. Isaías não é uma autobiografia ficcional, mas um espelho, que reflete a vida do seu autor e de todo o povo preto/mulato que ansiava livrar-se do que menciona “peso da cor”, na expectativa de alcançar um patamar que pudesse salvar sua pele, dos seus ancestrais e dos seus descendentes, exauridos pela frustração.

Florestan Fernandes em *O Negro no Mundo dos Brancos*, aproxima da experiência relatada por Isaías Caminha, quando realiza sua pesquisa que trata da estadia do povo negro, pós-abolição, em meio as grandes cidades que, na tentativa de ascender-se socialmente, passam por diversos tipos de dificuldades causadas pelo sistema colonial:

Os centros urbanos provocavam certas necessidades especiais que ampliavam a divisão do trabalho social. Neles surgiam ocupações e serviços que alargavam a área de atividade construtiva do escravo e, especialmente, que não podiam ser exercidos nem pelo escravo, nem pelo homem livre. O liberto desfrutava, assim, algumas oportunidades econômicas que lhe permitiam integrar-se na estrutura ocupacional das cidades e que forçavam os brancos a terem interesse pelo seu adestramento e aproveitamento em tal área. Pode-se verificar como esse mecanismo se manifestava em cidades como São Salvador, Recife ou Rio de Janeiro, nas quais a população negra e, principalmente, mestiça logravam a aquisição de um nicho relativamente vantajoso na organização ecológica e econômica daquelas comunidades (Fernandes, 2007, p. 107).

O autor relata que negros/as tinham vida análoga a qual vivenciaram na escravidão, como um meio de sobrevivência, acabam se submetendo por trabalhos que permitam um mínimo de sustento e as poucas oportunidades de ascensão que tinha, deveria igualar-se ao seu opressor, seguindo os seus desejos, como mencionado por Florestan, em uma espécie de “adestramento”. E deste modo o personagem Isaías Caminha se viu em diversas situações. Mesmo com o seu conhecimento e intelecto, precisou submeter-se à vontade da sociedade em qualquer lugar que estivesse.

Por fim, retomo aos escritos de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e destaco dois fatores importantíssimos para a representação da estética literária de Afonso Henriques de Lima Barreto em suas obras: o amor à pátria/nacionalidade e os problemas com o álcool. Estes aspectos são a grande exemplificação do sentimento de Barreto em sua vida pessoal, necessariamente por exaltar a nação e, nesta mesma terra, sofrer com o racismo e a invalidação literária, levando-o aos vícios e doenças advindas do alcoolismo.

Ao fim do capítulo V, ao ser insultado pelo delegado, Isaías, cansado de tantos abusos, acaba por respondê-lo e assim, grosseiramente, foi preso:

Fui para o xadrez convenientemente escoltado. Pelo caminho, tudo aquilo me pareceu um pesadelo. Custava-me a crer que, no intervalo de horas eu pudesse ter os entusiasmos patrióticos do almoço e fosse detido como um reles vagabundo num xadrez degradante. Entrei aos empurrões; desnecessários aliás, porque não opus a menor resistência. As lágrimas correram-me e eu pensei comigo: A pátria! (Barreto, 2017, p. 66).

Ao fim do pensamento do personagem, retomando “a pátria”, reacendem-se as suas paixões e motivações, que passam a esmaecer rapidamente. A injustiça que sentiu no tratamento, quando se entende como um homem bom, intelectualizado e o desejo em tornar-se doutor é abatida neste momento, principalmente por se rum cidadão que respeita e valoriza sua nacionalidade, porém, entendeu que esse respeito não cabia de maneira recíproca.

Outro ponto fundamental é o surgimento do álcool na vida do personagem, o que foi um problema para a vida do seu autor, viciado e adoecido por seus efeitos:

O álcool não entrava nos meus hábitos. Em minha casa, raramente o bebia. Naquela ocasião, porém, deu-me uma vontade de beber, de me embriagar, estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos tendidos pelos constantes abalos daqueles últimos dias.

Entre no café, mas tive nojo. Limitei-me a beber uma xícara de café e caminhei tristemente em direção ao mar, olhando com inveja um carregador que bebia um grande cálice de parati. Eu tinha uma imensa lassidão e uma grande fraqueza de energia mental. Quis descansar, debrucei-me na muralha do cais e olhei o mar. Estava calmo; a limpidez do céu e a luz macia da manhã faziam-me aveludado. Os últimos sinais da tempestade da véspera haviam desaparecido (Barreto, 2017, p. 73).

As hostilidades que recebeu, o destrato com sua presença em diversos lugares, o desrespeito com seus estudos e o desejo de ter uma posição social diferente dos seus antepassados seriam motivo suficientes para que Isaías desejasse fugir daquela realidade que enfrentava. Porém, diferente do seu criador, Lima Barreto, o personagem permaneceu apenas no desejo de alcoolizar-se. Não poderia desistir.

Destaco um trecho da obra *O Negro no Mundo dos Brancos*, de Florestan Fernandes, que se aproxima da cena apresentada acima:

À degradação material correspondia a desmoralização: o negro entregava-se a esse destino, sob profunda frustração e insuperável apatia. Logo se difundiu e implantou um estado de espírito derrotista, segundo o qual “o negro nasceu para sofrer”, “vida de negro é assim mesmo”, “não adiante fazer nada” etc. O único ponto em que o negro não cedia relacionava-se com a teimosa permanência na cidade. Como se fosse um pária da era moderna, aceitava passiva e conformadamente o peso da desgraça e os dias incertos que o futuro lhe reservasse (Fernandes, 2007, p. 112).

Esta teimosia, debatida pelo autor, está ligada ao sentimento de conformidade, em que o povo colonizado se vê numa posição de vulnerabilidade em qualquer lugar que estiver, mantendo a cidade grande como a melhor alternativa em oportunidades, por mais que sejam subalternas, sempre terão pessoas para abusar da mão-de-obra, ao mesmo tempo que haverá pessoas necessitando de trabalho.

Por fim, podemos estabelecer uma sequência que tornam compreensíveis as repetições que o povo negro experiencia em suas tomadas na busca pela independência e emancipação: a) o desejo pela ascensão social e melhorias nas condições de vida; b) o corpo negro rejeitado e inferiorizado; c) o abatimento após diversas tentativas falhadas; d) sensação de incapacidade.

Acrescento ainda dois pontos que serão vistos no estudo da obra a seguir, *Diário do Hospício*, em que Barreto trava sua trajetória pessoal em sua última internação: e) o adoecimento mental e os vícios em drogas; f) a personalidade do corpo negro associada aos vícios e doenças.

Figura 2: Imagem da capa do livro *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.



Fonte: Google Imagens.

Acima, destaco a capa do livro apresentado. Após diversas edições, são vários os formatos que representam a obra, porém, a escolhida, publicada pela Ateliê Editorial (2023),

tem um significado importante para o discurso levantado por Lima Barreto em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

A ilustração, feita pelo desenhista Zepa Ferrer³, apresenta o personagem Isaías trajado formalmente em diálogo com uma figura que, certamente, estaria escutando as habilidades de Isaías Caminha e o seu esforço para realizar o sonho em tornar-se “doutor”. É percebida a representação de um homem de posição social superior quando notado o fato de escutar Isaías estando sentado e o principal fator a ser destacado, por ser um homem branco.

7.2 LIMA BARRETO, O SEU DIÁRIO E AS LEMBRANÇAS NO HOSPÍCIO

“O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá?” (Lima Barreto, *Diário do Hospício*).

Com recortes extraídos para a representação da difícil situação que o racismo induz à saúde do povo negro, através o tratamento que Lima Barreto recebeu, apresento o seu diário, destacando o espaço e as suas relações em sua última internação, desta vez no Hospital Central de Alienados, no Rio de Janeiro.

Percebe-se aqui a importância da literatura para o auxílio da sobrevivência de Barreto em meio ao caos enfrentado pelo seu alcoolismo e delírios provocados pelo vício, além das dificuldades de relacionamento com outros internados e os funcionários do hospital psiquiátrico.

Os relatos entre as angústias de Lima Barreto para a devolutiva recebida por intelectuais sobre suas obras revelam as motivações que levaram o autor para a vida constante de bebedeira e boemia, além das suas dificuldades financeiras e demais recursos, trazidas desde suas relações familiares.

Inicialmente, Barreto começa a desvelar as dependências do hospício, após dias de internamento: “estou no hospício ou, melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui pelas mãos da polícia” (Barreto, 1993, p. 23). E é mencionando a polícia que aqui já fica entendido o desgosto que o escritor mantinha e denunciava à forma truculenta em que era tratado:

Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda a espécie de apreensões que as dificuldades de

³“Zepa Ferrer é autor, desenhista e graduado em Letras pela USP.” Disponível em: <<https://comarte2024.webhostusp.sti.usp.br/autores/zepa-ferrer/>> Acesso em: 05 Jan. 2024.

minha vida material, há seis anos, me assoberbam, de quando eu quando dou sinais de loucura, delírio (Barreto, 1993, p. 23).

Consciente de sua situação, Lima Barreto sabia exatamente o que motivou a encontrar-se naquela situação, com uma cronologia surpreendente, contabilizada por ele mesmo, analisando interna e externamente a sua própria vida e convivendo com os anseios e fracassos que o destino lhe havia concebido.

Presente em todas as suas discussões, sejam pessoais, através do diário íntimo, ou por seus personagens, a literatura a peça chave para a explanação de sentimentos profundos, assim, logo o autor faz uma análise ao visualizar-se em tamanha situação de vulnerabilidade:

[...] Estava ali que nem um peru, no meio de muitos outros, pastoreado por um bom português, que tinha um ar rude, mas doce e compassivo, de camponês transmontano. Ele já me conhecia da outra vez. Chamava-me de você e me deu cigarros. Da outra vez, fui para a casa forte e ele me fez baldear a varanda, lavar o banheiro, onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoiévski, na *Casa dos Mortos*. Quando baldeei, chorei; mas lembrei de Cervantes, do próprio Dostoiévski, que pior deviam ter sofrido em Argel e na Sibéria. Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que peço dela (Barreto, 1993, p. 24).

A forma com que os internos eram mantidos, sem respeito ou pudor, com as mais duras formas de tratamento, compara-se às perversidades tão absurdas ocorridas na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sob o comando nazista. Da mesma forma é tão inacreditável imaginar o que acontecia com estes corpos neste processo de internação.

Os fatos inicialmente narrados por Lima Barreto também podem ser associados ao crime sanitário ocorrido em Barbacena, Estado de Minas Gerais, no século XX. A manchete apresentada pelo Jornal *El País* destaca: “Barbacena, a cidade-manicômio que sobreviveu à morte atroz de 60.000 brasileiros[...] Maioria dos internos era de alcoólatras, homossexuais, mães solteiras[...]”⁴. São exemplificações para compreendermos a desumanização contra pacientes no período.

Na sequência, o autor, internado, faz uma análise da construção em que estava alojado:

O hospício é bem construído e, pelo tempo em que o edificaram, com bem acentuados cuidados higiênicos. As salas são claras, os quartos amplos, de acordo com a sua capacidade e destino, tudo bem arejado, com o ar azul dessa linda enseada de Botafogo que nos consola na sua imarcescível <beleza>, quando a olhamos levemente enrugada pelo terral, através das grades do manicômio, quando amanhecemos lembrando que não sabemos sonhar mais... Lá entra por ela adentro uma fálua, com velas enfunadas

⁴ Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-05/barbacena-a-cidade-manicomio-que-sobreviveu-a-morte-atroz-de-60000-brasileiros.html>> Acesso em: 18, Nov. 2024.

e sem violentar; e na rua embaixo passam moças em traje de banho, com as suas bacias a desenharem-se nítidas no calção, até agora [...] (Barreto, 1993, p. 27).

Percebe-se a sensibilidade de Lima Barreto ao mesmo tempo em que demonstra profunda angústia quando imagina as difíceis alternativas que lhe restariam naquela situação, sem garantia de liberdade ou retomada das condições psicológicas. Pelas grades, via a imensidão do mar e a pequenez da vida humana...

Frantz Fanon (2020) em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, no capítulo “O negro e a psicopatologia”, o autor aborda o maniqueísmo que o branco pratica sobre o negro, colocando-o sempre a uma posição inferior e penetra este pensamento ao seu consciente, influenciando a própria consciência moral que o negro tem sobre ele mesmo. Fanon, tratando do espaço europeu, a qual esteve inserido, nos diz que “na Europa, o mal é representado pelo negro” (p. 200), dessa forma, o seu corpo é visto como aquilo que é *sujo*, sendo associado tanto “à sujeira física ou à sujeira moral”.

Sobre esta “consciência moral” mencionada, Frantz Fanon explica:

A consciência moral implica uma espécie de cisão, uma ruptura da consciência, com uma parte clara que se opõe à parte sombria. Para que haja moral, é necessário que desapareça da consciência o preto, o escuro, o negro. Por isso, um negro estará a todo momento combatendo a própria imagem (Fanon, 2020, p. 204).

Dada a explicação acerca da consciência moral do negro, neste caso representado por Afonso Henriques de Lima Barreto, percebemos como as influências externas resultam na situação em que o intelectual esteve mantido e como o próprio Lima mantinha consciência sobre isto.

É importante destacar a visão que Lima tinha sobre si mesmo. Schwarcz (2017), diz o quanto o autor se achava “feio” e, por diversas vezes, ironizava a própria imagem, evidenciando a percepção que tinha sobre o seu corpo:

O fato é que, se sua condição de escritor afrodescendente o aprisionava como “feio”, libertava-o para outras realidades: a observação de novos personagens, a descrição das cores sociais e dos costumes de populações muitas vezes invisíveis nos demais romances que faziam sucesso então. Se a educação diferenciada fazia dele um deslocado, sua condição social o integrava aos subúrbios. Por isso, ora se isolava e maldizia os vizinhos, ora se comportava somente como mais um entre os seus (Schwarcz, 2017, p. 474).

Após essa observação, voltemos ao diário de Barreto, em outro momento de reflexões do autor em que isto se torna ainda mais evidente, fazendo com que alcançasse o estágio mais avançado que os seus desgostos podiam levá-lo, as aproximações iniciais com o álcool.

Ao pegar agora no lápis para explicar bem estas notas que vou escrevendo no Hospício, cercado de delirantes cujos delírios mal compreendo, nessa incoerência verbal de manicômio, em que um diz isto, outro diz aquilo, e que, parecendo conversarem, as idéias e o sentido das frases de cada um do interlocutores vão cada qual para o seu lado, eu me lembro muito bem que um amigo de minha família, médico ele mesmo de loucos, me deu, logo ao adoecer meu pai, o livro de Maudsley, *O Crime e a Loucura*. A obra me impressionou muito e de há muito premedito repetir-lhe a leitura. Saído dela, escrevi um decálogo para o governo da minha vida; entre os seus artigos havia o mandamento de não beber alcoólicos, cousa aconselhada por Maudsley, para evitar a loucura. Nunca o cumpri e fiz mal. Muitas causas influíram para que viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente, Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com meu tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o *chopp*, o *whisky*, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele (Barreto, 1993, p. 35).

No trecho acima, Barreto narra a sua relação com a literatura, conselhos recebidos e fraquezas do corpo ao se deparar com o desejo constante provocado pelo vício, a partir disso, as coisas que foram se acarretando e afundando em um mar de solidão e desesperança.

A fala do autor é reforçada pela observação realizada por Lilia Moritz Schwarcz em *Triste Visionário*, mencionando a importância destes fatos para o destino que o trabalho de Barreto chegaria. Assim, Schwarcz também menciona a obra de R. J. Oakley (2011):

Aqui, as fronteiras entre representar a realidade e virar ela mesma – por meio da literatura e do que esta produz – são tênues. Lima escrevia usando da sua dor; prova disso foi o manifesto “O destino da literatura”, feito para demonstrar como era empático com o sofrimento alheio e como a literatura precisava guardar, sobretudo num país como o nosso, uma face social e de denúncia. No entanto, e cada vez mais, não há como saber se era o personagem que lembrava o amanuense aposentado ou se este é que ia se assemelhando ao andarilho filósofo. Afinal, cultura não é apenas decorrência direta e óbvia; ela carrega essa capacidade reflexiva de “ser” “e “fazer”: ao mesmo tempo que reproduz, também produz. O fato é que, nesse processo dinâmico, Lima se transformava em seus próprios personagens assim como o oposto acontecia. (Schwarcz, 2017, p. 466)

Sobre este “representar a realidade”, através de sua função literária, Schwarcz também aborda o fato de que Barreto, independentemente do seu diário íntimo, se revelou detalhadamente em seus personagens e não mascarou, através deles, suas opiniões públicas acerca da política, cultura, relações sociais etc. Ele não temia o poder da escrita e da militância,

por isso a sua reprodução literária torna-se tão forte e atual para a sustentação de discursos, mesmo com o passar do século.

Quanto ao segundo afastamento, datado em 20 de novembro de 1911, atestava “reumatismo poliarticular, hipercinese cardíaca”, com a recomendação de que o “doente” ficasse noventa dias em recuperação. Esses são sintomas comuns do uso continuado do álcool. Lima, apesar de no dia a dia negar o mal que o hábito lhe fazia, é mais direto em seu *Diário*: “De há muito sabia que não podia beber cachaça. Ela me abala, combale [sic], abate todo o organismo, desde os intestinos até à enervação. Já tenho sofrido muito com a teimosia de bebê-la. Preciso deixar inteiramente. [...] Tinha levado todo o mês a beber, sobretudo parati. Bebedeira sobre bebida, declarada ou não. Comendo pouco e dormindo sabe Deus como. Andei porco, imundo” (Schwarcz, 2017, p. 271)

Aqui, a autora relembra os episódios em que Lima era afastado do seu trabalho, internado forçadamente pelo próprio irmão, inclusive, já que o vício na bebida indeterminava o momento para acontecer, era impulsivo, incontrollável. Dado isto, em outro momento, no *Diário do Hospício*, Barreto relembra a experiência com o seu lar e as dificuldades enfrentadas ao ver os delírios e doenças que seu pai também enfrentou:

A minha casa me aborrecia. Tão triste era ela, meu pai delirava, queixava-se, resmungava com tal ar que não me parecia [...]. Eu me agastava, tanto mais que ele não tinha razão alguma. A não ser na Ilha do Governador, plena roça, por aquelas épocas, cujas vantagens de moradia são fáceis de adivinhar, eu não me lembrava de ter orado em melhor casa e ter comido melhor; mas ele resmungava (Barreto, 1993, p. 35-36).

O desgaste psicológico dentro de sua casa, junto às poucas alternativas de subsistência e condições de vida, traziam indignação para o jovem Afonso Henriques que, posteriormente, comentou sobre o seu início no álcool, que se dava de maneira recreativa e na sequência tornou-se um vício. Isto foi estendido pela insuficiência que o esforço feito na vida, enquanto literato negro, não lhe resultava de maneira positiva e esperada.

No começo, havia dinheiro na bolsa de todos e o parati entrava como mera extravagância. O forte era cerveja; mas, bem depressa, “com a fuga inexplicável do dinheiro das nossas algibeiras, a cachaça ficou sendo o nosso forte; e eu a bebia desbragadamente, a ponto de estar completamente bêbado às nove ou dez horas da noite.

O aparecimento do meu primeiro livro não me deu grande satisfação. Esperava que o atacassem, que me descompusessem e eu, por isso, tendo o dever de revidar, cobraria novas forças; mas tal não se deu; calaram-se e os que dele trataram o elogiaram. É inútil dizer que nada pedi.

A minha dor ou as minhas dores aumentavam ainda; e, cheio de dívidas sem saber como pagá-las, o J. M. aconselhou-me que escrevesse um livro e o levasse para ser publicado no *Jornal do Commercio* (Barreto, 1993, p. 36).

Os problemas pessoais, junto às frustrações profissionais degradavam ainda mais o psicológico e o físico de Barreto, prorrogando suas crises e distorções mentais. Em seu diário, se questionava da loucura e o lugar em que estava mergulhado, junto aos outros internados, visualizando suas especificidades e como o incomodava estar inserido em uma situação que desprezava o que construiu intelectualmente no externo.

Em constante lucidez, durante a escrita do diário, o autor questionava a própria *loucura* e onde mais poderia encontrá-la, apontando situações que não conseguiu receber, como a riqueza, o amor e os títulos que tanto almejava:

[...] Essa questão do álcool, que me atinge, pois bebi muito e, como toda a gente, tenho que atribuir as minhas crises de loucura a ele, embora sabendo bem que ele não é o fator principal, acode-me refletir por que razão os médicos não encontram no amor, desde o mais baixo, mais carnal, até a sua forma mais elevada, desdobrando-se num verdadeiro misticismo, numa divinização do objeto amado; por que - pergunto eu - não é fator de loucura também?
 Por que a riqueza, base da nossa atividade, coisa que, desde menino, nos dizem ser o objeto da vida, da nossa atividade na terra, não <é> também a causa da loucura?
 Por que as posições, os títulos, cousas também que o ensino quase tem por meritório obter, não é causa de loucura? (Barreto, 1993, p. 40).

Em meio as tantas reflexões, não focalizo tratar do problema do álcool vivido por Barreto, mas das motivações que o levaram à triste situação, junto às internações em hospitais psiquiátricos. O racismo que Lima Barreto sofria, deteriorava os seus planos de vida e até mesmo a vontade de continuar sonhando.

A cor, herança de sua ancestralidade escravizada, afastava quaisquer possibilidades de ascensão social a partir de cada tentativa falhada que arruinava a vida familiar, social, financeira e, conseqüentemente, a saúde. Apesar das tentativas, superar as humilhações recebidas tornava-se algo ainda distante, em especial pelo período das primeiras décadas pós-abolição em que a sociedade e o conhecimento científico voltavam-se para a arruição da imagem do corpo negro, deslegitimação da sua capacidade intelectual e apagamento das suas heranças ancestrais.

Desde a minha entrada na E(scola) <Politécnica> que venho caindo de sonho em sonho e, agora que estou com quase quarenta anos, embora a glória me tenha dado beijos furtivos, eu sinto que a vida não tem mais sabor para mim. Não quero, entretanto, morrer; queria outra <vida>, queria esquecer a que vivi, mesmo talvez com perda de certas boas qualidades que tenho, mas queria que ela fosse plácida, serena, medíocre e pacífica, como a de todos. penso assim, às vezes, mas, em outras, queria matar em mim todo o desejo, aniquilar aos poucos a minha <vida> e sumir-me no todo universal. Esta passagem várias vezes no Hospício e outros hospitais deu-me não sei que dolorosa angústia de viver que eu me parece ser sem remédio a minha dor (Barreto, 1993, p. 50).

É desumano e irracional não se compadecer com a angústia relatada por Lima quando traz seus sonhos à tona que tanto insistiu em realizá-los, como vimos anteriormente por *Isaiás Caminha* e agora, consciente de sua própria situação, deseja *outra vida*.

Ver a sua vontade de sumir por completo e reiniciar uma nova vivência é o ápice da dor humana, junto a real vontade de ter alguma oportunidade. Assim os corpos negros se sentem dia após dia, vencidos pelo cansaço da segregação e da falta de recursos que tragam o mínimo de possibilidades de renovação.

Tenho orgulho de me ter esforçado muito para realizar o meu ideal; mas me aborrece não ter sabido concomitantemente arranjar dinheiro ou posições rendosas que me fizessem respeitar. Sonhei Espinosa, mas não tive força para realizar a vida dele; sonhei Dostoievski, mas me faltou sua névoa; Aborrece-me este Hospício; eu sou bem tratado; mas me falta ar, luz, liberdade. Não tenho meus livros à mão; entretanto, minha casa, o delírio de minha mãe... Oh! meu Deus! Tanto faz, lá ou aqui... Saí desta catacumba, mas irei para a sala mortuária que é minha casa. Meu filho ainda não delira; mas a toda hora espero que tenha o primeiro ataque... (Barreto, 1993, p. 60).

Apesar dos desencontros entre suas idealizações, Lima se manteve solidário com o próprio esforço, orgulhoso dos seus feitos e de seus esforços. Percebo que sua maior dor era o aprisionamento, talvez este doía mais do que as faltas de reconhecimento e prestígio, pois antes era livre, ainda que simbolicamente, por conta do incômodo social e da solidão angustiante que sentia em sua própria casa, mas tinha liberdade para dizer e pensar sem ser silenciado dentro de instalações hospitalares.

Nesta secção, como na outra em que estive, não faltam sujeitos que tenham recebido certa instrução; há até os formados. Eu não tenho nenhuma espécie de superstição pelos nossos títulos escolares ou universitários; eles dão algumas vezes algum saber profissional, muito restrito e ronceiro, e nunca uma verdadeira cultura; mas em todo o caso, a convivência nas escolas com rapazes de inteligência mais aguda, mais curiosos de saber e conhecer a atividade mental indígena ou estrangeira, dá a alguns uma tintura das altas cousas que, nesta minha solidão intelectual, num meio delirante, seria um achado encontrar um (Barreto, 1993, p. 42).

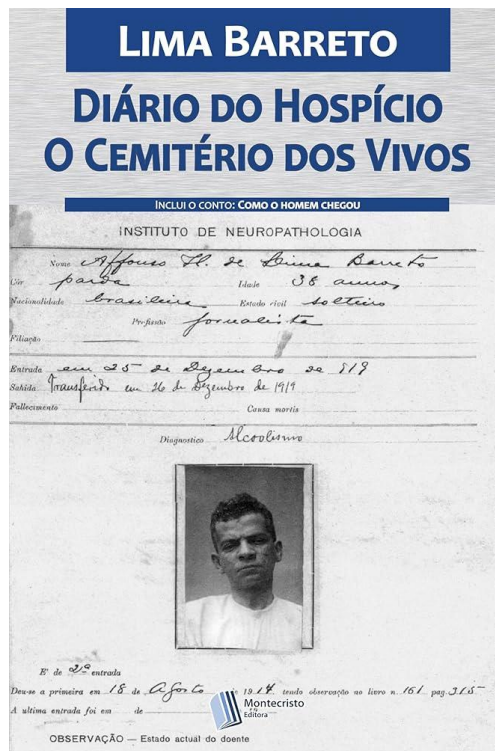
Em meio a esta “solidão intelectual” que Lima vivia, em que despertava o pensamento sobre a validade dos títulos em comparação ao verdadeiro conhecimento, é aberta a discussão sobre a capacidade de se conhecer de fato os mais diversos tipos de cultura por uma expansão intelectual que está para além das titulações universitárias.

Este pensamento de Barreto é remetido à busca incessante em abordar diversas temáticas, provando o seu interesse acerca. Relembro o personagem *Isaiás Caminha* que, em suas recordações, revela o duro processo para conseguir o título de doutor, com um único

objetivo: alcançar o prestígio social. Já era mantido o seu conhecimento intelectual e de mundo, mesmo que limitado ao ambiente em que estava inserido, sem mesmo precisar de titulação. Neste caso, ser doutor – ter um título – garantiria além da sua palavra, ou seja, uma espécie de comprovação de que sua inteligência estaria validada e assim conseguir se igualar, de alguma forma, ao prestígio recebido pela branquitude.

Para este ponto, Frantz Fanon (2020), em uma análise sobre o maniqueísmo e as questões psicológicas caracterizadas aos antilhanos, destaca uma referência ao negro que cabe necessariamente ao que aqui é discutido. O autor diz sobre os negros viverem em constante estágio de comparação, em busca de validação, ao mesmo tempo em que têm consciência da posição de ruína a qual vivencia, bem como dos seus semelhantes.

Figura 3: Imagem da capa de *Diário do Hospício*⁵



Fonte: Google Imagens.

Introduzo, também nesta análise, o estudo de Florestan Fernandes (2007), em exposição ao que já foi discutido e anteriormente abordado pelo sociólogo, sobre a expansão intelectual

⁵ A imagem da capa do livro que reúne os textos de *Diário do Hospício* e *Cemitério dos Vivos*, publicados pela Montecristo Editora (2022), apresenta a imagem de Afonso Henriques de Lima Barreto e o seu laudo disponibilizado em uma das interações em Hospital Psiquiátrico, lugar onde escreveu a obra extraída para ser destacada neste trabalho.

no Brasil e o uso da linguagem para a denúncia e o desmascaramento da situação racial no país.

Deste modo, Fernandes (2007, p. 82) nos apresenta que “o orgulho conservador dera origem a distinções muito claras” e, neste sentido, reforça-se as influências externas provocadas pela branquitude na vida do negro e os direcionamentos na vida a qual estão condenados desde o nascimento.

Quando Schwarcz (2017) retoma o discurso de Barreto, em que o autor dizia se achar “feio”, ao mesmo tempo aplicava a própria imagem do negro em suas obras, ou seja, o maniqueísmo imposto pela branquitude afetou o autor de modo que a sua própria imagem não o agradava, mas a sua inteligência sim. Esta dualidade, reflexo de uma sociedade escravista e colonial direcionou o caminho da vida de Lima. Hoje, buscamos superar através da decolonialidade, acreditando na positividade dos seus efeitos, ainda gradativos, mas pela expansão de potencialidades atuais que, em colaboração dos antepassados (a exemplo do autor aqui representado) caminham para uma sociedade que se movimenta à justiça e ao antirracismo.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A admissão de novas práticas e pensamentos acerca do ensino e letramento racial dentro da sala de aula é essencial, já que é preciso repensar o movimento literário nacional e em como o racismo de cor, instaurado pelo colonialismo, influencia na defasagem das produções de autoria negra, bem como a sua identificação no processo de aprendizagem.

O principal resultado que servirá como material de apoio ao leitor deste estudo é a publicação de um produto educacional que auxilie professores e alunos para o ensino da literatura e seus importantes autores, com ênfase na literatura afro-brasileira, através da vida e obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, baseando-se nas críticas contra o sistema político e contexto social do século XX, com um e-book que servirá como paradidático, junto a um módulo de atividades, que representem a trajetória do autor e auxilie o/a profissional docente para o trato de estudos decoloniais, em cumprimento da Lei nº 10.639/03 e sua obrigatoriedade no currículo oficial de ensino.

Com os tópicos discutidos, espera-se alcançar estudiosos, pesquisadores e o cenário educacional no que tange ambientes de nível fundamental, médio e superior, além de promover na sociedade, em geral, uma discussão que englobe as práticas decoloniais e antirracistas através do ensino de literatura afro-brasileira.

Além disso, esperamos promover o avanço profissional e científico do autor deste trabalho que permitirá a abertura para novos projetos de suma importância para o reconhecimento e valorização da intelectualidade negra em campo nacional, além de permitir uma melhor performance nesta modalidade de ensino dentro do ambiente escolar/acadêmico.

Para o alcance destas propostas, a pesquisa encontra-se organizada do seguinte modo:

- a) Vida e obra de Afonso Henriques de Lima Barreto e sua crítica literária;
- b) A literatura afro-brasileira;
- c) Obra “Diário do Hospício”;
- d) Obra “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”;
- e) A posição social do povo negro em contexto nacional;
- f) Maniqueísmo racial;
- g) O letramento racial e o processo educacional;
- h) A intelectualidade do povo negro e os pactos de biopoder e biopolítica;
- i) A colonialidade do saber;
- j) Epistemicídio.

9 JUSTIFICATIVA

A pesquisa viabiliza-se na academia, já que está em consonância com a Lei nº 10.639 de 2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, visando alcançar o ensino com propostas decoloniais, que têm tomado força na atualidade, a fim de combater as práticas racistas, partindo do que está proposto no currículo oficial do ensino para a educação nacional.

Justifica-se também por apresentar a importância da literatura afro-brasileira e conhecer suas personalidades intelectuais para esta modalidade de ensino, visto aqui através do autor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), abrindo o espaço para o estudo de outras influências sob perspectivas atemporais, contemplando o que está documentado historicamente e na atualidade.

10 CRONOGRAMA

| Atividades realizadas | Meses 03/2023 a 05/2023 | Meses 06/2023 a 10/2023 | Meses 11/2023 a 12/2023 | Mês 01/2024 | Mês 02/2024 | Mês 03/2024 | Mês 04/2024 | Mês 05/2024 a 08/2024 | Mês 09/2024 a 04/2025 |
|---------------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Delimitação e organização da pesquisa | X | | | | | | | | |
| Pesquisa bibliográfica | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Seleção e análise dos dados | | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Escrita do projeto de pesquisa | | X | X | X | X | X | X | | |
| Submissão da pesquisa | | | | | | X | | | |
| Qualificação | | | | | | | | X | |
| Escrita da dissertação | | X | X | X | X | X | X | X | X |
| Elaboração do produto | | | | | | | | X | X |
| Defesa do trabalho | | | | | | | | | X |

11. CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA

Através da representação da situação social do povo negro em território brasileiro que desde o período colonial é assolado pelos pactos de biopoder e biopolítica, trabalho analítico de Michel Foucault e sustentado aqui pelo discurso trazido por Cida Bento em *O Pacto da Branquitude*, aborda que “o racismo permite o exercício do biopoder, ‘este velho direito

soberano de matar”” (Bento, 2022, p. 49-50). Início com este discurso para a abertura da compreensão do que posteriormente foi definido nesta pesquisa, o epistemicídio que atinge a cultura, o conhecimento, as teorizações e existência da influência ancestral no país.

Neste sentido, Neusa Santos Souza (2021) nos diz sobre o negro no ato do reconhecimento de si sobre a sociedade, principalmente em uma nação moldada através da multirracialidade, porém com uma predominância dominadora: a branquitude. Esta categoriza a que nível social cada raça deverá estar colocada, definindo inclusive o seu grau de humanidade.

Representado pela vida e obra de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), esta dissertação retrata uma herança colonial moldada sobre a desigualdade, o apagamento e demais negativas sobre o reconhecimento e ascensão social/intelectual do povo negro. Pautando nisto, Neusa Santos discorre que a “herança da sociedade escravocrata, a desigualdade racial, que colocava o negro a reboque das populações nacionais, era preservada e reforçada pelo preconceito de cor que funcionava como mantenedor da hegemonia branca nas relações interraciais” (Souza, 2021, p. 51).

Quando pensamos no movimento dos corpos negros em caminhada à ascensão, é automatizada a submissão imposta em relação à camada branca e elitista da sociedade que trilha nesta competição, deste modo “a história da ascensão social do negro brasileiro é, assim, a história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais” (Souza, 2021, p. 53). Trata-se do negro renunciando a si e à própria história para igualar-se, de alguma forma, ao nível e padrão social que permita melhor condição e estadia de vida.

Existe uma dualidade entre aceitar a situação (o corpo negro e sua inferiorização) ou igualar-se ao opressor. É sobre o corpo negro demonizado socialmente quando não segue a regra do colonizador ou o corpo negro obediente que segue um plano para o seu apagamento. Esta análise é difundida através da obra de Frantz Fanon (2020), quando trata do maniqueísmo racial, uma das perversas estratégias colonizadoras.

Sobre Afonso Henriques de Lima Barreto, foram trazidos episódios de sua vida íntima e duas obras, sendo a primeira *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, que tratou da representação da dura experiência vivida pelo personagem Isaías Caminha que, quando chega ao Rio de Janeiro para estudar e realizar o sonho em tornar-se doutor, têm os seus planos esvaziados pelos constantes episódios de racismo vivenciados. A segunda, *O Diário do Hospício*, é a representação pela intimidade do próprio Lima Barreto, quando internado para tratar o seu vício no álcool, confusões psicológicas e delírios mentais, narra sua experiência e

angústias sentidas no decorrer da vida pela falta de reconhecimento intelectual, causadas pelo racismo de cor.

Barreto foi e permanece sendo, através de sua obra, um autor presente em causas militantes para as problematizações sociais. Como mencionado por Lilia Moritz Schwarcz em *Lima Barreto: triste visionário* (2017), ainda na primeira república “Lima estava sempre ali presente, opinando, criticando, clamando por igualdade e justiça, para si e para os demais” (p. 9), por mais que fosse um escritor “cheio de ironias, deboches, contradições e acertos, ideias fortes e recorrentes, idiossincrasias, angústias, sofrimentos. Um escritor que sempre viveu entre dois mundos, espaciais, culturais e sociais” (p. 11).

Deste modo, esclareço e confirmo a teoria estabelecida por Boaventura de Sousa Santos e, aqui no Brasil, debatida por Sueli Carneiro (2023), o epistemicídio. O seu conceito “nos permite compreender as múltiplas formas em que se expressam as contradições vividas pelos negros com relação à educação e, sobretudo, as desigualdades raciais nesse campo” (Carneiro, 2023, p. 89). Ou seja, este define em quais pontos uma camada cultural é destituída em relação à “legitimidade epistemológica da cultura do dominador” (Carneiro, 2023, p. 94) que hegemoniza, segrega e classifica através da racialidade.

Com isto, Florestan Fernandes colabora abordando acerca da degradação física e material do negro, que estava entregue ao próprio destino, cansado da sequência de frustrações enfrentadas. Na sociedade brasileira, esta apatia “logo se difundiu e implantou um estado de espírito derrotista” (Fernandes, 2007, p. 112), que se ramificou entre as gerações das populações negras.

Através deste estudo, pensemos em uma sociedade movida pelos grupos de luta e resistência que dialogam com estas teorias, criando novas possibilidades para a superação e potencialização raciais, em especial por alcançar os espaços acadêmicos que são palco das criações e continuação de projetos que alcancem os espaços escolares, a sociedade e a política, com ações afirmativas que validem e promovam a equidade entre a permanência e a efetividade dos direitos propostos para a tentativa de superar o racismo.

Estamos alcançando, gradativamente, espaços que antes nos eram negados e, ainda assim, é preciso trabalhar baseando em provas para não cair nas provocações da branquitude que analisa minimamente cada passo dado por um corpo negro quando este se encontra em uma posição superior.

Tudo o que foi discutido é baseado em um trabalho literário produzido no século XX, provando a permanência e importância da literatura para o conhecimento histórico da formação da nação, servindo também como base para a ciência, a nível teórico e influências culturais.

Para que sejam superados os ressentimentos sociais entre grupos dominantes e minoritários, como visto em *O Pacto da Branquitude*, é preciso uma percepção para além do grupo em que está inserido, daí a necessidade constante pelo letramento racial e o alcance da emancipação social, observado através da obra de bell hooks (2017), em que a autora se baseia também sobre o trabalho de Paulo Freire.

Reforço a necessidade pela busca de outras literaturas e o seu extenso leque de autores que, assim como Lima Barreto, são fonte de pesquisa, estudo e análise social. Em especial para que sejam cada vez mais reconhecidos, inseridos e finalmente validados academicamente, além do auxílio na desmitificação de falsas teorias, a exemplo do mito da democracia racial, baseado aqui pelo trabalho de Kabengele Munanga (2024) e Florestan Fernandes (2007) que trazem suas percepções sociais do Brasil no século XX, estendidas até a atualidade.

Voltando um pouco aos pactos estabelecidos pela branquitude, retomo a obra *Lugar de Negro*, em que seus autores Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg também discutem o mito da democracia racial a partir da invisibilidade do povo negro sob comando da colonialidade e o seu “ideal obsessivo do embranquecimento” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022, p. 125). Com isto, sabemos das dificuldades que ainda permanecerão e precisam passar por reformulações a cada vez que a modernidade alcança a sociedade e novas estratégias precisam ser estabelecidas, porém, por diversas vezes, trabalhos sobre a negritude são vistos como obras de ódio pelas populações não-negras, por isso a necessidade em reforçar e diferenciar as denúncias sobre o movimento promovido pela branquitude: esta trata-se de hegemonia, de poder, de domínio, de genocídio, de europeização etc.

Volto ao primeiro livro publicado por Barreto, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, analisado nesta dissertação, em que o autor já mantinha a consciência sobre o impacto que sua obra causaria socialmente, informando que antes de alcançarem sua leitura: “não é meu propósito também fazer uma obra de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não indivíduo [...]” (Barreto, 2017, p. 10). É deste modo que o autor reafirma que qualquer sensação de revolta que a sociedade sinta ao ler a obra é fruto de uma revolta que esta mesma implantou sobre o negro.

Com isso, pensemos numa reparação social que se refaça em relação à distribuição de privilégios, mas que mude toda a sua estrutura, sabendo que a própria agenda social e cultural do cotidiano na sociedade precisa ser transformada. Seria uma conciliação para a igualdade entre direitos e espaços, como abordado por Grada Kilomba, “reparação, então, significa a negociação do reconhecimento. O indivíduo negocia a realidade” (Kilomba, 2021, p. 46).

Cada capítulo apresentado foi cuidadosamente produzido em respeito à obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, à toda a comunidade negra (em especial aos que caminham de maneira incansável para a ascensão social e aos intelectuais que buscam pelo reconhecimento acadêmico) e aos estudiosos/as utilizados para os confrontos que destaco. Reafirmo o meu compromisso em tratar dos estudos decoloniais para que assim alcancemos a superação da segregação racial, enquanto um intelectual e profissional dedicado, assim, pretendo dar continuidade nas produções sobre a elevação social da negritude e a influência para o letramento racial contínuo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos; Triste Fim de Policarpo Quaresma**. In: José de Nicola. – 1ª ed. – São Paulo: Editora Scipione, 1997. 2ª Reimpressão.

BARRETO, Lima. **Contos Completos de Lima Barreto**. Org. e In: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 7ª reimpressão.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Diário do Hospício; O Cemitério dos Vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1993.

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Lafonte, 2017 [1909].

BARRETO, Lima. **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**. Edição da Revista do Brasil: São Paulo, 1919. Disponível em: <<https://biblioteca.torres.rs.gov.br/wp-content/uploads/2021/10/barreto-lima-vida-e-morte-de-m-j-gonzaga-de-sa.pdf>> Acesso em: 30. abr. 2024.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 31, n. especial, p. 97-126, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/Y8HLKnQRjQs8ZpdHjQY4fqH/abstract/?lang=pt#ModalTutor>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. *In*: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Orgs.) **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, vol. 4: História, teoria, polêmica. p. 113-138.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrevivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. – 2ª ed. – São Paulo: Global, 2007. 4ª reimpressão.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. – 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. 5ª reimpressão.

LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. *In*: HELM, June (Ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. – 5. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2024. 4ª reimp.

OAKLEY, R. J. **Lima Barreto e o Destino da Literatura**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina, 2009.

SILVA, Jorge Augusto de Jesus. Entre formação e fundação: a nação como violência. **Revista Fórum Identidades**. Itabaiana: Gepiadde, v. 21, mai./ago., p. 49-66, 2016.

SILVA, J. A. J. O devir do negro na literatura brasileira: notas sobre oralidade em Lima Barreto. **Fólio – Revista de Letras**, v. 2, p. 1-22, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: Triste Visionário**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Neusa. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

WOODSON, Carter G. **A deseducação do negro**. São Paulo: Edipro, 2021.